



**PROFHISTÓRIA**

MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRASE ARTES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA**

**JOSÉ WELLINGTON DA SILVA PINTO**

**DO CHÃO DA ESCOLA GABRIEL EPIFÂNIO DOS REIS – ICAPUÍ  
(CE) – AO ACERVO IMAGÉTICO DO MUSEU JAGUARIBANO DE  
ARACATI (CE)**

Natal/RN

2022

JOSÉ WELLINGTON DA SILVA PINTO

**DO CHÃO DA ESCOLA GABRIEL EPIFÂNIO DOS REIS, ICAPUÍ (CE)  
AO ACERVO IMAGÉTICO DO MUSEU JAGUARIBANO DE ARACATI  
(CE)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História pelo Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de História.

**Orientador:** Prof. Dr. Lígio José de Oliveira  
Maia.

Natal/RN

2022



Catálogo da Publicação na Fonte.

Pinto, José Wellington da Silva.

Do chão da Escola Gabriel Epifânio dos Reis – Icapuí (CE) – ao Acervo Imagético do Museu Jaguaribano de Aracati (CE) / José Wellington da Silva Pinto. – Natal, 2022.

154 f.

Orientador: Prof. Dr. Lígio José de Oliveira Maia.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Mestrado Profissional em Ensino de História.

1. Ensino de História - Dissertação. 2. Museu - Dissertação. 3. Maçonaria- Dissertação. I. Maia, Lígio José de Oliveira. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

CDU 373.5:93/99

Elaborada por Veronica Pinheiro da Silva – CRB-15/692.

**JOSÉ WELLINGTON DA SILVA PINTO**

**DO CHÃO DA ESCOLA GABRIEL EPIFÂNIO DOS REIS, ICAPUÍ (CE)  
AO ACERVO IMAGÉTICO DO MUSEU JAGUARIBANO DE ARACATI  
(CE)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História pelo Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de História.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Légio José de Oliveira Maia – UFRN  
Orientador

---

Prof. Dr. Roberto Airon Silva – UFRN  
Examinador interno

---

Prof. Dr. Leonardo Cândido Rolim – UERN  
Examinador externo

---

Prof. Dr. José Evangelista Fagundes – UFRN  
Examinador interno – Suplente

*Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens educam-se entre si, mediatizados pelo mundo.*

Paulo Freire

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente à natureza, que nos premiou com neurônios que absorvem conhecimentos.

Aos meus pais, *in memoriam*, José da Silva Pinto e Hermelita Maria da Silva Pinto, e meu irmão, Azarias da Silva Pinto.

A minha família, Nágila Silva, minha companheira, e meu filho, Benjamin Silva Pinto.

A meu professor orientador, Dr. Lígio José de Oliveira Maia.

À diretora e às funcionárias do Museu Jaguaribano de Aracati.

A meu amigo Dallysson Dallwann de Oliveira Capistrano, que muito me ajudou na formatação acadêmica.

À professora Célia Maria Bernardo, pelas correções ortográficas.

Aos professores e funcionários do Mestrado Profissional em Ensino de História – UFRN.

Ao Programa do PROFHISTÓRIA, pela oportunidade e pelo aprendizado; enfim, a quem contribuiu na dissertação direta e indiretamente.

## RESUMO

A pesquisa trata da relação pedagógica entre o Museu Jaguaribano de Aracati e a Escola de Ensino Médio Gabriel Epifânio dos Reis, localizada na cidade de Icapuí – CE. O objetivo do trabalho é propor aos alunos do ensino médio de escolas públicas e privadas uma exposição histórica imagética fora das quatro paredes da sala de aula, pois acreditamos que a sala de aula não é o único espaço de aprendizagem. O método de pesquisa é qualitativo, com ênfase na análise documental (leitura de fotos antigas de Aracati e Icapuí). O alvo da pesquisa são os alunos de ensino médio das escolas públicas de Icapuí, Aracati, Itaiçaba e Fortim. As cidades citadas já foram distritos de Aracati e suas histórias estão imbricadas no processo histórico daquele município. Nesse primeiro momento, a intenção é apresentar uma mostra itinerante de fotos antigas sobre a Maçonaria do Aracati, que existiu no começo do século XX e foi motivo de controvérsias com a Igreja Católica. Como não foi possível fazer com a Maçonaria Fraternidade de Aracati, por conta da pandemia, então, fizemos da história de Icapuí com os alunos do 3º ano G. A pesquisa demonstra que, quando os fatos históricos locais são apresentados visualmente, aumenta o interesse dos alunos pela história.

**Palavras-chave:** Museu; Ensino de história; Maçonaria; Aracati – CE.

## **ABSTRACT**

The research deals with the pedagogical relationship between the Jaguaribano de Aracati Museum and the Gabriel Epifânio dos Reis High School, in the city of Icapuí. The purpose of the research is to offer students a historical approach outside the four walls of the classroom. The research method is qualitative, with an emphasis on document analysis and oral interviews. The research targets high school students from public schools in Icapuí, Aracati, Itaiçaba and Fortim. The cities mentioned were once districts of Aracati and their histories are imbricated in the historical process of that municipality. In this first moment, the intention is to present an itinerant exhibition of old photos about the Freemasonry of Aracati, which existed in the beginning of the 20th century, which was a reason for controversies with the Catholic Church. Research demonstrates that when local historical facts are presented visually, students' interest in history is more relevant.

**Keywords:** Museum; History teaching; Masonry; Aracati – CE.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Edifício do Museu Jaguaribano de Aracati. ....	54
<b>Figura 2 e 3:</b> Fachada da Escola de Ensino Médio Professor Gabriel Epifânio dos Reis, Icapuí – CE. ....	54
<b>Figura 4:</b> Planta Baixa do Solar do Barão de Aracati.....	61
<b>Figura 5:</b> Trecho da Rua Coronel Alexanzito, cheia de 1974. ....	72
<b>Figura 6:</b> Foto do hidroavião alemão.....	722
<b>Figura 7:</b> Inauguração da Escola Profissional Valdemar Falcão, 1947. ....	73
<b>Figura 8:</b> Donzelas da sociedade do Aracati.....	733
<b>Figura 9:</b> Jaques Klein, pianista.....	744
<b>Figura 10:</b> Monumentos do centro histórico. ....	744
<b>Figura 11:</b> Igreja Matriz. ....	75
<b>Figura 12:</b> Comércio Alfredo Goyanna. ....	76
<b>Figura 13:</b> Filarmônica Figueiredo.....	76
<b>Figura 14:</b> Dom Hélder Câmara ao lado do médico Eduardo Dias. ....	77
<b>Figura 15:</b> Sede da Maçonaria em Aracati – CE. ....	822
<b>Figura 16:</b> João do Zuca, Garcez Castro, Alberto Viana e Clóvis Malveira, ao fundo a edificação da sede da loja maçônica. ....	855
<b>Figura 17:</b> Distribuição de esmolas aos pobres, sobrado onde funcionou, em 1929, a sede da Loja Fraternidade de Aracati (atualmente sede do Museu Jaguaribano)..	866
<b>Figura 18:</b> Retiro dos Homens sob o comando do Padre Abdon Valério.....	899
<b>Figura 19:</b> 3º ano G da Escola de Ensino Médio Professor Gabriel Epifânio dos Reis. ....	922
<b>Figura 20:</b> Lista de presença da exposição.....	933
<b>Figura 21:</b> Visita dos alunos.....	933
<b>Figura 22:</b> Acervo da exposição. ....	944
<b>Figura 23:</b> Soterramento da comunidade de Ibicuitaba.....	944
<b>Figura 24:</b> Visitação dos alunos da escola. ....	955
<b>Figura 25:</b> Aula expositiva do projeto. ....	955
<b>Figura 26:</b> Visita dos alunos.....	966
<b>Figura 27:</b> Visita dos alunos.....	966
<b>Figura 28:</b> Visita dos alunos.....	977
<b>Figura 29:</b> Visita dos alunos.....	977

<b>Figura 30:</b> Membros da família Costa Lima.....	999
<b>Figura 31:</b> Rua Grande, 1930.....	100
<b>Figura 32:</b> Hidroavião Junkers D218 (acidente no dia 25 de junho de 1923).....	101
<b>Figura 33:</b> Tiro de Guerra 10-014.....	102
<b>Figura 34:</b> Câmara Municipal (andar de cima), Cadeia Pública (térreo). Construção de 1779, é um dos prédios mais antigos do Ceará. Tombado pelo IPHAN em 2000. ....	103
<b>Figura 35:</b> Euterpe Operária fundada pelos empregados da Fábrica Santa Tereza – 1916. ....	1044

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Roteiro de elaboração da proposta do produto com 3º ano G da Escola Gabriel Epifânio dos Reis – Icapuí – CE.....	91
---	----

## LISTA DE SIGLAS

ALB	Aliança Libertadora Brasileira
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CF/88	Constituição Federal de 1988
CNE	Conselho Nacional de Educação
DOE	Diretrizes Orçamentárias do Estado
EEM	Escola de Ensino Médio
EJA	Educação de Jovens e Adultos
GOB	Grande Oriente do Brasil
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOM	Conselho Internacional de Museus
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LEC	Liga Eleitoral Católica
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MHN	Museu Histórico Nacional
MIB	Movimento Integralista Brasileiro
ONG	Organização Não Governamental
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PMI	Prefeitura Municipal de Icapuí

PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político-Pedagógico
SEDUC	Secretaria de Educação do Estado do Ceará
SESI	Serviço Social da Indústria
SPAECE	Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO I.....</b>	<b>21</b>
<b>1 MUSEU COMO LUGAR DE MEMÓRIA E HISTÓRIA.....</b>	<b>21</b>
1.1 O MUSEU ENQUANTO LUGAR DE MEMÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA ....	21
1.1.1 O ensino de história e sua relação com o Museu Jaguaribano de Aracati.....	21
1.1.2 Memória, história e museu.....	22
1.1.3 A construção do sujeito a partir de uma práxis museal .....	31
1.1.4 A construção do sujeito a partir da práxis do objeto museal .....	34
1.1.5 Museus históricos .....	39
1.2 CULTURA ESCOLAR, PATRIMÔNIO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: ASPECTOS RELEVANTES .....	42
1.3 PATRIMÔNIO CULTURAL E EDUCAÇÃO.....	43
1.4 LDB, PARÂMETROS CURRICULARES, BNCC E PPP .....	47
1.4.1 LDB .....	47
1.4.2 BNCC.....	49
1.4.2.1 Competências gerais da educação básica .....	50
1.4.3 Parâmetros Curriculares Nacionais .....	51
1.4.4 Projeto Político-Pedagógico.....	52
<b>CAPÍTULO II.....</b>	<b>54</b>
<b>2 DO CHÃO ESCOLAR AO ESPAÇO SECULAR NO TEMPO PRESENTE.....</b>	<b>54</b>
<b>CAPÍTULO III .....</b>	<b>66</b>
<b>3 INTERVENÇÃO DIDÁTICA NO ESPAÇO ESCOLAR A PARTIR DO PISO DO MUSEU JAGUARIBANO .....</b>	<b>66</b>
3.1 A MAÇONARIA FRATERNIDADE DE ARACATI: O TEMPO CONGELADO POR UM CLICK.....	78

3.2 EXPOSIÇÃO ITINERANTE DE FOTOS ANTIGAS DO ARACATI: LOJA MAÇÔNICA FRATERNIDADE DE ARACATI.....	90
3.3 O SABER IMAGÉTICO E O ENSINO DA HISTÓRIA: EXPOSIÇÃO DE FOTOS ANTIGAS DE ICAPUÍ NA ESCOLA ESTADUAL GABRIEL EPIFÂNIO DOS REIS	91
<b>4 CONCLUSÃO .....</b>	<b>106</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>109</b>
<b>CADERNO DE ANEXOS .....</b>	<b>113</b>
ANEXO A – MUSEU JAGUARIBANO.....	114
ANEXO B – PERSONAGENS RELIGIOSAS DO ARACATI.....	117
ANEXO C – PERSONAGENS MAÇONS DO ARACATI/CE .....	118
ANEXO D – JORNAL A REGIÃO, DE ARACATI, 1930, NOTICIANDO OS EMBATES DA IGREJA COM A MAÇONARIA.....	119
ANEXO E – JORNAIS ANTIGOS DE ARACATI.....	121
ANEXO F – MOVIMENTO INTEGRALISTA DE ARACATI.....	123
ANEXO G – ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS .....	127
ANEXO H – ACONTECIMENTOS RELIGIOSOS.....	133
ANEXO I – BANDAS DO ARACATI ANTIGO .....	134
ANEXO J – CARNAVAL .....	137
ANEXO K – FAMÍLIAS TRADICIONAIS DO ARACATI .....	140
ANEXO L – IGREJAS.....	143
ANEXO M – MONUMENTOS .....	147

## INTRODUÇÃO

*Os museus de cidade são instituições urbanas, nostálgicas, imutáveis, míticas e de restrita leitura das contradições históricas, que permitem uma discussão sobre as intencionalidades na construção e perpetuação da história local.*

(NORA, 1981)

O interesse pelo tema deste trabalho surgiu a partir do momento em que percebi que a relação entre o Museu Jaguaribano com as escolas públicas seria interessante para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos. O Museu Jaguaribano é uma fonte inesgotável de conhecimentos históricos. Como professor, sempre levo meus alunos a esses lugares de memória, principalmente museus. Em todas as escolas onde lecionei, sejam particulares ou públicas, sempre tive a iniciativa de levar os alunos para o recinto museal. Percebo o interesse por parte dos estudantes nesses lugares de memória.

Desde o curso de graduação na UERN, fui percebendo que existem outros recursos pedagógicos para dialogar com os alunos, no caso, sítios arqueológicos, monumentos, cemitérios e museus. O uso das fotos antigas é um recurso pedagógico para tornar as aulas mais interessantes. O propósito da pesquisa não é usar as fotos antigas como fontes históricas para desbancar o uso dos documentos escritos. Acreditamos que a utilização das fotos antigas e de documentos escritos contribui para a formação dos alunos na área das Ciências Humanas. A vivência nesses lugares de memória me levou a gostar da história, principalmente de fatos relacionados ao Aracati. O interesse pela área foi tanto que cursei uma Especialização em História Econômica Contemporânea, em Ouro Fino, Minas Gerais.

Na UERN fiz o curso de Ciências Sociais, mas minha paixão sempre foi história. Apaixonado pela política partidária, resolvi fazer o curso de Ciências Sociais. Como militante do Partido dos Trabalhadores (PT), me convenci que dialogar com os sociólogos me daria consciência política e argumentos para discutir com os adeptos da direita. E, naquele contexto, Karl Marx, Lênin, Antonio Gramsci, eram os ideólogos mais lidos pela militância jovem do PT. Foi assim que enveredei

pelas Ciências Humanas e até hoje gosto de ler tudo que se refere à produção desses autores que sonham com uma sociedade mais justa.

A relação do museu com as escolas sempre me incomodou no sentido de instigar os alunos a visitar esses lugares de memória. Sempre questioneei a aprendizagem entre quatro paredes. E, como professor, percebi que as aulas nos museus, centros históricos e sítios arqueológicos tinham um sabor diferente, do quero mais.

No Aracati existe um museu a céu aberto, que é o centro histórico, e um museu que guarda memórias de um tempo em que a cidade vivenciava um comércio promissor (charqueadas, algodão e comércio) e muita cultura, fatos pouco explorados pelas escolas do município. A minha vida acadêmica comecei no Aracati, lecionando em escolas particulares, no caso Salesianas, Instituto São José e Marista. No momento, sou concursado pelo Município de Icapuí – CE e pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará – SEDUC. Estou aposentado pelo Município e na ativa pelo Estado, na Escola Gabriel Epifânio dos Reis.

O Museu Jaguaribano foi institucionalizado pelo Instituto do Museu Jaguaribano, que legalizou a existência do museu em solo aracatiense. Sendo assim, primeiro nasceu o Instituto, depois o Museu Jaguaribano. O museu nasceu a partir de um grupo de intelectuais de diversas áreas, membros de uma elite local (professores, advogados, políticos, religiosos e comerciantes), preocupados com a preservação do centro histórico, o enaltecimento da história por um grupo político oligárquico e o resgate do patrimônio histórico ameaçado pela construção civil no centro histórico.

O Instituto do Museu Jaguaribano, cujo art. 1º de seu Estatuto de 1971 e de 1984, assim o define:

Art. 1º - O Instituto do Museu Jaguaribano, sociedade civil, sem cor, político-partidária, ideológica ou religiosa, com sede na cidade de Aracati, Estado do Ceará, fundado em 15 de novembro de 1968, tem por finalidade precípua a preservação do patrimônio histórico e acervo cultural da zona Jaguaribana através do Museu Jaguaribano e do Arquivo do Jaguaribe a ele anexo (ESTATUTO, 1984, p. 6).

O Museu Jaguaribano possui um acervo muito extenso e de grande valor histórico. Nas suas dependências, encontra-se o Arquivo do Jaguaribe, objetos de valor histórico e fotografias antigas. Nesta dissertação, vamos trabalhar com as fotos

antigas do Aracati, de maneira mais específica, aquelas que dizem respeito à criação da maçonaria do município.

No século XXI, as fotos exercem um papel sedutor na população, principalmente entre os jovens. Afinal, quem nunca fez uma selfie na vida? Entendemos que os alunos gostam de fotos antigas, e através delas viajam ao passado e gostam de fazer comparações com as fotos atuais. O acervo fotográfico do museu é muito rico e as fontes primárias abundantes no recinto museal. O nosso intuito é proporcionar aos alunos mais um recurso pedagógico na aprendizagem e vemos o Museu Jaguaribano como esse local de “sedução pedagógica”. Como diz Fernando Pessoa, “tudo vale a pena quando a alma não é pequena”.

Algumas indagações serão respondidas no decorrer da pesquisa. O Museu Jaguaribano tem recebido os alunos a contento? Os professores têm levado os alunos para esse espaço museal? Nas visitas existem discussões críticas? Os alunos interagem com o acervo museal? Como os conteúdos da sala de aula interagem com os objetos museais? A impressão dos alunos é positiva? Nas exposições imagéticas, as fotos antigas serão problematizadas pelos alunos nas visitas?

O Museu Jaguaribano se abriga em um monumento histórico, o Solar do Barão de Aracati. O casarão por si só já é um objeto de estudo. Um prédio de três andares, com piso de madeira, escadas de madeira no estilo caracol e paredes revestidas de azulejos oriundos de Portugal.

O Solar é

[...] uma edificação bastante antiga, do início do século XVIII, que compõe o grupo de exemplares de casas e de sobrados que guardam relevantes histórias da era colonial e que, ao mesmo tempo, são tomados como representação da arquitetura produzida durante os três grandes ciclos econômicos do século XVII vivenciados pela cidade de Aracati, a saber: da pecuária, do charque (quando o seu porto passou a ser então o maior do Ceará, período áureo da economia aracatiense) e do algodão. [...] O Solar 743 constitui um dos testemunhos mais visíveis do processo de formação econômica, social e cultural da região (XAVIER; FIALHO; MATOS, 2016, p. 121).

No primeiro capítulo, dialogamos com historiadores, sociólogos e filósofos e tantos outros estudiosos sobre a compreensão do que é memória e história. Trazemos para o debate Pierre Nora, quando conceitua memória e história e faz

uma distinção entre ambas. Esses conceitos são oportunos para localizarmos os museus como “lugares de memória” na sociedade. A história é feita por historiadores profissionais que escrevem os livros didáticos e os professores são os facilitadores dessa aprendizagem.

No decorrer da pesquisa, escolhemos alguns autores para dialogar: Pierre Nora, *Os Lugares de Memória* (1993), Maurice Halbwachs, *A Memória Coletiva* (1990), Michael Pollak, *Memória, Esquecimento, Silêncio* (1989), Le Goff, *História e Memória* (1992). Nesse diálogo acadêmico, trouxemos para a roda de discussão, o filósofo francês Paul Ricoeur, ao nos apropriarmos de alguns conceitos do seu livro *A Memória, a História, o Esquecimento* (2000).

No Brasil, os autores Ulpiano T. Bezerra de Menezes e Francisco Régis Lopes Ramos se especializaram na problemática de museus e trouxeram para os estudiosos dessa temática luzes na condução dos visitantes ao acesso aos museus.

O museólogo, historiador e arqueólogo Ulpiano T. Bezerra de Menezes e o professor de história da UFC, Francisco Régis Lopes Ramos, nos ajudaram a entender a dinâmica museal. Ulpiano Menezes nos presenteou com reflexões sobre o sujeito museal para não cairmos em erros pedagógicos grosseiros. O museu é uma instituição informal, não segue regras oficiais do governo. Tem vida própria e se norteia por princípios museais. Já a escola é uma instituição formal, amparada por leis federais, estaduais e municipais.

Régis Ramos trabalha com o “objeto gerador”. A partir do objeto, leva o cidadão a interagir com sua realidade. O aluno quando se relaciona com o objeto museal, ele cria laços de pertencimento e, conseqüentemente, de identidade. Segundo Ramos (2004, p. 134), “O museu que não tem compromisso educativo transforma-se em depósito de objetos, ou vitrines de um shopping center cultural”. Francisco Régis Lopes Ramos seguiu os passos de Paulo Freire. Este com as “palavras geradoras” e aquele com os “objetos geradores”.

No segundo capítulo, vamos historiar a Escola Gabriel Epifânio dos Reis para situá-la no contexto histórico. A escola, localizada na comunidade dos Cajuais, na Rua Filizolina Freitas, S/N, dista 1 Km do centro da cidade de Icapuí – escola de ensino médio, pública, atende a 992 alunos matriculados, distribuídos em 24 turmas, funciona nos três turnos.

Vale ressaltar que todas as escolas de Icapuí são públicas no âmbito municipal, com exceção da Escola Gabriel Epifânio dos Reis, que pertence à rede

estadual. Esta escola é um patrimônio da cidade de Icapuí, como também a Escola Mizinha. A maior parte da população terminou o ensino médio na Escola Gabriel. No início, a Escola Mizinha abrigava o curso pedagógico e o curso científico, depois o ensino médio passou para as mãos do Estado, através da Escola Gabriel Epifânio dos Reis. É uma escola que guarda muitas histórias, por isso a escolhemos para ser nosso campo de estudo juntamente com o museu de Aracati. Também nesse capítulo vamos falar da criação do Museu Jaguaribano do Aracati. Um museu que foi sonhado para ser da região jaguaribana e se tornou o museu do Aracati. Destacamos, nesse sentido, a importância que tem uma cidade do interior em abrigar um museu histórico. Sabemos que os grandes museus se localizam nas grandes cidades. Pretendo trabalhar com o produto desta pesquisa com as turmas dos terceiros anos do ensino médio. É o que temos na cidade nessa modalidade de ensino no momento.

No terceiro capítulo, trabalharemos com o produto desta dissertação, as fotografias antigas que narram o dia a dia da cidade de Aracati no século passado. Entre tantos acontecimentos relevantes do município, escolhemos a temática da fundação da Maçonaria no Aracati. Por quê? De tantos fatos históricos registrados pelas lentes do fotógrafo Abílio Monteiro, optamos pela Maçonaria. A ideia era levar as fotos para a sala e os alunos escolherem a temática a ser trabalhada. No entanto, em virtude da pandemia da Covid-19, as escolas e o museu fecharam, o que impossibilitou a escolha democrática das imagens.

Há documentação que aponta que a primeira loja maçônica no Ceará foi aberta no Aracati em 1833. Consta que seu mestre na época era o Coronel João Tibúrcio Pamplona. De acordo com Antero (2010, p. 8), “O Cel. João Tibúrcio Pamplona, era um rico comerciante, em cujo sobrado de sua residência, ficou instalado o quartel-general do presidente Tristão Gonçalves nos quatro dias finais da República do Equador”. A Vila do Aracati é muito relevante porque produzia a carne de charque na região jaguaribana e abastecia as Províncias de Recife e Bahia. Berenice de Abreu reforça essa ideia no seu livro *Intrépidos Romeiros do Progresso: maçons cearenses no Império*. Segundo Abreu (32009, p. 58): “É bem possível que a maçonaria tenha aparecido primeiramente em Aracati, uma das poucas localidades da Capitânia do Ceará até meados do século XIX em que se podiam respirar ares urbanos”. Ainda conforme o mesmo autor:

Os primeiros registros de loja maçônica remontam à década de 1830, mas é possível que já se tivesse notícia de Maçonaria na província bem antes. A participação do Ceará nos movimentos revolucionários de 1817 e 1824, que contaram com a presença ativa de diversos maçons, é um indício de que o espírito maçônico já tivesse pairando pelo Ceará (ABREU, 2009, p. 58).

Uma cidade tradicional e de um povo religioso, assim se concebia o Aracati nessa época, começo do século XX. Um grupo decidiu abrir uma loja maçônica no Aracati. Comunismo e maçonaria eram palavras proibidas; pena de excomunhão para quem aderisse a essas ideologias “pecaminosas”. A igreja católica tinha um grande controle sobre os fiéis, como as irmandades, e considerava inadmissível uma loja maçônica conviver harmoniosamente na cidade com os fiéis católicos.

Ao longo deste trabalho, vamos entender como a Loja Maçônica de Aracati deixou de existir depois de um retiro com o padre Abdon Valério dos Santos, nas dependências do Instituto São José, das irmãs da caridade Vicentinas. Depois desse retiro, os “maçons” foram convertidos e os livros queimados, como nos velhos tempos inquisitoriais.

Enfim, o nosso produto é um recurso pedagógico. O objetivo é instigar os alunos a problematizar as fotos analisadas dentro do contexto histórico do Ceará, do Brasil e do mundo. Além disso, o trabalho visa ampliar a concepção de mundo no cuidado do seu patrimônio e guarda de sua história local. O Museu Jaguaribano necessita sair da casamata e respirar ares dos novos tempos, sair do comodismo e construir novos projetos educativos. O verbo que mais se adéqua ao Museu Jaguaribano no momento, RE-NOVAR.

## **CAPÍTULO I**

### **1 MUSEU COMO LUGAR DE MEMÓRIA E HISTÓRIA**

#### **1.1 O MUSEU ENQUANTO LUGAR DE MEMÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA**

##### **1.1.1 O ensino de história e sua relação com o Museu Jaguaribano de Aracati**

Neste primeiro capítulo, inserimos o Instituto Jaguaribano de Aracati como objeto de investigação acadêmica e problematizamos o discurso que legitimou a criação do museu e a seleção dos objetos de memória, a partir dos teóricos franceses, Maurice Halbwachs, “memória coletiva”, Pierre Nora, “lugares de memória”, Michel Pollak, “memórias subterrâneas”, e do filósofo francês Paul Ricoeur, “esquecimentos e silêncios”.

No diálogo com Nora, procuramos entender o conceito de memória e de história e suas relações com os lugares de memória, no nosso caso, o museu Jaguaribano. Optamos, nesse primeiro momento, pela historiografia francesa, pois nos identificamos com essas ideias e nosso objeto de pesquisa é contemplado por esses teóricos. Além disso, não poderia deixar de referenciar historiadores brasileiros, dentre estes, Ulpiano T. Bezerra de Meneses e Francisco Régis Lopes Ramos.

Os museus, conforme o contexto histórico, se abrigam nos grandes centros urbanos. No entanto, o Aracati, pela riqueza do patrimônio histórico, especificamente, do período colonial, tornou-se palco ideal para a criação de um museu histórico. O que mais questiona os aracatienses é o fato de essa elite intelectual ter escolhido o Aracati, quando resolveu instalar o museu jaguaribano na “terra dos bons ventos”.

Buscamos entender como os objetos museais foram escolhidos para compor o acervo do museu, da mesma forma como se questionam por que alguns objetos foram descartados. A elite econômica do Aracati e a própria igreja tiveram interesse de doar objetos dos mais diversos para compor o acervo do museu. Vale salientar que a memória é um campo de disputa pelos grupos sociais por hegemonia política.

O intuito do museu, no primeiro momento, era ser um museu regional. Contudo, as outras cidades demonstraram pouco interesse e por isso intitulou-se apenas como Museu Jaguaribano de Aracati.

No segundo momento, discutimos a educação patrimonial. A identidade de um povo depende muito do resguardo do seu patrimônio. Sem essas memórias locadas nos “lugares de memória”, corremos o risco de sermos apagados da história oficial e sujeitos ao esquecimento. Nessa conjuntura, a escola tem um papel relevante de transmitir aos alunos esses valores éticos, alicerçados pelo “senso de justiça”.

### **1.1.2 Memória, história e museu**

As mudanças no mundo contemporâneo levam a mirar com novos olhares o entendimento de memória, história e patrimônio cultural. Vivemos novos tempos no contexto mundial, uma nova economia liberal que exclui os trabalhadores do mercado de trabalho e o planeta está ameaçado pela destruição ambiental. Novos atores entraram em cena, a Guerra Fria é coisa do passado; agora, uma nova hegemonia econômica desponta no século XXI com força. E, diante dessas incertezas, nos perguntamos de maneira drummondiana,

[...] Com a chave na mão  
quer abrir a porta,  
não existe porta;  
quer morrer no mar,  
mas o mar secou;  
quer ir para Minas,  
Minas não há mais.  
José, e agora?

(DRUMMOND, 2008, p. 31).

Os lugares de memória estão ameaçados pela “modernidade líquida”, por isso é preciso criar arquivos, caso contrário, não seria necessário criar esses lugares de memória. “Se o que defendem não estivesse ameaçado, não teria a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que envolvem, eles seriam inúteis” (NORA, 1993, p. 7).

O nosso objeto de pesquisa são as fotos antigas do Museu Jaguaribano de Aracati e a sua relação com a Escola Estadual de Ensino Médio Gabriel Epifânio dos

Reis, na cidade de Icapuí, CE. Num primeiro momento, a nossa intenção é levar para esta escola, depois a exposição itinerante segue para outras escolas da Região Jaguaribana. Nessa empreitada acadêmica inicial, vamos dialogar com os “lugares de memória” para entender a importância do Museu Jaguaribano como espaço de memória. Queremos entender como uma cidade do interior se propôs a criar um museu e como esses objetos foram selecionados, narrados e ressignificados por esses agentes sociais. E entender se existe uma relação estreita do museu com a educação da região. Os professores de história e de disciplinas afins têm guiado seus alunos para esses espaços museais? E problematizado os objetos do museu? Nas exposições das fotos antigas, as escolas são convidadas? As fotos são problematizadas? Ou servem apenas de ilustração?

Iniciamos nosso diálogo conceituando memória nas palavras de Simson (2003, p. 14-18):

É formada por fatos e aspectos julgados importantes e que são guardados como a memória oficial da sociedade mais ampla. Se expressa no que chamamos de lugares da memória. Eles são os memoriais, os monumentos mais importantes, os hinos oficiais, quadros célebres, obras literárias e artísticas que expressam a versão consolidada de um passado coletivo de uma dada sociedade.

O teórico Pierre Nora no seu artigo “Entre memória e história: a problemática dos lugares”, observou que as memórias foram esfaceladas pela “aceleração da história”, como define no texto:

[...] uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida – uma ruptura de equilíbrio. O arrancar do que ainda sobrou de vivido no calor da tradição, no mutismo do costume, na repetição do ancestral sob o impulso de um sentimento histórico profundo. A ascensão à consciência de si mesmo sob o signo do terminado, o fim de alguma coisa desde sempre começada. Fala-se de memória porque ela não existe mais (NORA, 1993, p. 7).

Pierre Nora sugere que o momento atual desperta curiosidade pelos “lugares de memória”, porque o que existe agora é história. No museu são guardadas essas memórias esfaceladas e congeladas pelo tempo passado. Existem esses “lugares de memória”, porque as várias concepções de memória deixaram de existir, no caso, *memórias-sociedade* que asseguravam a conservação e a transmissão de valores

que acontecia entre os indivíduos dentro da sua comunidade. Isso se dá por extensão mundial, por causa das mudanças que o mundo atravessa no momento: a mundialização, a democratização, a massificação e a midiatização. Pierre Nora observa que a aceleração da história produz cada vez mais um passado morto, percepção de algo desaparecido. As novas tecnologias e a cientificidade aceleraram de tal forma a história que as *sociedades-memória* deixaram de assegurar valores que até então cabiam a ela, como a igreja, a escola, a família ou o Estado. Constatase também o fim das *ideologias-memória* que asseguravam a passagem regular do passado para o futuro. A percepção dos sujeitos na história “dilatou-se prodigiosamente, substituindo uma memória voltada para a herança de sua própria intimidade pela película efêmera da atualidade” (NORA, 1993. p. 08). O autor nos alerta para não perdemos nossa identidade nesse mundo que acelera de maneira vertiginosa, e tudo se torna efêmero num piscar de olhos.

Pierre Nora diferencia memória e história, que são termos distintos, cada um possui sua definição e sua função: “A história é um processo, uma construção que se refaz constantemente, através do nosso entendimento do passado” (NORA, 1998, p. 8-9).

Segundo Nora (1993, p. 9):

A memória é a vida sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações.

Para esse pensador, “A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais” (NORA, 1993, p. 9).

A memória e a história são conceitos distintos, interagem entre si, mas ambas têm vida própria e não se confundem.

Pierre Nora cita Halbwachs no seu artigo quando afirma:

[...] que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal (NORA, 1993, p. 9).

As memórias se constituem em individuais e coletivas. As memórias individuais são construídas ao longo da vida dos indivíduos e interagem com a família, com a escola, com o bairro, com a comunidade, com a cidade e com o país. As memórias coletivas, conceito criado por Maurice Halbwachs, no seu livro *Memória Coletiva*, são difíceis de conceituar didaticamente; afinal, como diz o próprio autor: “[...] há tantas memórias quantos grupos existem”. No entanto, arrisco-me a dizer que memória coletiva são as memórias produzidas pelos grupos dentro de um contexto específico. Quando essas memórias coletivas são ameaçadas, os grupos detentores do poder, selecionam e preservam suas memórias nos “lugares de memória”, no caso, o Museu Jaguaribano de Aracati. Esse grupo não detinha poder econômico, mas intelectual e político, pois grande parte desses idealizadores eram professores e políticos. Inúmeros casarões antigos foram derrubados para construção de casas modernas, foi preciso intervenções do IPHAN para garantir que esse patrimônio fosse respeitado. As principais ruas de Aracati levam nomes de coronéis políticos, oligarquia familiar: Coronel Pompeu, Coronel Alexanzito, Coronel Alexandrino. E nome de ruas de menor importância, na visão dos dominadores, Dragão do Mar, Castorina Pinto..., esses vultos menores por imposição popular foram agraciados e referendados na história do Aracati. Por isso se pensou na criação de um museu para que as memórias não desaparecessem pelo tempo.

A memória coletiva é vista por Le Goff (2003, p. 29) como “essencialmente mítica, deformada, anacrônica, mas constitui o vivido dessa relação nunca acabada entre o presente e o passado”; cabe à história “ajudá-la a retificar os seus erros”. Como Pollak, Le Goff reconhece que a memória coletiva é passível de manipulação nas lutas pelo poder: “tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas” (POLLAK; LE GOFF, 2003, p. 422).

Nora (1993) afirma que não se celebrar mais a nação, não implica que não se estudem suas celebrações. Sobre a condição da memória tomada como história, nos diz que “tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história[...]”. “A necessidade de memória é uma necessidade da história” (NORA, 1993, p. 9).

A proposta de Pierre Nora, quanto aos “lugares de memória”, o consagrou como historiador, não só na França, mais em vários países, inclusive no Brasil.

O que seriam esses “lugares de memória”? O próprio Pierre Nora os define: “rituais de uma sociedade sem ritual, sacralidades passageiras em uma sociedade que dessacraliza, ilusões de eternidade” (NORA, 1993, p. XXIV).

Para entender os “lugares de memória”, é necessário adentrar num tríplice sentido de lugares, vejamos:

- Lugares tangíveis, lugares físicos – acordes da Marseillaise, gastronomia...;
- Lugares funcionais, função de construir a memória francesa;
- Lugares simbólicos, características emblemáticas, símbolos maçônicos, rituais maçônicos...

O historiador Pierre Nora fala de “memória verdadeira” e de “memória alcançada pela história”, a partir desses dois conceitos fizemos um quadro para entender melhor a diferenciação entre os dois:

#### Memória verdadeira

- “fenômeno sempre atual, um laço vivido no eterno presente”,
- “a memória instala a lembrança no solo do sagrado”,
- “a memória brota de um grupo que ela solda, o que equivale a dizer que existem tantas memórias quantos grupos”,
- “múltiplo e multiplicável, coletiva, plural e individualizada”,
- “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto”,
- “memória um absoluto”.

#### Memória alcançada pela história

- “uma representação do passado”,
- “operação laicizante, convida à análise e ao discurso crítico”,
- “a história desaloja o sagrado, e torna tudo prosaico”,
- “A história ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe confere uma vocação ao universal”,
- “a história prende-se apenas às continuidades temporais, às evoluções e as relações entre coisas”,
- “A história conhece apenas o relativo” (PARADA, 2019, v. 3, p. 208-209).

Pierre Nora é muito enfático na distinção entre memória e história. Por suas colocações, percebe-se que não dá muita credibilidade à história, chega a dizer que a história “pertence a todos e a ninguém”, possui a “história uma vocação universal”. Embora faça essa distinção, não nega as sucessivas visitas e revisitas da história no campo das memórias. Uma alegoria para ilustrar esse olhar da história à memória: uma fonte de água pura que sacia os sedentos por água. A fonte sempre recebe visitas e revisitas que buscam por água para levar à civilização. Nessas idas e vindas, a água se torna turva e, quando levada para o andar de cima, não mata a sede dos que aguardam por água pura.

Quando Pierre Nora escreveu os *Lugares de memória*, sua intenção era salvaguardar as memórias francesas diante da União Europeia, temia que as memórias do seu país viessem a desaparecer diante de outras culturas, no caso, dos países do Bloco Europeu. Pierre Nora ficou surpreso pela repercussão do seu trabalho *Lugares de memória*. No início relutou em reconhecer “lugares de memória” como conceito para outras realidades. No entanto, em 1996, no prefácio à edição norte-americana de parte da coleção, admite plenamente a utilização dos “lugares de memória” para a análise de outros contextos: Diz o autor: “O caso francês, particularmente adequado para o exercício aqui proposto, serve para demonstrar uma nova abordagem à história nacional que pode ser útil em outros contextos nacionais” (NORA, 2019, p. 211).

Nesse mundo acelerado, se faz necessário a guarda das memórias nesses espaços museais. E no espaço museal nos apropriamos como objeto de estudo das fotos antigas, esse recorte temporal. Em resumo, como nos diz Peter Burke, “Imagens nos permitem” imaginar o passado de forma vívida”.

Diante de tantos fatos históricos fotografados pelo Sr. Abílio Monteiro, diga-se que não era um fotógrafo profissional, mas tinha uma paixão pela fotografia e nas horas vagas nos presenteou com fotos magníficas do Aracati antigo. Escolhemos a Maçonaria como objeto de estudo, no caso, a Loja Maçônica Fraternidade de Aracati. A nossa ideia era levar as fotos antigas para que os alunos escolhessem o fato histórico que lhes agradassem. No entanto, a pandemia da Covid-19 não permitiu a realização dessa atividade. As escolas foram fechadas e o próprio Museu Jaguaribano. A escolha do objeto para a exposição itinerante nas escolas coube a mim, acredito que seja de grande importância histórica e vai agregar outros temas discutidos em sala de aula.

O historiador Halbwachs traz um elemento novo para a discussão sobre memórias, a “memória coletiva”, o que transitava entre os historiadores era a memória individual. A novidade foi a memória coletiva que abriu uma transitoriedade entre as ciências sociais. A memória coletiva rompeu com a ideia de que, para “existir e para permanecer, na medida em que estivesse ligada a um corpo ou a um cérebro individual” (HALBWACHS, 2006, p. 71). Senso comum tão arraigado nos meios acadêmicos de ontem. As memórias individuais e coletivas estão sujeitas às mudanças, seja humanas ou sociais.

Tanto a memória individual quanto a memória coletiva são passíveis de desvios de lembranças, de ameaça de confusão e de ser afetados pelo esquecimento; estão sujeitos a reconstruções afetivas e (re) do passado, a transitoriedade, contingência e instabilidade das mudanças políticas. Enfim, ambas decorrem de um processo humano e social (ANPUH, 2011, p. 3-4).

As memórias são construídas no passado e revividas no presente. Sempre que se fazem necessárias, essas memórias vêm à tona, “ao lembrar de algo alguém se lembra de si” (RICOEUR, 2007, p. 107). As memórias são revividas quando os grupos que estão no poder têm interesse de ressuscitar essas memórias para se fortalecerem politicamente.

A matéria-prima dos historiadores são os fatos históricos. A historiografia é uma ferramenta de re(visitar) o passado nas memórias “intocáveis”, pelos menos os que colocam fatos sobre segredo de justiça. Sempre que se fazem necessárias, essas memórias retomam ao presente pelas mãos dos historiadores, ou muitas vezes, estupradas por mãos que se apropriam delas para justificar grupos dominantes ou indivíduos poderosos. Cabe ao historiador ético se apropriar do passado com o devido cuidado e ressignificar os fatos históricos.

A partir de agora, vamos adentrar em alguns conceitos do filósofo Ricoeur, do seu livro *A memória, a história e o esquecimento*. Ele não é historiador, mas trouxe para a historiografia grandes contribuições historiográficas. De acordo com esse autor,

[...] a história pode esclarecer, reanimar ou ajustar memória a uma perspectiva mais equilibrada sobre o passado por meio de uma instância crítica contribuindo assim para a estruturação de políticas de memórias mais justas (RICOEUR, 2007, p. 108).

A memória para Ricoeur pode ser natural ou artificial, o filósofo francês se detém mais na memória natural. Para explicar a memória, Ricoeur cria várias abordagens de memórias, memória impedida, memória manipulada, memória obrigada... Vamos nos deter na segunda categoria, pois esta vai no guiar no entendimento do que seja memória e identidade. “A especificidade dessa segunda abordagem situa-se no cruzamento entre a problemática da memória e da identidade tanto coletiva como pessoal” (RICOEUR, 2008, p. 94).

Acolher narrativas passadas exige senso crítico para não cairmos em pragmatismos exacerbados, “querer-saber” dos fatos é se inteirar com o mundo real. A memória narrativa é carregada de ideologia. O povo quando descuida de consultar suas memórias, corre o perigo de perder a identidade. Paul Ricoeur alerta para o perigo da memória oficial, detentora das narrativas ideológicas. O povo, ao “não-querer-saber” da verdade, se torna massa de manobra. Ricoeur (2007, p. 71): nos alerta, “lembrar-se não é somente acolher, receber uma imagem do passado, como também buscá-la, “fazer” alguma coisa”.

As comemorações e desfiles cívicos são formas de camuflar a memória e, assim, levar o povo ao esquecimento e à alienação. Como por exemplo, Dia de Tiradentes, Dia da Abolição da Escravatura, Dia da Independência do Brasil, Dia da Proclamação da República, Dia do Fico e tantas outras narrativas contadas a partir da visão dos grupos dominantes. Para Ricoeur (2007, p. 108), “[...] a história pode esclarecer, reanimar ou ajustar memória a uma perspectiva mais equilibrada sobre o passado por meio de uma instância crítica contribuindo assim para a estruturação de políticas de memórias mais justas”.

As “memórias mais justas” são aquelas que foram silenciadas pelos grupos dominantes. Os silenciamentos propositais das atrocidades cometidas por ideologias ao longo da história. Crimes em massa praticados pelos regimes totalitários do século XX. Os silenciamentos traumáticos que não querem lembrar, porque foram momentos de dor. Silenciamentos daqueles que colaboraram com os regimes totalitários ou mesmo participantes de atrocidades imagináveis. Para exemplificar esses silenciamentos, judeus que colaboraram com o nazismo, judeus que viveram nos campos de concentração e não querem mais lembrar desses horrores; “[...] uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto” (NORA, 1993, p. 7).

O ministro da Fazenda, Ruy Barbosa, no dia 14 de dezembro de 1890, assinou o despacho ordenando a destruição de documentos referentes à escravidão no Brasil. No documento, pedia que registros sobre servidão fossem enviados para a capital onde procederia à “queima e à destruição imediata deles”. A ordem de Rui para queimar os arquivos foi dada no dia 14 de dezembro de 1890 e o cumprimento da circular no dia 13 de maio. Nessa data Rui não era mais ministro. O executor da Circular seu sucessor, Tristão de Alencar Araripe. Fiz essa digressão para mostrar como a nossa história é controversa.

Circular nº 29 — Ministério dos Negócios da Fazenda — Rio de Janeiro, 13 de maio de 1891.

Convindo, para cumprimento das instruções expedidas por este ministério, em 14 de dezembro de 1890, que fiquem extintos todos os livros e papéis referentes ao elemento servil, recomendo aos Srs. inspetores das tesourarias da Fazenda que providenciem, com toda a urgência, para que sejam incinerados, sem demora, os livros de lançamento e as declarações feitas para a cobrança da taxa de escravos, e os mandados devolvidos ao juízo que os houver expedido, ex-vi do art. 5 da Lei nº 3.396, de 24 de novembro de 1888; desaparecendo por este modo os últimos documentos que atestam a ex-propriedade servil (Diário Oficial. Rio de Janeiro, 13 maio 1891, p. 2.037-8).

O Brasil foi um país escravocrata, milhares de negros foram traficados do continente africano para trabalhar na lavoura açucareira. Sem delongas, o tratamento dispensado aos negros se resume em três “P” (pau, pão e pano).

[...] costumava dizer que para os escravos são necessários três Pês, a saber: pau, pão e pano. E, posto que comecem mal, principiando pelo castigo que é o pau, contudo, prouvera a Deus que tão abundante fosse o comer e o vestir como muitas vezes é o castigo (ANTONIL, 1982, p. 91).

As “memórias mais justas” do filósofo Ricoeur, apresenta por marcarem a contenção da passagem do tempo, por meio da atualização do passado no presente, por preservarem o dever da memória em forma de futuro, por incorporarem o caráter ético e político contido na memória como ação e, através dela, propiciar mudanças na conduta de grupos sociais vigentes.

### 1.1.3 A construção do sujeito a partir de uma práxis museal

Dois historiadores que merecem ser ouvidos nessa discussão sobre museus e educação, Ulpiano Menezes e Régis Ramos. Ulpiano Menezes nos alerta para as práticas educacionais nos recintos dos museus. Os cuidados são necessários para haver uma relação amistosa entre museu e escola. Nunca é demais lembrar, museu e escola são duas instituições distintas. A escola é uma instituição formal e o museu é uma instituição informal. Os educadores acreditam na possibilidade de aprendizagem no espaço museal. O manuseio de quadro, de giz e de apagador entre quatro paredes é coisa do passado, concepção antiga de conceber a educação. A palavra interdisciplinaridade apareceu pela primeira vez a partir da Lei de Diretrizes e Bases nº 5.692/71 e foi retomada na nova LDB nº 9.394/96, juntamente com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Ulpiano Menezes nos traz algumas reflexões de suma importância para não cairmos em práticas pedagógicas “cômodas e sedutoras”. O museu não é um espaço teatral, nem vitrine tecnológica, e as escolas têm seus objetivos, os quais se restringem à aprendizagem de conteúdos historicamente sistematizados e normatizados por leis. Para Chagas (1994, p. 74), “O museu por definição é uma instituição que preserva, conserva, adquire, pesquisa e dinamiza os testemunhos materiais da cultura e da natureza”.

Os museus e as escolas perdem sua razão de ser quando abandonam os princípios que as nortearam. O que se observa nas visitas aos museus são as inconveniências, os enganos sedutores e as cômodas miragens. No passado, os museus eram elitistas, restritos a uma elite intelectual. No atual contexto, os museus são procurados pelas escolas. Vejo com muita preocupação essa busca por museus, pois os professores quando “guiam” seus alunos para esses espaços não têm um planejamento a priori, não envolvem os estudantes no seu acervo, nem fazem uma crítica séria dos objetos que ali repousam. A visita se restringe à observação. Na concepção de muitos alunos, não passa de um depósito de coisas velhas. Enfim, o professor não é capaz de criar uma identidade do aluno com o acervo do museu.

Quando me refiro à identidade aqui, não falo de identidades que dão suporte ideológico para se cometer atrocidades ou para justificar genocídios, tão comuns nos regimes políticos do século XX. A identidade de que falo é aquela identidade

local na qual o aluno tenha sentimento de pertencimento com as memórias depositadas no museu da sua cidade, do seu país. Afinal, como nos lembra Menezes (2000, p. 94), “[...] museu que se transforma no arauto de identidades e memórias concretas, a-históricas, reificadas, é tudo menos educador”.

O que é educar?

Uma pergunta muito pertinente nesses tempos de negacionismo. Respondemos com as palavras de Ulpiano Menezes:

Educar é promover a autonomia do ser consciente que somos – capazes de proceder a escolhas, hierarquizar alternativas, formular e guiar-se por valores e critérios éticos, definir conveniências múltiplas e seus efeitos, reconhecer erros e insuficiências, propor e repropor direções (MENEZES, 2000, p. 96).

Nas palavras de Ulpiano Menezes, resgato uma “autonomia” e, nesse ano (2021), não poderia deixar de falar do centenário do nascimento desse pernambucano, “cabra da peste”, Patrono da Educação Brasileira (Lei sancionada no dia 13 de abril de 2012, nº 12.612). O livro *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire, é o terceiro livro mais citado em trabalhos acadêmicos de Ciências Sociais no mundo. Nas entrelinhas de Ulpiano, percebe-se o apreço pela pedagogia de Paulo Freire mundo afora. “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 2003, p. 47). Declara ainda o autor:

Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições, um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho – a ele ensinar e não transferir conhecimento (FREIRE, 2003, p. 47).

A pedagogia da autonomia deve marcar as visitas dos alunos aos museus. Uma linguagem dos museus, de acordo com Ulpiano Menezes, deve agregar a simplicidade, a acessibilidade e a eficiência, resumidamente, uma linguagem objetiva para cativar seus “leitores visuais”.

As funções de um museu, nas palavras de Menezes (2000, p. 96), são estas: “[...] a fruição estética, o relacionamento afetivo, o devaneio, o sonho, a evasão, a nostalgia, sem excluir a informação – claro –, sob todas as suas modalidades e objetivos; e assim por diante”.

Em consonância com Paulo Freire, para entender a preocupação de Ulpiano, quanto às indagações dos alunos, trazemos esta declaração:

Para desempenhar consciente e eficazmente seu papel educacional, seria indispensável que o museu se reconhecesse como um lugar por excelência, mais de perguntas do que respostas – ideia-mestra com que Jacques Hainard e seus colaboradores renovaram a atuação do Museu de Etnografia de Neuchâtel, transformando-o numa referência internacional (MENEZES, 2000, p. 97).

Como já foi dito, o museu tem suas funções e o perigo da sua missão nos dias atuais é iminente. O museu não é um lugar de simples informação. O aluno entra no museu e o guia o enche de informações, muitas vezes informações decoradas. Uma simples pergunta fora do roteiro, o guia se perde. A missão do museu é também com a formação crítica do cidadão. Outra preocupação é que o museu não se torne um centro de espetáculo midiático. Afinal, como alerta Menezes (2000, p. 96): “O problema do museu é quando o museu se subordina à lógica do divertimento e do mercado e faz seus os objetivos e procedimentos do divertimento e do mercado”.

Nos dias atuais, os grandes museus têm perdido sua essência em nome do mercado cultural. A tecnologia permite que se visite um museu em qualquer parte do mundo sem sair de casa. Tudo esquematizado pela mídia, mastigado e com foco naquilo que os idealizadores acham pertinente para nossa formação. As perguntas e a criticidade não existem. Tudo submetido à “sociedade do espetáculo”, como afirma Debord (1997, p. 13):

Toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação.

Não faz sentido um museu sem acervo. Como diz Ulpiano (2000 p. 98), um “museu sem acervo é uma mula sem cabeça”. No museu, além do mundo simbólico, existe o mundo material. Cada peça do acervo museal guarda memórias e cabe ao visitante penetrar esse mundo material que guarda lembranças.

É fato. As universidades preparam mal os profissionais que trabalham nesse mundo museal. Elas investem naquilo que o mercado solicita, ou seja, profissionais

que atendam à “modernidade líquida”, dentro do conceito do sociólogo polonês Zigmunt Bauman:

No passado, a educação assumia muitas formas e era capaz de adaptar-se às circunstâncias mutáveis, de definir novos objetivos e projetar novas estratégias. Mas, se me permitem a insistência, as mudanças presentes são diferentes das que se verificaram no passado. Em nenhum dos momentos decisivos da história humana os educadores enfrentaram um desafio comparável ao que representa este ponto limite. Nunca antes nos deparamos com situação semelhante. A arte de viver num mundo hiper saturado de informação ainda não foi aprendida. E o mesmo vale também para a arte ainda mais difícil de preparar os homens para esse tipo de vida (BAUMAN, 2010, p. 60).

Não queremos demonizar a tecnologia, até porque ela veio para ficar. Seria ingenuidade negar as ferramentas tecnológicas nos dias atuais no museu. Hoje muitos museus espalhados pelo mundo são virtuais. Visitamos o museu do Louvre, Paris, sem sair de casa. Contemplamos a pintura “Mona Lisa” (La Gioconda), de Leonardo da Vinci, numa tela de computador, sentados no sofá da nossa casa. O formato de conceber os museus hoje mudou e a tendência é mudar cada vez mais, pois a tecnologia não para de se reinventar. O museu tem sua especificidade na cultura material, no entanto, em parceria com a tecnologia, acredito que os museus não perderão suas especificidades intrínsecas, formação crítica, especificidade na cultura material e subordinação das técnicas, sem se render à sedução, riscos e ilusões.

#### **1.1.4 A construção do sujeito a partir da práxis do objeto museal**

Percebo afinidades de ideias entre Régis Ramos e Paulo Freire no quesito “objeto gerador”. Paulo Freire tratou das “palavras geradoras” na construção da alfabetização do “sujeito-homem”, e Régis Ramos nos “objetos geradores” museais, “museu-cidadão”; ambos têm algo em comum, apreensão do conhecimento pela materialidade de objetos locais. Tanto Ulpiano Menezes como Régis Ramos tecem críticas em relação à sociedade de consumo e o distanciamento dos objetos que circundam o dia a dia dos alunos. Um diálogo afinado de Ulpiano Menezes e Régis Ramos nessa missão de resistência frente a esse modelo de sociedade capitalista.

Nessa discussão inicial, a percepção é de que o aluno, para gostar do museu, precisa se identificar com os objetos lá existentes, tem de nutrir sentimento de pertencimento. Se ele não se identificar com os objetos ali expostos, não faz sentido pra ele. A visita ao museu não passará de uma escapada além dos muros da escola. “[...] o ensino que se serve da cultura material como fonte de saber histórico se nutre, também, da *criatividade dos museus e das escolas* [...]” (RAMOS, 2004, p. 72, grifo nosso).

Sem reflexão sobre os objetos, esmigalha-se o potencial inovador e criativo do museu histórico. Em seu lugar, fica apenas a repetição de modelos oriundos da “biblioteca-convento” e da “disneylândia cultural”. “O museu que não tem compromisso educativo transforma-se em depósito de objetos, ou vitrines de um shopping center cultural” (RAMOS, 2004, p. 134).

Os professores reclamam muito de uma metodologia a ser trabalhada nos museus. Nas licenciaturas, os docentes saem sem conhecimentos teóricos, bem como da importância dos museus para a aprendizagem dos alunos. Muitos professores encerram a docência sem visitar eles próprios um museu e, o mais nefasto, nunca terem levado os alunos a esses locais impregnados de histórias e de memórias. Até hoje, a importância que se dá ao espaço museal é muito tímida. Muitos profissionais restritos à sala de aula dizem que as visitas, sejam quais forem, são enrolação. Na concepção medieval de muitos docentes, a aprendizagem só acontece no chão da sala de aula.

A estranheza dos professores frente aos museus acontece por desconhecimento e por falta de técnicas de aprendizagem no museu. Antes de ir a esses espaços, o professor deve conhecê-los, a fim de se apropriar do acervo, para ter uma ideia do que será trabalhado pelos alunos, após instigar um diálogo entre aluno-objeto, numa relação dialético-pedagógica.

O objetivo primeiro do trabalho com o objeto gerador é exatamente motivar reflexões sobre as tramas entre sujeito e objeto: perceber a vida dos objetos, entender e sentir que os objetos expressam traços culturais, que os objetos são criadores e criaturas do ser humano (RAMOS, 2004, p. 73).

Torna-se importante a relação do aluno com o seu cotidiano, a partir desse objeto do acervo do museu, porque, além de se apropriar da riqueza do espaço, ele consegue ver, observar e conhecer a história de cada objeto e, assim, alargar o

conhecimento, em relação à riqueza do patrimônio histórico-artístico-cultural do que pertenceu às gerações passadas, mas com uma memória viva dentro do espaço onde os objetos estão expostos.

Ao longo desses anos em que leciono, percebo o interesse dos alunos por fotografias, porque elas os levam a uma viagem ao passado. Os alunos mergulham num contexto antigo, discutem entre si os modelos de carros antigos, as procissões, as igrejas, os desfiles cívicos, as famílias, com as quais muitos se identificam, por meio do sobrenome e descobrem, inclusive, graus de parentesco.

A liteira (cadeira portátil) dos padres sempre traz questionamentos aos alunos. Não havia automóveis de combustão; havia somente cavalos e liteiras e o pároco já de certa idade opinava ser conduzido para os distritos transportado numa liteira, conduzida por dois homens fortes, um na frente e outro atrás, para as visitas paroquiais, nos distritos do Aracati. Como os alunos estão no presente, não concebem como liteireiros são capazes de levar um padre gordo à longa distância, Aracati – Majorlândia, distância de 12 Km. Nesses momentos de visitas, devemos ter muito cuidado com os anacronismos, muito comuns nas conversas dos alunos. Às vezes, eles associam os carregadores de liteira a escravos. Nesse contexto, não havia escravos, mas homens contratados pelas irmandades religiosas para conduzir o pároco ao distrito, principalmente nas festas das padroeiras distritais.

Na Roma antiga, a aristocracia romana e os imperadores eram conduzidos nessas liteiras por escravos. O professor de história que esteja trabalhando com história antiga, pode muito bem associar esses conteúdos à história antiga romana.

Como foi discutido anteriormente, história e memória são termos distintos. Não podemos cair em equívocos e achar que história e memória são da mesma natureza. Relacionamos histórias com lembranças pessoais e coletivas, a partir do “objeto gerador”. É prudente entender que pode ser até um ponto de partida, mas jamais um ponto de chegada”. Para Ramos (2004, p. 75): “Fundamental e inegociável é chegar à história, em sua dúvida metodicamente conduzida, em sua capacidade para lidar com as diferenças sem reduzi-las a um rol de diversidades prontas e acabadas”.

Desde a nossa discussão, enfatizamos que a realidade do aluno é o ponto de partida para uma “pedagogia dialógica”, proposta de Paulo Freire. No entanto, não significa que ficaremos amarrados na realidade do aluno; apenas reforçamos, já que o aluno é o ponto de partida para se alcançar a aprendizagem. Nesse sentido, é

importante destacar a seguinte reflexão de Ramos (2004, p. 7): “[...] a história deve tratar a memória de estudo, e não como a voz que vem do passado e simplesmente deve ser escutada e credenciada”. Para Veyne (1982, p. 45): “O conhecimento do passado exige do professor preparo metodológico para interrogar os objetos na medida certa, ou seja, são tessituras, tramas em movimento”.

A modernidade líquida corre contra o tempo. Tudo hoje é produzido para se acabar rápido. Vivemos na sociedade de consumo, apressando o tempo. “Depois de comprado, o objeto não deve ter vida longa: desgasta-se logo ou logo fica “fora de moda”. Nunca houve, em nenhuma sociedade, uma relação tão próxima entre berçário e cemitério” (RAMOS, 2004, p. 77).

Nesse contexto de sociedade que estamos inseridos, tudo é feito de forma descartável, para que o consumidor compre outra mercadoria e assim sucessivamente, até “descansar no cemitério”. Uma alienação profunda diante dos desafios da sociedade. Nesse mundo capitalista, é proibido criar raízes históricas na comunidade e se autoafirmar como cidadão, numa sociedade que prime pela cultura social. Somos sujeitos da nossa própria história e não meros fantoches nas mãos dos grandes capitalistas. Uma vida pautada por um verbo é viver de uma falsa ilusão: *vim ao mundo, consumi e morri*. Nessa trama existencial, vejo na educação em parceria com os museus uma salvação dessas almas que foram condenadas pelo capitalismo ao eterno castigo de Prometeu. “[...] o museu seria um núcleo educativo de insubstituível importância, centro de estudos sobre a historicidade dos objetos, instituição de pesquisa onde o contemporâneo ganharia um status sem precedentes...” (RAMOS, 2004, p. 79). Ainda de acordo com o mesmo autor:

Diante dessas mudanças bruscas de tempo, capitaneadas por ações humanas perdemos o potencial educativo de experimentar as diferenças temporais, de sentir a estética do tempo como forma de entender o que éramos, o que somos e o que poderemos ser. (RAMOS, 2004, p. 80).

Uma disciplina muito em voga no contexto atual é a educação ambiental. Não adianta cuidar do patrimônio cultural e deixar à mercê nossa Mãe Terra. Nos últimos tempos, a fauna e a flora, aos poucos se extinguem, por meio de crimes ambientais sem precedentes. A floresta amazônica abatida por madeireiros assassinos que derrubam suas árvores para vender as toras de madeira ao mercado externo. Os rios poluídos por garimpeiros que usam o mercúrio na separação do ouro do

cascalho. A derrubada das árvores para criação de gado de forma extensiva. Todas essas práticas de crimes ambientais são condenáveis e a educação tem papel de suma importância na conscientização da preservação do meio ambiente. Fizemos essa digressão porque sem chão para pisar não adianta projetos, por mais bem feitos que sejam. E a interdisciplinaridade nos permite esse “namoro” entre meio ambiente e história.

Nas últimas décadas, o patrimônio natural (natureza) tem tido uma relevância grande na sociedade. E a tendência é cada vez mais ser uma pauta de discussão entre os encontros dos líderes mundiais a preservação do meio ambiente. As mudanças climáticas e o aquecimento global têm mudado o clima da terra e colocado a raça humana em perigo de extinção.

A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Paris de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972, em sua décima sétima sessão, afirmou:

Verificando que o patrimônio cultural e o patrimônio natural são cada vez mais ameaçados de destruição, não somente pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e econômica que se agrava com fenômenos de alteração ou de destruição ainda mais temíveis; considerando que a degradação ou o desaparecimento de um bem do patrimônio cultural e natural constitui um empobrecimento nefasto do patrimônio de todos os povos do mundo [...].

A Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) e os Parâmetros Curriculares (PCN) abriram um leque de infinitas possibilidades na educação dos alunos, a *interdisciplinaridade*. Todas as ciências dialogam entre si, a literatura, a museologia, a antropologia, a geografia e tantas outras ciências têm caminhado de mãos dadas nessa difícil missão de educar para a cidadania.

Quando o museu se coloca como instituição que expõe estudos de cultura material, pressupõe-se exatamente isso: a vida que há nos objetos, a historicidade construtiva dos objetos, que permite novas aventuras para o ato de conhecer o nosso mundo e o mundo de outros tempos e outros espaços (RAMOS, 2004, p. 92).

Deseja-se, portanto, para o contexto atual, um “museu aquecido”, não gelado (cadavérico), provido de novidades no seu acervo, a fim de despertar nos alunos a conscientização, palavra em desuso nesse contexto de negacionismo atual.

Assim como, segundo Heráclito, ninguém entra num mesmo rio mais que uma vez, posto que o rio está sempre a fluir, assim também no museu (aquecido) de grandes novidades ninguém se defronta com o mesmo objeto museal mais que uma vez, posto que o “visto” e o “vedor” estão em constante devir (CHAGAS, 1994, p. 75).

A nossa homenagem ao “educador das obviedades”, como gostava de ser chamado Paulo Freire (1921-1997):

Canção do óbvio  
 Escolhi a sombra desta árvore  
 Para repousar do muito que farei  
 Enquanto esperarei por ti  
 Quem espera na pura espera  
 Vive um tempo de espera vã  
 Por isto, enquanto te espero  
 Trabalharei os campos e  
 Conversarei com os humanos  
 Suarei meu corpo, que o sol queimará;  
 Minhas mãos ficarão calejadas  
 Meus pés aprenderão o mistério dos caminhos  
 Meus ouvidos ouvirão mais  
 Meus olhos verão o que antes não viam...

Paulo Freire (Brasil 1921-1997) Canção Óbvia foi escrita em Genève, em março de 1971. In: FREIRE, P. *Pedagogia da Indignação*. São Paulo: Unesp, 2000.

### 1.1.5 Museus históricos

A *Internacional Council of Museuns* (ICOM, 2001, p. 1) conceitua o museu como

[...] uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para a educação e deleite da sociedade.

O Conselho Internacional de Museus é uma organização não governamental internacional, sem fins lucrativos, que se dedica a elaborar políticas internacionais para os museus. O Museu Jaguaribano de Aracati não é uma instituição pública (municipal, estadual e federal).

O ICOM, criado em 1946, mantém relações formais com a UNESCO e é membro do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas. Sua sede é junto à UNESCO, em Paris, é composto por mais de 27.000 membros de 150 países, 114 Comitês Nacionais e 30 Comitês Internacionais.

Na Europa, a aristocracia colecionava objetos para deleite próprio, os famosos gabinetes de curiosidades. Só a partir da Revolução francesa, 1789, os tesouros foram confiscados e expostos para a burguesia em ascensão. Uma revolução que não socializou a cultura para todos. O povo continuou excluído desses espaços museais por não haver uma política educacional voltada para o incentivo do povo, para frequentar esses lugares de memória.

De instituições elitistas, colonizadoras, sectárias e excludentes, os museus têm procurado os caminhos da diversidade cultural, da repatriação das referências culturais, da gestão partilhada e do respeito à diferença de forma objetiva e construtiva. De instituições paternalistas e autoritárias, os museus têm percorrido os árduos caminhos do diálogo cultural e da convivência com o outro. De instituições isoladas e esquecidas, os museus têm valorizado a atuação em redes e sistemas, procurando mostrar a sua importância para o desenvolvimento socioeconômico. De instituições devotadas exclusivamente à preservação e comunicação de objetos e coleções, os museus têm assumido a responsabilidade por ideias e problemas sociais (BRUNO, 2007, p. 6-7).

Gustavo Barroso, escritor e membro da Academia de Letras do Brasil (ALB), do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), participou do Movimento Integralista Brasileiro (MIB) e criou o Museu Histórico Nacional (MHN). Quando esteve na vanguarda do MHN, desenvolveu uma prática saudosista em relação aos museus. Museus voltados ao culto à saudade, à pátria e à celebração aos vultos gloriosos e locais.

O museu tradicional, no atual contexto de um tempo em aceleração, não incentiva os visitantes a irem a esses locais com mais frequência. Na concepção de muitos estudiosos, museus que não primam pelo social, pela história local e pela cultura, são apenas depósito de coisas velhas. Para Bitteencourt (2003): “As ciências sociais deram aos museus uma nova dinâmica de existência. Através da declaração de Santiago, os museus passaram a ser uma instituição mais comprometida com o social”.

Os chefes de Estado membros da Comunidade Ibero-Americana, reunidos nos dias 8, 9 e 10 de novembro de 2007, em Santiago do Chile, na XVII Cúpula, em torno do tema “A coesão social e as políticas sociais para promover sociedades mais inclusivas na Ibero-América”, reiteraram a inclusão, a justiça, a proteção, a assistência social e o fortalecimento dos sentimentos de solidariedade, de pertencimento e de identidade social.

O movimento modernista (1922) no Brasil mudou essa concepção de copiar a cultura europeia, “eurocentrismo”. O movimento focou, diretamente, a forma de conceber os museus nessa visão de museu enciclopédico. O poeta Mário de Andrade teve papel crucial nessa mudança de paradigmas museais no Brasil.

O interesse de Mário pelos museus e pelo patrimônio cultural, está sintonizado com o seu ideário modernista e representa a busca de um complemento necessário. O autor de Ode ao Burguês atribui à instituição museal um sentido inteiramente diverso daquele que estava em voga. Para ele, as ações de preservação do patrimônio cultural estão identificadas com o processo de alfabetização e os museus, enquanto agências privilegiadas de preservação, deveriam desenvolver funções educativas (SOUZA, 2009, p. 65).

Enquanto Gustavo Barroso pensava o museu como um local destinado a realizar o “culto à saudade”, a “exaltação da pátria” e a celebração dos “vultos gloriosos”, Mário de Andrade o considerava como um espaço de estudo e de reflexão, como instrumento capaz de servir às classes trabalhadoras, como instituição catalisadora e, ao mesmo tempo, resultante da conjugação de forças diversas, como âncora de identidade cultural.

O interesse por museus é novo, precisamente após a Segunda Guerra Mundial. As cidades foram destruídas na Europa pelas bombas aéreas, vieram as ruínas, os prédios históricos bombardeados e a pilhagem das obras de arte pelos nazistas. As “obras degeneradas” (MINERBI, 2009, p. 65), reprovadas pelo regime nazista viraram cinzas e tantas outras compradas por colecionadores oportunistas. Muitas obras de arte até hoje estão desaparecidas, com certeza nas mãos de colecionadores particulares. Na Conferência do holocausto de Washington (2014), estabeleceu-se que as obras de arte saqueadas pelos nazistas sejam identificadas e devolvidas a seus verdadeiros donos o mais rápido possível. No entanto, na prática, os museus que abrigaram essas obras não querem devolver e os processos judiciais se arrastam na justiça. A UNESCO foi criada após a Segunda Guerra no intuito de

salvaguardar a cultura mundial. Por iniciativa da UNESCO, foi criado o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS).

Em Paris, no dia 20 de novembro, 2015, houve uma Conferência Geral que tratou dos museus e das coleções, da sua diversidade e do seu papel na sociedade. A Conferência fez recomendações referentes aos museus no século XXI, considerando que os museus compartilham algumas das missões fundamentais da Organização, conforme estipuladas nas suas determinações, incluindo a contribuição à ampla difusão da cultura, à educação da humanidade para a justiça, a liberdade e a paz, a fundamentação da solidariedade intelectual e moral da humanidade, oportunidades plenas e iguais de educação para todos, na busca irrestrita da verdade objetiva, e no livre intercâmbio de ideias e conhecimento (UNESCO, 2015, p. 1).

## 1.2 CULTURA ESCOLAR, PATRIMÔNIO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: ASPECTOS RELEVANTES

A escola é uma instituição sujeita às normas do Estado. Não poderia ser diferente, pois se cada escola no Brasil resolvesse criar suas próprias regras, seria uma anarquia. Contudo, as escolas têm suas especificidades locais que merecem respeito. No Projeto Político-Pedagógico (PPP), essas especificidades são contempladas com todos da escola, uma construção democrática. Costumo falar nas reuniões pedagógicas, “o PPP é a cara da escola”. Nem sempre recebe o devido valor, acredito que seja por desconhecimento e motivação por parte do grupo gestor. Na minha experiência de gestor escolar na cidade de Icapuí, sempre levava a sério o PPP. Depois de feito, o PPP era exposto na sala dos professores, onde todos teriam acesso ao manuseio. Nessa perspectiva, insiro a cultura escolar ao patrimônio.

Educação Patrimonial é outra função primária dos museus. A expressão educação patrimonial foi introduzida no Brasil a partir do 1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, realizado no Museu Imperial de Petrópolis, RJ, 1983. Em 1996, Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro, lançaram o *Guia Básico de Educação Patrimonial*.

Os museus atuam na educação formal e informal e na formação continuada, por meio do desenvolvimento e da transmissão do conhecimento, programas educacionais e pedagógicos, em parceria com outras instituições, especialmente escolas. Programas educacionais em museus contribuem primariamente para

educar diversos públicos, acerca dos tópicos de suas coleções e sobre vida cívica, bem como ajudam a gerar consciência sobre a importância de se preservar o patrimônio e impulsionam a criatividade. “Os museus podem ainda promover conhecimento e experiências que contribuem para a compreensão de temas sociais relacionados” (UNESCO, 2015, p. 4).

Nesses tempos de globalização, os órgãos responsáveis pelos museus devem salvaguardar os acervos dos museus, pois na atual conjuntura os museus adquiriram uma mobilidade muito grande, deslocam-se de um lugar para outro com muita rapidez, a fim de mostrar que a distância não é mais problema para a mobilidade dos acervos museais pelo mundo afora.

A globalização permitiu maior mobilidade de coleções, de profissionais, visitantes e de ideias, com resultados impactantes positiva e negativamente para os museus, refletidos em maiores acessibilidade e homogeneização. Os Estados Membros devem promover a salvaguarda da diversidade e identidade que caracterizam os museus e coleções, sem diminuir o papel dos museus no mundo globalizado (UNESCO, 2015, p. 5).

O fenômeno da ampliação da diversidade museal trouxe a erosão das tipologias museológicas baseadas em disciplinas e acervos, o alargamento do espectro de vozes institucionais, a flexibilização das narrativas museográficas de grandes sínteses nacionais ou regionais, a experimentação de novos modelos museológicos e museográficos, a disseminação de museus e casas de memória por todo país. A democratização da tecnologia museu implicou a apropriação (ou a antropofagia) dessa ferramenta por diferentes grupos étnicos, sociais, religiosos e familiares com o objetivo de constituir e institucionalizaras suas próprias memórias (CHAGAS, 2005, p. 20).

### 1.3 PATRIMÔNIO CULTURAL E EDUCAÇÃO

A palavra patrimônio vem do Latim *patrimonium*, “herança, propriedade paternal”, de *pater*, “pai”, mais – *monium*, sufixo indicando “condição, estado, ação”. Entre os antigos romanos, se referia a tudo aquilo que pertencia ao pai de família, patriarcalismo, tão presente em nossa sociedade e na legislação jurídica. Assim, o patrimônio era privado, individual e da classe de nobres. A difusão do cristianismo e o predomínio da Igreja, principalmente na Idade Média, acrescentam o caráter religioso ao patrimônio. No Período Colonial surgiram no Brasil muitos monumentos construídos a partir do estilo barroco que tem raízes no patriarcalismo.

O termo monumento vem do verbo latino *monere*, que significa fazer lembrar:

[...] o monumento é um sinal do passado. Atendendo suas origens filosóficas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. [...] O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas “é um legado a memória coletiva” e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos (LE GOFF, 1994, p. 95).

Durante muito tempo, o termo patrimônio foi restrito ao histórico, a documentos, a monumentos e a edificações. Ao processo de discussão de patrimônio incorporou-se o termo Patrimônio Cultural, que foi muito mais abrangente, ao sair dessa concepção da pedra e da cal. Esse novo conceito incorporou novos campos da cultura com novas paisagens, arquiteturas, tradições, gastronomia, expressões de arte, documentos e sítios arqueológicos que passaram a ressignificar as memórias de suas comunidades. Um novo olhar para esses lugares de memória contribuiu no sentimento de pertencimento ao lugar. “A memória é a presentificação de uma ausência no tempo, que só se dá pela força do pensamento – capaz de trazer de volta aquilo que teve lugar no passado” (PESAVENTO, 2004, p. 26). Por isso é tão importante essa proximidade entre escola e museu, pois fortalece a história local e quem conhece, cuida.

Cada geração faz sua leitura, a partir de seu contexto histórico. Não existem narrativas fechadas e eternas, pois, como afirma Pesavento (2004, p. 26), “cada geração reconstrói aquele passado e o sistematiza em uma narrativa”.

Os sujeitos sociais constroem e reconstroem, constantemente, o seu passado, processo constante de criação de significados para a compreensão do lugar no qual se escolheu para viver.

[...] uma cidade inventa seu passado, construindo seu mito das origens, descobre pais ancestrais, elege seus heróis fundadores, identifica um patrimônio, cataloga monumentos, transforma espaços em lugares com significados. Mais do que isso, tal processo imaginário de invenção da cidade é capaz de construir utopias, regressivas ou progressivas, através das quais a urbs sonha a si mesma. (PESAVENTO, 2004, p. 25).

O Patrimônio Cultural é um lugar de disputas de classes e daí o alerta de Nestor Canclini (1994, p. 97): “se é verdade que o patrimônio serve para unificar

uma nação, as desigualdades na sua formação e apropriação exigem que se estude, também, como espaço de luta material e simbólica entre as classes, as etnias e os grupos. O patrimônio expressa uma simbologia, melhor falando, reforça ideologias das classes dominantes. Quando as elites têm interesse de preservar o patrimônio, é de se perguntar, por quê? Nas relações sociais não existem ingenuidades, seja de direita ou da esquerda. A apropriação de uma narrativa patrimonial tem seus interesses de classe social, afinal, como diz Bourdieu (1989): “Na sociedade, coexistem disputas simbólicas como exercício de poder simbólico”.

Durante muito tempo, a preocupação com a preservação do patrimônio estava restrita à personificação dos grandes homens, dos feitos heroicos desses personagens e com os monumentos de pedra e de cal, e a população mais pobre era excluída desse processo cultural, seja presencial ou por representantes de suas famílias. Nesse sentido,

é importante deixar claro que patrimônio está não apenas em elementos do passado, mas também no presente e conseqüentemente, não é apenas o belo, o grandioso, monumental e heroico. O patrimônio histórico cultural está junto ao que é corriqueiro, no cotidiano da comunidade e nos aspectos mais simples da vida (TEIXEIRA, 2008, p. 199-211).

Na cidade de Paris, do dia 17 de outubro a 21 de novembro de 1972, aconteceu a Conferência Geral da UNESCO. Nessa conferência, ratificou-se a concepção de Patrimônio Mundial:

O patrimônio cultural é composto por monumentos, conjuntos de construções e sítios arqueológicos, de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas [...] A Convenção definiu também que o Patrimônio Natural é formado por monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas, formações geológicas e fisiográficas, além de sítios naturais. Nele a proteção ao ambiente, do patrimônio arqueológico, o respeito à diversidade cultural e às populações tradicionais são objeto de atenção especial. Nesse sentido, a Lista de Patrimônio Mundial reside na conformação de um patrimônio comum, partilhado entre todos os países (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2016).

A educação só foi concebida como mecanismo de dominação pelas reformas de Francisco Campos, na década de 1930, em pleno governo de Getúlio Vargas. Os intelectuais foram convidados a compor o governo varguista, como Gustavo

Capanema, Ministro da Educação, Mário de Andrade, Oscar Niemeyer, Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, Lúcio Costa e Drummond de Andrade, chefe do gabinete de Capanema. A ideia do grupo, como a do governo, era criar uma “cultura nacional”.

Mário de Andrade indicou para o SPHAN o advogado e jornalista Rodrigo Melo Franco de Andrade, que ficou no cargo por 30 anos. Só que havia limitações nessa preservação, pois Mário de Andrade, nas suas andanças por Minas Gerais, focou muito no estilo barroco e na arquitetura colonial das cidades mineradoras. O saldo positivo SPHAN nesses 30 anos, milhares de tombamentos de bens pelo Brasil.

A história nacional era o foco da educação formal e, durante muito tempo, perdurou essa ideia no meio acadêmico. A partir da Constituição Federal de 1988, a “Carta Cidadã” vai sacudir velhos conceitos por novas ideias, no caso, a valorização do cidadão como sujeito ativo de mudanças sociais. Saímos de uma ditadura militar onde o cidadão foi amordaçado nas suas falas de protesto. Agora, com a redemocratização, o ensino-aprendizagem se estabeleceu nas escolas. O artigo 216 da Constituição Federal declara:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória, dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Nesse contexto, surgem, no Brasil, novos conceitos metodológicos relacionados à educação e ao patrimônio cultural. A educação patrimonial se instala no Brasil, a partir de 1983, e tem como marco a ação do Museu Imperial de Petrópolis, com o 1º Seminário sobre o uso Educacional dos Museus e Monumentos. Na ocasião, Maria de Lourdes Pereira Horta, apresentou a expressão “Educação patrimonial”. Depois do Seminário, essas ideias sobre patrimônio histórico foram

internalizadas pelas escolas, através do *Guia Básico de Educação Patrimonial*, material didático de apoio, lançado em 1999.

O trabalho de educação patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu Patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 4).

O *Guia Básico de Educação Patrimonial* é um marco paradigmático para o campo da educação mediada pelo patrimônio cultural no Brasil. O termo “educação patrimonial” entrou no vocabulário da educação na década de 1980. Segundo Horta (2006, p. 5): “O Guia consolida a introdução no Brasil do trabalho pedagógico desenvolvido na Inglaterra, sob a designação de Heritage Education”. Depois de sua participação em um seminário na Inglaterra em que se discutiu como utilizar fontes primárias nas aulas de História, ela trouxe para o Brasil os conceitos e a metodologia aprendidos na Europa. Horta ampliou o leque de compreensão de patrimônio ao introduzir as festas, rituais, saberes, do que se produz e se vivencia nas escolas. Dentro dessa ótica, introduzimos a Escola Gabriel Epifânio dos Reis na vivência museal para alargar os conhecimentos históricos, trazendo para o espaço escolar a exposição itinerante de fotos antigas do Aracati. Ressalto, a história de Icapuí converge para a história de Aracati, pois Icapuí já foi distrito de Aracati, como Itaiçaba e Fortim.

#### 1.4 LDB, PARÂMETROS CURRICULARES, BNCC E PPP

##### 1.4.1 LDB

A LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), foi sancionada no dia 20 de dezembro de 1996 com o nº 9.394 e assegura aos estudantes o acesso de todos a um ensino de qualidade e gratuito. Diversificado na grade curricular, respeita as características regionais e locais de cada cultura.

A primeira LDB foi feita 1961, no governo de João Goulart, revisada durante a ditadura militar, em 1971, e a atual em 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso. A discussão da nova LDB durou oito anos no Congresso Nacional (1988-1996).

A Constituição Federal de 1988 abriu caminho para que tivéssemos uma nova LDB nos moldes democráticos, realidade que o Brasil vivia naquele momento. O senador Darcy Ribeiro teve um papel crucial na revisão da LDB e em sua aprovação.

A nova LDB abriu caminho para avaliações externas do ensino básico, no caso, o IDEB (federal) e o SPAECE(Estado), permitiram um retrato fiel da educação brasileira e a aplicação de recursos públicos como investimento para o que é necessário e correto.

A LDB trouxe algumas novidades que merecem destaque:

- Implantação da gestão democrática, a partir da LDB o grupo gestor é escolhido pelos alunos, pais, professores e funcionários da escola.
- Educação básica gratuita para todos.
- 200 dias letivos ou 800h (anual).
- Base Nacional Comum Curricular, a BNCC que vamos discutir mais na frente.
- Currículo diversificado, o conteúdo até então era muito engessado, agora ficou mais flexível, pois contempla a cultura local e regional.

Não configuram, portanto, um modelo curricular homogêneo e impositivo, que se sobreporia à competência político-executiva dos Estados e Municípios, à diversidade sociocultural das diferentes regiões do País ou à autonomia de professores e equipes pedagógicas (BRASIL, 1997, p. 10).

– Formação de nível superior para os professores do ensino básico. Abriu caminho para que os professores cursassem um curso pedagógico.

– Criação de cargos de especialistas dentro das escolas, os alunos especiais foram contemplados por essa medida de suma importância, pois os alunos especiais passaram a frequentar as escolas com um acompanhamento de um especialista, no caso, psicopedagogo.

Até então, não havia uma política de recursos financeiros para a educação. A partir da LDB/96, a União (18%), Estados e Municípios (25%) ficaram responsáveis por aplicar recursos na educação. Os gestores ficaram corresponsáveis por tais repasses, com o sério risco de improbidade administrativa pela não aplicação destes à educação.

#### **1.4.2 BNCC**

No dia 4 de dezembro de 2018, foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), referente ao Ensino Médio. A homologação pelo Ministério da Educação aconteceu na semana seguinte, no dia 14 de dezembro de 2018.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver, ao longo das etapas e das modalidades da Educação Básica (educação infantil, fundamental 1 e 2 e o ensino médio), de modo que sejam assegurados os seus direitos de aprendizagem e de desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Apesar de ser um documento que rege toda a educação nacional, não é um documento engessado. As particularidades (metodológicas, sociais e regionais) de cada comunidade são respeitadas.

Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva [...] (BRASIL, 2018, p. 7).

Contudo, não significa que cada escola agora vai criar o seu próprio currículo. A BNCC é um guia que orienta cada escola a encontrar seu direcionamento correto, ou seja, proporcionar aos alunos uma aprendizagem que garanta seu futuro na sociedade em termos de conhecimentos científicos e tecnológicos.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) na sua construção necessita alinhamento com o BNCC, pois sem diálogos com outros documentos educacionais,

ele se torna uma anarquia. A Constituição Federal (CF/88) e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) são marcos obrigatórios para a formatação da BNCC.

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 205, reconhece a educação como direito fundamental compartilhado entre Estado, família e sociedade ao determinar que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Com base nesses marcos constitucionais, a LDB, no Inciso IV de seu Artigo 9º, afirma que cabe à União estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (BRASIL, 1996).

A maneira conteudista de fazer educação não cabe mais nesse mundo de tantas transformações tecnológicas. Muitas vezes, o professor desabafa: “esse aluno não quer nada com a vida”; quer sim, mas não nesses moldes de quatro paredes, carteiras em fila indiana, quadro, giz e apagador. O mundo mudou e muitos professores se acomodaram, perderam o interesse pela dedicação exclusiva à educação.

A BNCC prima pela formação integral do aluno, contempla o mundo físico, social, cultural e digital. As competências da BNCC preparam os alunos para a realidade na qual estão inseridos. Sem essas competências, os alunos se sentem ausentes do processo e se tornam suscetíveis à exclusão econômica e política da elite dominante.

#### 1.4.2.1 Competências gerais da educação básica

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construído sobre o mundo físico, social, cultural,
2. Exercitar a curiosidade intelectual
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais,
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital,
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais,
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais,
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis,
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional,
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a

resolução de conflitos e a cooperação,<sup>10</sup>. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação (BRASIL, 2018, p. 9, 10).

A terceira competência vem reforçar o nosso trabalho de pesquisa, cujo tema é “Do chão da escola ao piso secular do museu Jaguaribano”. A BNCC abre um leque de possibilidades nessa relação da cultura com a escola e, no nosso caso em específico, na relação museu-escola. Tudo vale a pena, quando os meios apontados garantem ao aluno uma aprendizagem de qualidade e de equidade. Que almeje uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

É necessário, ainda, que a Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas favoreça o protagonismo juvenil investindo para que os estudantes sejam capazes de mobilizar diferentes linguagens (textuais, imagéticas, artísticas, gestuais, digitais, tecnológicas, gráficas, cartográficas etc.), valorizar os trabalhos de campo (entrevistas, observações, consultas a acervos históricos etc.), recorrer a diferentes formas de registros e engajar-se em práticas cooperativas, para a formulação e resolução de problemas (BRASIL, 2018, p. 562).

### **1.4.3 Parâmetros Curriculares Nacionais**

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o país. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, no intuito de socializar discussões, pesquisas e recomendações, que subsidiem a participação de técnicos e de professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual (BRASIL, 1997, p.10).

Os PCN, elaborados pelo MEC, preveem a temática da Educação Patrimonial para o ensino básico. Tanto o fundamental, anos iniciais e anos finais, como também o ensino médio, foram contemplados por conceber a necessidade de estabelecer relações com o patrimônio histórico e cultural, a fim de resgatar as memórias e as identidades locais, regionais e nacionais. A Constituição Federal de 1988, a LDB e os PCN abriram caminhos para se pensar na história local, pois nos assegura a nossa identidade-cidadã e nos protege de culturas externas que não somam a nossa cultura local ou regional, capitaneadas pela globalização.

A escola tem por função trabalhar com o conhecimento socialmente produzido, não como transmissão pura e simples, mas na perspectiva da sua reconstrução e ressignificação (MACHADO; MONTEIRO, 2010, p. 25-26).

Os PCN foram elaborados de modo a servir de referencial para o trabalho dos professores, a fim de respeitar a sua concepção pedagógica própria e a pluralidade cultural brasileira. Os PCN são abertos e flexíveis e podem se adaptar à realidade de cada região.

#### **1.4.4 Projeto Político-Pedagógico**

O Projeto Político-Pedagógico, também chamado de PPP, é considerado por profissionais da educação como o principal documento da escola. Sua função é orientar as intencionalidades educativas das instituições de ensino de acordo com as necessidades e com as expectativas da comunidade onde estão inseridas. O PPP tem elaboração anual obrigatória pela legislação, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96).

Nem toda escola dá o devido valor ao PPP. Até os acadêmicos desconhecem o PPP da escola. Na semana pedagógica, um dia é dedicado à construção do PPP por todos os segmentos da instituição, desde os profissionais responsáveis pela limpeza e pela confecção da merenda até a gestão da escola. Todos participam desse momento sublime, pois o PPP é a cara da escola. Durante o ano, a escola vai se guiar pelo PPP. No entanto, o PPP é revisto apenas na semana pedagógica; depois é engavetado e esquecido. Infelizmente, para muitas escolas o PPP é apenas uma obrigação burocrática exigida pela Secretaria de Educação. A democratização do PPP é muito importante, uma escola democrática congrega grêmios estudantis, Conselho Escolar e Conselho de Pais.

O PPP define os rumos da escola e nele estão determinados, em detalhes, todos os objetivos, as diretrizes e as ações que devem ser valorizadas, durante o processo educativo. Dessa maneira, o PPP deve ser percebido como uma estratégia de trabalho durante o ano.

Quando bem construído, um PPP serve de parâmetro para as ações de toda a comunidade escolar, porque abrange todos os espaços que compõem o ambiente educacional. Se bem configurado, o documento pode vir a ser o instrumento referenciado de significativas modificações nos processos, na

organização e nas práticas escolares. Isso permite que a escola conquiste a qualidade de educação almejada e se torne uma referência na qualidade do ensino.

No Projeto Político-Pedagógico, é imprescindível pensar nestes conceitos tão importantes: *patrimônio*, *identidade* e *cidadania*. O PPP é um instrumento que reflete a proposta educacional da instituição de ensino. A LDB obriga toda escola no Brasil a construir seu PPP para nortear suas ações pedagógicas, e uma escola que se preza, não pode deixar de contemplar no seu PPP o Patrimônio Histórico e o meio ambiente.

O alicerce que percebemos necessário entre Educação e Patrimônio Cultural pode ser traduzido na afirmativa do educador e teórico brasileiro Paulo Freire, quando enfatiza, em *Pedagogia do Oprimido*, que “só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, ninguém educa impaciente, permanente, que os homens fazem no ninguém, os homens se educam uns aos outros, mundo, com o mundo e com os outros” (FREIRE, 1987, p. 33).

Navegar é preciso, sim, nos verdes mares bravios. O nosso educador, o saudoso Paulo Freire, é nosso guia nessa viagem em busca de um porto seguro. Em homenagem ao mestre Paulo Freire, junto ao grande poeta da língua portuguesa, Fernando Pessoa, finalizamos o primeiro capítulo cantando: “Navegar é preciso; viver não é preciso” (PESSOA, 2003, p. 231).<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> “Navigare necesse; vivere non est necesse” – latim –, frase de Pompeu, general romano, 106-48 a.C. dita aos marinheiros, amedrontados, que recusavam viajar durante a guerra. Cf. PLUTARCO, in: *Vida de Pompeu*.

## CAPÍTULO II

### 2 DO CHÃO ESCOLAR AO ESPAÇO SECULAR NO TEMPO PRESENTE

Neste capítulo, construo o piso secular ao introduzir o museu como espaço de conexão entre o Museu Jaguaribano de Aracati e a Escola Gabriel Epifânio dos Reis, sediada na cidade de Icapuí, Ceará. Os museus são grandes espaços de aprendizagem e, quando bem trabalhados com os alunos, despertam resultados animadores em termos de aprendizagem. Nesta pesquisa, optamos pelo acervo imagético do Museu Jaguaribano do Aracati.

**Figura 1:** Edifício do Museu Jaguaribano de Aracati



**Fonte:** Anuário do Ceará (2021-2022).

**Figuras 2 e 3:** Fachada da Escola de Ensino Médio Professor Gabriel Epifânio dos Reis, Icapuí – CE.



**Fonte:** Acervo pessoal.

Como foi discutido no primeiro capítulo, memória e história, são conceitos distintos, no entanto, interagem dialeticamente no processo histórico. Para Hobsbawn (1998), “A história é um processo, uma construção que se refaz constantemente, através do nosso entendimento do passado”. A memória é um fenômeno construído socialmente, é seletiva, suscetível à ação de grupos, seja para o bem ou para o mal. Os grupos dominantes, quando visitam as memórias, trazem à tona lembranças que fortalecem seus grupos, seja, social, político e econômico. As memórias que comprometem os grupos detentores do poder são as memórias mais justas; essas memórias não interessam às classes abastadas economicamente, pois fragilizam o poder constituído.

Adentramos nessas observações para entender os museus de cidade, no caso, o Museu Jaguaribano de Aracati. Essas “Instituições urbanas, nostálgicas, imutáveis, míticas e de restrita leitura das contradições históricas, que permitem uma discussão sobre as intencionalidades na construção e perpetuação da história local” (NORA, 1981).

A história dos museus inicia com o colecionismo de particulares, depois as coleções absolutistas e burguesas nos séculos XIX e XX. Os museus do século XIX representavam as nações e pertenciam aos reis esclarecidos e à burguesia que ascendia ao poder. No final do século XIX, a profissionalização será uma exigência para entender a dinâmica das coleções.

A Revolução Francesa (1789) confisca esses bens de valor histórico e cria os museus públicos numa visão memorialista. A função desses museus é relembrar os aspectos positivos da Revolução Francesa. “Os museus como instituição instável estão ligados à memória e ao patrimônio em uma comunhão e história cruzada e em zonas de contato” (POULOT, 2013). A primeira identidade dos museus se encaixa nessa perspectiva memória-patrimônio.

Segundo Farias (2015, p. 48),

O museu implica em contato com a história cultural e material, de um lado pela política de instituição com lugar de representação do patrimônio e de outro pela utilização de espaços para suas práticas, portanto é uma ciência em construção e sua reescrita expõe significados e desafios da memória coletiva ao longo do tempo.

Os antiquários legitimaram o sentimento nacionalista pós-revolução francesa, chamados também de colecionadores que se apropriavam de bens de valor histórico no século XIX.

O papel dos antiquários foi garantir não apenas novas interpretações da história, mas interessar-se por objetos de valor histórico, artístico e científico que tendem a crescer e acumular nas instituições como museus e arquivos, “Antigamente, o antiquário era uma figura séria e respeitável. Agora, ele revela-se ridículo, e até necrófilo sem sua aviltante paixão pelas relíquias do passado” (BANN, 1994, p. 166). Nos tempos atuais, a figura do antiquário tornou-se obsoleta, superados pela objetividade científica.

No caso do Brasil, foi a partir da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que “se desenvolveu um projeto das elites políticas para assegurar uma ligação com as instituições europeias de história” (GUIMARÃES, 2008). A nossa cultura histórica estava atrelada à cultura europeia colonizadora, “que engessava o patrimônio de pedra e cal sempre priorizando o estilo barroco” (FARIAS, 2015, p. 52).

Entre 1934 e 1937, o interesse pela preservação cultural mudou, levando o ministro da educação Gustavo Capanema, influenciado pelo Modernismo, em 1937, a criar o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que em 1946 foi Diretoria do Patrimônio Histórico Nacional (DPHAN) e em 1970 torna-se o Instituto do Patrimônio Nacional (IPHAN). O responsável pela preservação pelo patrimônio natural é o Instituto brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

No Brasil, com a Constituição Federal de 1988, especificamente com a Lei nº 9 649 de 17 de maio de 1988, foi criado o registro de Bens Culturais Imaterial com os livros: saberes, da cultura, da expressão e dos lugares (FARIAS, 2015, p. 55).

Os museus de história priorizaram os monumentos históricos, pois transmitem conhecimentos de memória e história. O Museu Jaguaribano de Aracati se abriga em um solar do período colonial e no Brasil tantos outros monumentos que abrigam essas memórias a partir de um monumento de pedra e cal.

Os museus de história dão testemunho da discrepância, mas também do eventual diálogo entre tipos de saber histórico, compromissado com a escrita e entre os conhecimentos fundamentadores do objeto (POOLLOT, 2003, p. 54).

A partir dessa perspectiva, o museu de história não é mais o grande referencial do passado, a partir de agora os museus de cidade como lugares de memória vão inserir seu povo nesses espaços museais. Os museus nacionais criaram espaços de institucionalização dos museus no Brasil, nas décadas de 1960 e 1970.

Gustavo Adolfo Luís Guilherme Dodt da Cunha Barroso, popularmente chamado de Gustavo Barroso, criou o Museu Histórico Nacional e, com Gilberto Freyre, criou museus regionais e de artes, pensavam “em um museu histórico à saudade, à exaltação da pátria e a celebração dos vultos gloriosos e locais (FARIAS, 2015, p. 49). Nesse período Gustavo Barroso foi nomeado diretor do Museu Histórico Nacional (MHN) e desenvolveu na sua gestão um “culto da saudade”. Outros museus em solo nacional seguiram os passos de Gustavo Barroso.

A partir da Declaração de Santiago, os museus se transformaram em lugares de memória e mais próximos das ciências sociais. A interdisciplinaridade abriu um leque de possibilidades para o estudo dos museus na história local.

As primeiras instituições museológicas vieram com Dom João VI, temerosos das tropas napoleônicas, fugiram para o Brasil e se abrigaram no Rio de Janeiro.

O Museu Republicano Convenção de Itu representa a República Velha em solo brasileiro, conhecido no Brasil como Museu Republicano. Está localizado num sobrado na cidade de Itu, São Paulo. Nesse prédio, se reuniram, 1873, republicanos que derrubaram o regime monárquico.

Na década de 1930, com Getúlio Vargas no poder, a museologia se resumia a memória nacional, culto aos grandes personagens da elite brasileira. A Semana da Arte Moderna (1922) trouxe ares de modernidade à cultura nacional.

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) norteou esse novo olhar sobre os museus nos aspectos de preservação e tombamento.

O conceito de patrimônio surgiu do direito à propriedade, era patriarcal, individual e privativo da aristocracia. Foi através do cristianismo que conquistou valorização religiosa. Com os humanistas, conservaram-se nos objetos raros, relíquias, artefatos e obras de artes, através de antiquários e colecionadores preocupados em contribuir para a formação dos Estados Nacionais; entretanto, a preservação dos monumentos nacionais deu-se principalmente com objetos de valor material e simbólico para a nação. Aliás, o monumento é outra categoria que também expõe, por um lado, distanciamento e, por outro, provoca valores e, de acordo com Riegel

(2006) pode representar três classes: rememoração, intencional e antiguidades (FARIAS, 2015, p. 50).

Depois da Segunda Guerra Mundial (1942-1945), foi criada a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A UNESCO, nas suas dependências, criou o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) para discutir a preservação dos bens materiais espalhados pelo mundo.

A Carta de Veneza foi um grande marco na museologia, redigida no mês de maio de 1964, definiu noções básicas sobre monumentos históricos e provocou outras ações que vieram a posteriori a contribuir para o desenvolvimento dos museus no Brasil.

A Constituição Brasileira de 1988, no Art. 126, assim define o patrimônio cultural brasileiro: “Os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988, p. 134).

O patrimônio são os bens de natureza material e imaterial que pertencem a um indivíduo, uma família, a um grupo que seja relevante para a sociedade, e se divide em patrimônio natural e cultural. O órgão responsável patrimônio natural é o IBAMA e pelo patrimônio cultural, o IPHAM, órgãos federais.

O patrimônio histórico se refere a bens que possuam valor simbólico para a sociedade e esses valores implícitos no objeto, seja material ou imaterial, cria laços de pertencimento do grupo.

O Art. 126, parágrafo IV da CF 88, exemplifica o que é patrimônio cultural: obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços as manifestações artísticas – culturais.

A ideia de se criar um museu no Aracati remonta ao início do século passado. Na cidade de Aracati havia, no começo do século XX, um gabinete de leitura que funcionou até 1910 e motivou a criação do Instituto do Museu Jaguaribano na metade século XX. O Instituto Jaguaribano foi a semente para se criar o museu no Aracati.

A preocupação de se criar um museu no Aracati partiu de uma elite intelectualizada “preocupada com as memórias do Aracati”, que naquele momento estavam ameaçadas pela construção civil, roubos de imagens sacras e pelas

intempéries do tempo, muitos monumentos ruíram pela ação das cheias e chuvas. A seleção dos objetos museais não seguiu uma crítica rigorosa, própria do contexto no qual foi fundado o Museu Jaguaribano de Aracati.

O próprio discurso histórico das instituições museais sempre foi uma narrativa das elites para justificar dominação, exclusão e poder. A produção do discurso foi controlada, selecionada, organizada e distribuída por procedimentos para dominar o acontecimento; foi uma prática historicamente criada, deslocou-se de acordo com a vontade de “verdade” das mudanças científicas (FOUCAULT, 2001).

Havia um pensamento corrente que Aracati era terra do “já teve”. Diante dessas preocupações e outras já referidas, foi que surgiu a ideia de se criar um museu histórico que atendesse toda a Região Jaguaribana; contudo, a ideia de ser um museu da região não vingou, as outras cidades não se interessaram em participar da iniciativa.

O grande mentor da criação de um museu em Aracati foi Dr. Hélio Ideburque Carneiro Leal, no livro narra as suas preocupações com o patrimônio do Aracati, “Singelo documentário de alguns atentados ao patrimônio cultural da cidade de Aracati, 1940 – 1994”. Dr. Hélio e outros sujeitos sociais se juntaram nessa ideia para criar o museu de Aracati.

O Instituto do Museu Jaguaribano se divide em Museu Jaguaribano e Arquivo do Jaguaribe. No nosso caso, vamos nos deter no Museu Jaguaribano.

O museu foi criado no dia 15 de novembro de 1968 e inaugurado em 22 de novembro do mesmo ano. Diz o Estatuto do museu:

Art. 1 – O Instituto do Museu Jaguaribano, sociedade civil, sem cor, político partidária, ideológica ou religiosa, com sede na cidade de Aracati, Estado do Ceará, fundado em 15 de novembro de 1968, tem por finalidade precípua a preservação do patrimônio histórico e acervo cultural da zona Jaguaribana através do museu Jaguaribano e do Arquivo do Jaguaribe a ele anexo (ESTATUTO, 1984, p.6).

O Plano Diretor de Aracati foi instituído através da Lei Municipal nº 14, de 22 outubro de 1980, que aprova as normas e orientação a criação de uma Zona de Preservação ZP-1 – uma área retangular abrangendo as ruas: Coronel Alexanzito, Coronel Alexandrino, Coronel Pompeu e Santos Dumont. Envolve ainda em seu entorno a Igreja Matriz e a praça da Cruz das Almas (FARIAS, 2015, p. 59).

Conforme Leal,

Ao tempo da instituição do mencionado Plano Diretor, via-se nos muros de vários pontos da cidade esta frase, em letras garrafais: “Aracati, os monumentos que ainda restam te saúdam” (LEAL, 1995, p. 23).

Atualmente o museu se encontra no solar do Barão de Aracati, localizado na Rua Coronel Alexanzito, nº 743, Centro, Aracati – Ceará.

Segundo Antero:

A rua grande não foi construída de uma vez só, teve vários nomes e sempre mudando de numeração. Liberato Barroso, rua do comércio e Coronel Alexanzito. Quando totalmente construída, passou a se chamar rua do comércio, pois eram construídos só de reboco, depois quando ficavam mais ricos é que colocavam azulejos na frente dos sobrados, tanto é que no início das ruas quase não se vê sobrados. A partir do momento em que as pessoas começam a ganhar dinheiro é que revestem as casas.

No ano de 1983, depois de uma querela com o Serviço Social da Indústria (SESI), o solar foi doado ao Museu Jaguaribano e até hoje se mantém oponente, compondo o Acervo Histórico do Aracati.

Apesar de ser um museu tradicional, “a história como mestra da vida”, nas visitas guiadas no museu não existe uma crítica social nem reflexão política; cultuam-se apenas personagens ilustres da cidade de Aracati. No entanto, tem seu valor histórico local. Quando os objetos são problematizados por seus professores nas visitas. “O papel educativo do museu é refletir os objetos contemplados sob o discurso crítico, contudo, é necessário a fim de sensibilizar os visitantes com atividade lúdicas e com materiais no cotidiano” (RAMOS, 2004).

As preocupações com os objetos já foram discutidas no primeiro capítulo com os museólogos Ulpiano T. Bezerra e Francisco Régis Lopes Ramos.

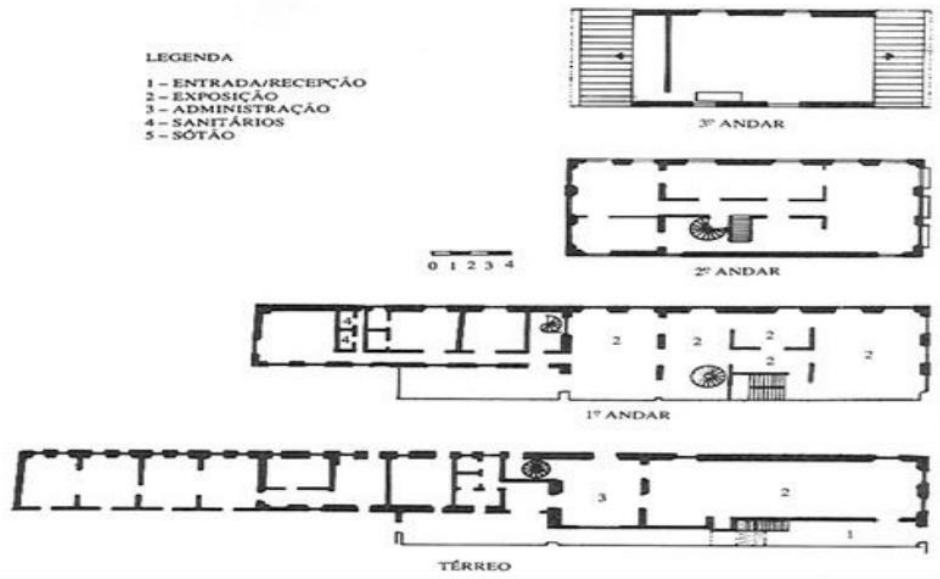
O solar do Barão de Aracati, de arquitetura do século XVIII e XIX, estilo neoclássico e com fachada de azulejos oriundos de Portugal.

[...] uma edificação bastante antiga, do início do século XVIII, que compõe o grupo de exemplares de casas e de sobrados que guardam relevantes histórias da era colonial e que, ao mesmo tempo, são tomados como representação da arquitetura produzida durante os três grandes ciclos econômicos do século XVII vivenciados pela cidade de Aracati, a saber: da pecuária, do charque (quando o seu porto passou a ser então o maior do Ceará, período áureo da economia aracatiense) e do algodão. [...] O Solar 743 constitui um dos testemunhos mais visíveis do processo de formação

econômica, social e cultural da região (XAVIER; FIALHO; MATOS, 2016, p. 121).

A seguir, a Planta Baixa do Solar do Barão de Aracati:

**Figura 4:** Planta Baixa do Solar do Barão de Aracati



**Fonte:** Souza, Alencar Cunha e Veloso (1995).

No andar térreo, estão representados os “Ciclos econômicos do Aracati”:

Nesta sala, uma máquina registradora, cofres, moedeira de cana-de-açúcar, manual, balança, carro de boi e canga, conjunto de ferramentas para carpintaria, conjunto de ferramentas para marcenaria, engenhoca, garrafão (usado na fabricação de aguardente), cangalha, alambique, roupa de couro (roupa de vaqueiro), berrante, entre outros objetos. Depois encontramos uma sala para exposição permanente sobre os “Jornais antigos do Aracati e outras regiões do país.

No primeiro piso do solar, nos deparamos com os objetos:

Um conjunto de cadeiras e um aparelho de telefonia, podemos ver ao lado direito uma sala ambientada com objetos de um escritório, onde consta um busto do Barão do Rio Branco, uma máquina de datilografia, um cofre, espada e bainha, retratos da família. A sala divide o mesmo espaço com o elevador, instalado pelo IPHAN para dar maior acessibilidade ao museu. Em frente do mesmo corredor, deparamo-nos com a “Sala do licor”, onde observamos um conjunto de cadeiras,

rádio à energia, fotografias e pinturas. A mesma sala possui uma escada helicoidal que dá acesso ao terceiro piso (FARIAS, 2015, p. 78).

No segundo piso do solar, temos:

Sala de jantar com cadeira de balanço, mesa, relógio de parede, mesa grande de formato oval com um conjunto com oito cadeiras e um armário com louças diversas. Depois, a sala “Dragão do Mar”, cujo acervo é composto por poucas peças, são fotografias de Francisco de Assis do Nascimento, o “Dragão do Mar”, algemas, coleira e placa de homenagem e honra ao mérito a “Dragão do Mar”. Continuando, temos mais três quartos, um com “Trabalhos manuais”. O último é a “Sala dos Médicos”, onde podemos observar um conjunto de material hospitalar tanto odontológico como ginecológico (FARIAS, 2015, p. 78-79).

Enfim, fechamos essa primeira parte do segundo capítulo com a seguinte reflexão do professor Ramos:

Na multiplicidade dos tempos, interessa esmiuçar as várias dimensões sociais que caracterizam a criação e o uso dos objetos. Toma-se fundamental estudar como os seres humanos criam e usam objetos. Por outro lado, é igualmente necessário refletir sobre as formas pelas quais os objetos criam e usam os seres humanos (RAMOS, 2004, p. 36).

Nesse segundo momento, piso no chão da Escola Estadual Gabriel Epifânio dos Reis para entender essa grande trajetória da escola na cidade de Icapuí. Uma escola que se destacou e foi motivo de orgulho durante muito tempo. Estudar na Escola Estadual Gabriel Epifânio significava status. As matrículas eram disputadas entre as famílias, pois acreditavam na qualidade de ensino da instituição. Os melhores professores trabalhavam nessa escola. Por que era a melhor? A diretora da escola era também a Secretária de Educação de Icapuí, então, primava pelo melhor da sua escola. As famílias madrugavam na fila para conseguir uma vaga no Gabriel. Nas comunidades, o ensino era feito pela TV, o tele-ensino. Depois, ao longo do tempo, a educação municipal se ampliou pelas comunidades, hoje toda comunidade tem uma escola com ensino regular.

O deslocamento dos alunos para a sede se fazia em pau de araras e o curso oferecido era o pedagógico. Como o município era carente de professores, primou-se pelo curso pedagógico. Vale ressaltar que Icapuí depois de emancipado passou por maus bocados, a cidade era um distrito de Aracati e os governos de Aracati não tinham interesse pela educação de Icapuí. As famílias abastadas da cidade

mandavam seus filhos estudar em Mossoró, Aracati ou Fortaleza. Os pobres estudavam até o 4º ano, quando estudavam, pois a maioria ia para o cabo da enxada ou pescar.

Depois se percebeu que seria interessante um curso científico para preparar os alunos para ingressar na faculdade, no caso, UERN – Mossoró, por ser mais próximo de Icapuí. Hoje a Escola Estadual Gabriel Epifânio oferece o ensino médio. Os alunos do ensino médio se deslocam das comunidades para a escola pela manhã, tarde e noite por meio do transporte escolar. A escola é a única de ensino médio que existe no município e pertence ao Estado, Secretaria de Educação e Cultura – SEDUC, regida pela regional – CREDE – 10. Na cidade de Icapuí, todas as escolas fundamentais são mantidas pela prefeitura; na cidade não existem escolas particulares.

A Escola de Primeiro Grau Professor Gabriel Epifânio dos Reis foi criada pelo Decreto nº 18604, de 09 de março de 1987, publicado no Diário Oficial do Estado (D.O.E), de 11 de março de 1987. O nome da Instituição foi proposto pelo então prefeito José Airton Félix Cirilo da Silva, numa homenagem a um dos primeiros professores da cidade de Icapuí, o senhor Gabriel Epifânio dos Reis. Geralmente o nome da escola é em homenagem a um professor que já faleceu, no caso, o Sr. Gabriel recebeu essa homenagem em vida e em vários momentos do aniversário da escola ele marcava presença.

As escolas do Estado do Ceará são norteadas por dois documentos oficiais, o Regimento Interno e o Projeto Político-Pedagógico (PPP); nesse governo bolsonarista foi tirado o termo político, ficando Projeto Pedagógico (PP).

O Regimento escolar é um documento normativo e administrativo, focado na Constituição Federal, nas Lei das Diretrizes e Base da Educação e nas Legislações municipais e estaduais. O Regimento é um documento permanente da escola, só é alterado quando necessário e para mudar necessita da participação do corpo docente e discente, respeitando-se os princípios democráticos e legais.

A Constituição Federal estabelece princípios que devem nortear o Regimento Interno escolar das escolas públicas, quais sejam:

No início a escola abrangia o ensino fundamental mantido pelo Estado e havia uma parceria com a prefeitura de Icapuí. O curso pedagógico era o único de ensino médio. A gestão municipal optou pelo curso pedagógico pela carência de professores na cidade. Uma cidade recém-emancipada de Aracati, subjugada

durante muito tempo à oligarquia Costa Lima. Lembrada apenas na época das eleições municipais. O nome de Icapuí antes da emancipação era Caiçara; Icapuí é um nome indígena que significa “Canoa Veloz”.

No início possuía apenas o prédio administrativo, pátio, cantina, 04 salas de aula, e ofertava apenas o antigo Primeiro Grau (Ensino Fundamental). As ampliações foram gradativas: vieram mais salas de aula (08), salas para laboratórios (Informática e Ciências), biblioteca e quadra coberta e, em 1995 passou a ofertar o antigo Segundo Grau (Ensino Médio), por meio do Decreto nº 23605, de 26 de janeiro de 1995, publicado no DOE de 30 de janeiro de 1995. O Decreto nº 29.705, de 08 de abril de 2009, alterou a sigla que compõe a nomenclatura do estabelecimento para EEM, ou seja, Escola de Ensino Médio Professor Gabriel Epifânio dos Reis, conforme publicação em DOE de 14 de abril de 2009.

No seu Regimento interno<sup>2</sup> no Art. 2º:

A EEM. Professor Gabriel Epifânio dos Reis oferta apenas o ensino Médio nas modalidades Regular e Educação de Jovens e Adultos – EJA, nos turnos matutino, vespertino e noturno, de acordo com a Constituição Federal de 1988, Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional – LDB), Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), Legislação do Sistema Estadual de Ensino, normas e instruções expedidas pelos Conselhos Nacional e Estadual de Educação.

O Regimento Interno da Escola de Ensino Médio Professor Gabriel Epifânio dos Reis possui oito capítulos, seções e subseções que norteiam o andamento da escola nas diversas áreas do ensino interno. A distribuição do Regimento Interno é realizada do seguinte modo:

**Capítulo I:** Da identificação e finalidades

**Capítulo II:** Dos Princípios e Objetivos

**Capítulo III:** Da Organização Administrativa – Pedagógica

**Capítulo IV:** Da organização geral do ano letivo

**Capítulo V:** Dos Processos Internos

**Capítulo VI:** Do regime Didático

---

<sup>2</sup> ESCOLA DE ENSINO MÉDIO PROFESSOR GABRIEL EPIFÂNIO DOS REIS. **Regimento interno**. Icapuí, CE, 2021.

**Capítulo VII:** Das Normas de convivência**Capítulo VIII:** Das Disposições gerais.

Maria Dione Soares, ex-secretária municipal da educação, foi a primeira diretora e esteve no comando da instituição até o ano de 2001; O professor Francisco Ricardo dos Reis assumiu a direção da escola em 2002 e foi reconduzido à função em 2005; Em 2009, assumiu Antônio Sérgio de Paula, reeleito em 2013 para um segundo mandato; o atual diretor é Francisco Edmilson Fernandes da Silva, eleito em 2017. Na escola há 998 alunos matriculados (2021), distribuídos nos turnos da manhã, tarde e noite. Vale ressaltar que à noite a escola possui duas turmas de EJA (Educação de Jovens e Adultos).

A Escola Estadual Gabriel Epifânio dos Reis é a única do Estado na cidade e oferece o curso científico, ensino médio, nas suas dependências. Essa escola é um patrimônio da cidade de Icapuí. A grande maioria dos cidadãos de Icapuí passaram por essa instituição de ensino. Por ser a única escola de ensino médio, fez história na cidade de Icapuí.

A escola é aberta às aulas extramuros e seu Regimento Interno referenda, por isso ficamos à vontade para desenvolver projetos os mais diversos, no caso, a exposição de fotos antigas, como mais um meio de aprendizagem. No artigo 3º, item IX, afirma: “a valorização da experiência extraescolar e dos conhecimentos adquiridos por meios informais, mediante avaliação do aprendizado”.

Vários projetos já foram desenvolvidos na escola, como visitas ao Museu do Ceará, Museu Jaguaribano de Aracati, Monumentos, Centro Histórico do Aracati, Sítios Arqueológicos, entrevista com Patativa do Assaré. No momento, estamos impossibilitados de realizar atividades presenciais por conta da pandemia.

A educação da escola tem um compromisso com seus alunos e com a comunidade na construção da cidadania, como referenda o artigo 4º do Regimento Interno:

- I – Proporcionar o desenvolvimento do educando;
- II – Assegurar a formação comum indispensável para o exercício da cidadania;
- IV – Despertar e conscientizar a comunidade no sentido de que também participe de maneira ativa do esforço comum.

## CAPÍTULO III

### 3 INTERVENÇÃO DIDÁTICA NO ESPAÇO ESCOLAR A PARTIR DO PISO DO MUSEU JAGUARIBANO

Neste capítulo, apresentaremos a proposta do produto do nosso trabalho, que foi construído com “sangue, suor e lágrimas”. É muito gratificante, depois de uma exaustiva pesquisa, chegarmos ao fim de um trabalho acadêmico, com um produto social voltado para a educação inclusiva. O acervo do museu é muito diversificado e nem tudo instiga a curiosidade dos alunos. Por isso, optamos pelas fotos antigas e preferimos trabalhar com as fotos da Maçonaria do Aracati, o mais sensato seria os alunos terem escolhido o tema a ser trabalhado, mas a pandemia não permitiu. Um fato histórico relevante que merece ser retomado e tornado público na cidade, pois vejo intolerância por parte da igreja católica naquele contexto de disputa de poder. Um tema pouco trabalhado historicamente e de grande relevância para a história do Aracati. Por que fotografias? Neste século, estamos vivendo a “sociedade do espetáculo”, por trás de cada ação um click. O mundo todo se rendeu às selfies e estas são postadas o tempo inteiro nas redes sociais. A fotografia deixou de joelhos a humanidade.

Vivemos, indiscutivelmente, em uma era de informações associadas às imagens. Saber interpretar corretamente signos visuais tornou-se uma necessidade aos acadêmicos e profissionais do ensino. E por isso mesmo, o estudo associado às imagens se tornou uma das ferramentas mais utilizadas pelos professores de história para efetuar seu trabalho, tanto em pesquisas como no dia a dia em sala de aula (LITZ, 2009, p. 2).

A etimologia da palavra fotografia vem do grego e significa desenhar/gravar com a luz. Desde os primórdios da humanidade a prática humana de registrar o cotidiano nas paredes das cavernas, animais, cenas de caça, mãos, figuras geométricas..., essas imagens chegaram ao mundo atual e através delas é possível imaginar o cotidiano desses homens coletores e caçadores.

Um invento que alterou o modo de registrar as imagens, a câmera escura, técnica conhecida desde a antiguidade. Projeção de imagens por meio de um orifício com auxílio da luz solar. A partir desse momento as imagens foram gravadas com mais detalhes.

A câmera escura iniciou a popularização da fotografia como conhecemos hoje, aquilo que Boris Kossoy chama de “civilização da imagem” (KOSSOY, 2014, p.150).

Em 1826, o francês Joseph Niépce fez o primeiro ensaio fotográfico e no Brasil, na mesma época, o francês radicado brasileiro Hercule Florence fez uma experiência semelhante e de sucesso, só que quem levou a fama, Niépce, patenteou a invenção como sua. No decorrer do trabalho, retornaremos a essa discussão.

Os irmãos franceses, Jean Nicéphore e Claude Niepce, são os primeiros a produzir uma imagem impressa realizada com a luz solar numa câmera escura, tornando-se, assim, os responsáveis por iniciar as primeiras fotografias de que temos conhecimento. A primeira fotografia permanente foi tirada em 1826 e durava 8h para gravar uma imagem, feito que ficou conhecido como “heliografia”. Niépce tinha uma sociedade com Louis Daguerre e morreu 1833, deixando para o sócio as informações tão preciosas para o desenvolvimento da fotografia.

A invenção da fotografia pertence ao pesquisador francês Louis Daguerre, que apresentou na Academia Francesa de Ciência, Paris, no dia 07 de janeiro de 1839, sua invenção que ganha o nome de “daguerreótipo”. O equipamento era muito grande, sensível, não permitia cópias e, além disso, para ser deslocado de um lugar para outro, exigia uma logística trabalhosa. Era muito caro, só mesmo a elite financeira tinha condições de adquirir, por isso a pintura continuou sendo procurada para retratar pessoas e paisagens. Apesar de Louis Daguerre ter sido o inventor da fotografia, vale lembrar que a descoberta passou por várias mãos até chegar a um resultado satisfatório e não parou de ser aperfeiçoada até os dias atuais.

Depois de Daguerre, vários pesquisadores inovaram a invenção, como Frederick Scott Archer, que criou uma espécie de verniz aplicado nas placas fotográficas de vidro e que era sensibilizado com nitrato de prata, chamado de “colódio úmido”. O processo de revelação exigia um vagão como laboratório fotográfico. Mesmo com a invenção da emulsão de colódio úmida na revelação das fotos, a revelação levava muito tempo.

No ano de 1871, Richard Maddox desenvolveu um método de fixação das imagens, utilizando uma suspensão gelatinosa na qual conservava a emulsão fotográfica após a secagem. Em 1874, as emulsões passaram a ser lavadas em água corrente para retirar das placas os sais residuais e preservá-las.

Apesar desses avanços químicos a fotografia continuou dispendiosa. Para se chegar ao papel fotográfico, foram muitas experiências e o êxito definitivo só veio no século XX.

O fundador George Eastman dono da Kodak foi a empresa pioneira em empregar filmes em rolos, substituindo as placas de vidro em 1889. A empresa foi também a primeira a produzir fotos coloridas: “[...] em 1935 a Kodak lançou o Kodachrome, um tipo de filme com três camadas de emulsão, sensíveis a diferentes cores, permitindo finalmente a obtenção de fotos coloridas” (QUADROS; ALMEIDA, 2018).

A Kodak ainda investiu na sua primeira máquina fotográfica, a Kodak nº 1, slogan comercial da empresa, “a primeira câmera para consumidores comuns”. Os filmes eram revelados nas empresas da Kodak e devolvidos aos clientes com um novo filme.

A primeira máquina eletrônica da história desenvolvida pela Sony, a câmera “Sony Mavica”.

O sucesso das câmeras digitais chegou com a invenção do primeiro celular com câmeras integradas nos aparelhos. No caso, o aparelho J-SH04, da Sharp, lançado no ano 2000.

A partir da invenção da fotografia, muitas memórias foram preservadas, democratizando o saber histórico através de fotos antigas, um exemplo palpável são as fotografias do “Aracati Antigo”, hoje preservadas no Museu Jaguaribano do Aracati, que contam a história da “terra dos bons ventos”, graças a um fotógrafo amador, o Sr. Abílio Monteiro.

O historiador francês Jacques Le Goff reconhece o poder do registro fotográfico para a historiografia: “A fotografia [...] revoluciona a memória: multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade nunca antes atingidas, permitindo assim guardar a memória do tempo e da evolução cronológica” (LE GOFF, 2001, p. 152).

A fotografia é uma parte cristalizada do passado, sozinha a fotografia não é capaz de ler essas memórias, necessita de outros documentos, “cruzadas com outras oriundas de diferentes fontes como outras fotografias, legendas, anotações, documentos pessoais e oficiais, objetos, relatos, entre outras já mencionadas” (AGUIAR, 2021, p. 67), para trazer ao presente partes do passado, memórias esquecidas, silenciadas e adormecidas. Muitos historiadores relutam ainda em reconhecer a fotografia como fonte histórica. Boris Kossoy trouxe a fotografia para a discussão acadêmica e, aos poucos, observa-se uma mudança por parte dos

pesquisadores no trato da fotografia como documento histórico. Vejamos o que diz o autor:

Não existem “decalques” nem “aderências” nem “transparências” entre o assunto e o seu respectivo registro: são conceitos moldados nos mitos de “verdade” e “objetividade” que cercaram a fotografia desde o seu advento e que acabaram sendo assumidos pelos autores dos pioneiros ensaios teóricos durante a segunda metade do século XX. O registro ou testemunho fotográfico não é isento e sua verdade é apenas relativa, iconográfica *stricto sensu*. Sua materialização sempre se fez a partir do processo de criação do fotógrafo, um processo, pois, marcado pela subjetividade (KOSSOY, 2014a, p. 117, 118).

Apesar das limitações das fotos por sua subjetividade, aos poucos a fotografia tem ocupado seu espaço na historiografia. No meio acadêmico, vivenciamos um “ranço” com a fotografia como documento histórico, resquício do positivismo enraizado que só reconhecia o documento escrito como documento histórico. Como afirma Legoff (1990, p. 536): “Para a historiografia positivista do século XIX os documentos históricos tinham caráter objetivo e só eram admitidos sob a forma de documentos escritos”.

Nesta concepção, imagens, tradições, memórias e tantas outras formas de manifestações culturais dos seres humanos eram deixadas de lado pela historiografia, enquanto tratados, legislações e relatórios eram compreendidos como expressão da realidade de tempos passados (AGUIAR, 2021, p. 38).

Depois da Escola dos Anales, no século XX, a compreensão de documento se altera radicalmente na primeira geração da Escola dos Anales com Lucien Febvre e Marc Bloch. Essa visão de documento como fonte fidedigna e perene tem se dissipado. As produções humanas vieram corroborar as pesquisas históricas e a objetividade positivista questionada por ser a única capaz de fazer uma leitura historiográfica. “De prova os documentos passaram a ser vistos mais como vestígios do passado, estes que não falam por si mesmos, mas precisam ser interrogados”. (BLOCH, 2001, p. 79). A partir de agora, o ofício do historiador diante dos documentos ganhou novos olhares, ou seja, questionar o contexto, a autoria, a materialidade, a intencionalidade, o uso de outras fontes de pesquisa, no nosso caso, a fotografia como recurso pedagógico.

Nas palavras de Le Goff, tudo que se relaciona ao homem/mulher deve ser tratado como documento/monumento e as fontes imagéticas são fontes de pesquisa histórica.

Essas abordagens valorizam duplamente a fotografia porque dão ênfase não somente aos temas que nela aparecem retratados, mas à forma como esses temas são constituídos. Assim, os atributos técnicos e formais da imagem fotográfica assumem um papel relevante no entendimento de questões ligadas à noção de natureza, cidade, indivíduo, identidade, apenas para citar aqueles temas recorrentes (CARVALHO; FILLIPPI; LIMA, 2002, p. 11).

No Brasil, a fotografia em território nacional se deu em dois momentos. No primeiro, temos a chegada da daguerreótipo ao Rio de Janeiro com o francês Louis Compte, que se encontrou com o imperador Dom Pedro II e na ocasião fez demonstrações do funcionamento da daguerreótipo e registrou o Brasil pela primeira vez por fotos, no Largo do Paço, a Praça do Peixe e o mosteiro de São Bento. O *Jornal do Comércio* (1840, p. 2) noticiava:

Finalmente passou o daguerreótipo para cá os mares e a fotografia, que até agora só era conhecida no Rio de Janeiro por teoria [...] Hoje de manhã teve lugar na hospedaria Pharoux um ensaio fotográfico tanto mais interessante, quanto é a primeira vez que a nova maravilha se apresenta aos olhos dos brasileiros. [...] É preciso ver a cousa com seus próprios olhos para se fazer ideia da rapidez e do resultado da operação. Em menos de nove minutos o chafariz do Largo do Paço, a Praça do Peixe, o mosteiro de São Bento, e todos os outros objetos circundantes se acharam reproduzidos com tal fidelidade, precisão e minuciosidade, que bem se via que a cousa tinha sido feita pela própria mão da natureza, e quase sem a intervenção do artista.

No segundo momento, pelo francês Hercule Florence (1804-1879), radicado na Vila de São Carlos, hoje Campinas, no estado de São Paulo. O curioso é que Florence desenvolveu suas pesquisas independentemente dos avanços que ocorriam no Velho Mundo, a sensibilização de papéis fotográficos utilizando-se dos sais de prata fotossensíveis, como o cloreto de prata.

As dificuldades, encontradas por Hércules, para publicação de seus estudos, fizeram com que, entre 1832 e 1836, pesquisasse uma forma alternativa de impressão. Esse estudo foi chamado *Poligraphye*, e seu objetivo inicial fora a impressão das partituras sobre a Zoofonia. Hércules Florence chegou, com essa pesquisa, a

obter uma série de exemplares, de diplomas maçônicos e rótulos de farmácia em papel fotossensível, sensibilizado por sais de prata. Utilizou, para isso, o princípio da câmera obscura, aplicado a um processo que chamou de “photographie” (OLIVEIRA, 2003, p. 2).

Longe dos holofotes das grandes cidades, o trabalho de Florence não teve repercussão nacional, nem internacional. Devemos ressaltar o livro de Boris Kossoy, *Hercule Florence, a descoberta isolada de fotografia no Brasil*, pesquisador brasileiro que resgatou e comprovou a descoberta isolada da fotografia no Brasil por Hercule Florence, desabafo do francês:

Em um século em que se recompensa o talento, a Providência me trouxe a um país onde isso não importa. Sofro os horrores da miséria, e minha cabeça está plena de descobertas. Nenhuma alma me escuta, nem me compreenderia. Aqui só se dá valor ao ouro, só se ocupam de política, comércio, açúcar, café e carne humana (GONÇALVES, 2022).

A fotografia no Aracati chegou pelas mãos de Abílio Bezerra Monteiro, nascido em Aracati a 17 de setembro de 1882 e falecido no dia 04 de setembro de 1960, na mesma cidade.

Funcionário público, escrivão da Coletoria Federal, exercia por hobby a profissão de fotógrafo amador. Era um exímio católico e pertencia à Irmandade do Santíssimo Sacramento.

Foi casado duas vezes. Sua primeira esposa foi Francisca Figueiredo, nascida em 05 de abril de 1877 e falecida em março de 1944. A segunda esposa foi Hermenegilda de Castro, nascida em 04 de setembro de 1909 e falecida em 24 de outubro de 1991.

Seus trabalhos mais relevantes como fotógrafo, entre outros inúmeros registros fotográficos, foram:

1 – Inundações da cidade de Aracati, em 1974

**Figura 5:** Trecho da Rua Coronel Alexanzito, cheia de 1974



**Fonte:** Acervo de Netinho Ponciano.

2 – Acidente aéreo do Junkers 218, nas margens do Rio Jaguaribe

**Figura 6:** Foto do hidroavião alemão



**Fonte:** Acervo de Netinho Ponciano.

### 3 – Irmandades religiosas, irmãs salesianas

**Figura 7:** Inauguração da Escola Profissional Valdemar Falcão, 1947



**Fonte:** Acervo de Netinho Ponciano.

### 4 – Registros de famílias abastadas do Aracati

**Figura 8:** Donzelas da sociedade do Aracati



**Fonte:** Acervo de Netinho Ponciano.

5 – Filho ilustre do Aracati, Jaques Klein, pianista de fama internacional

**Figura 9:** Jaques Klein pianista



**Fonte:** Acervo de Netinho Ponciano.

6 – Monumentos históricos

**Figura 10:** Monumentos do centro histórico



**Fonte:** Acervo de Netinho Ponciano.

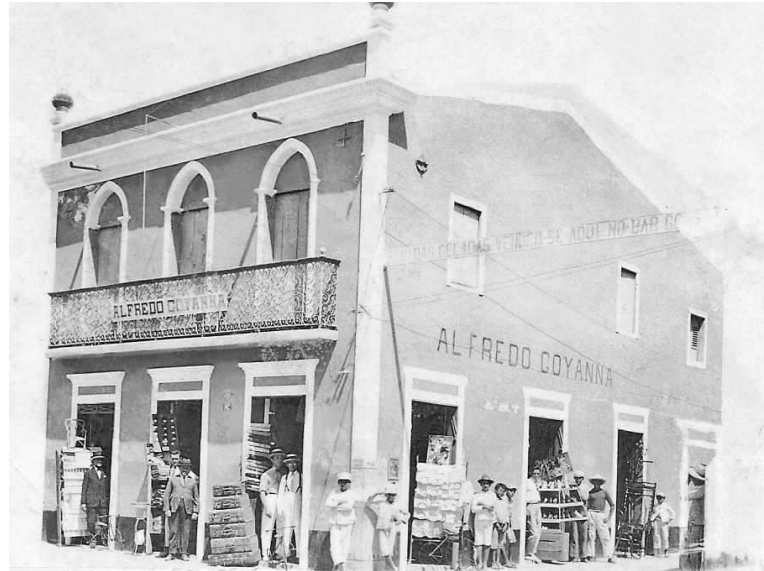
## 7 – Igrejas e capelas da cidade

**Figura 11:** Igreja Matriz



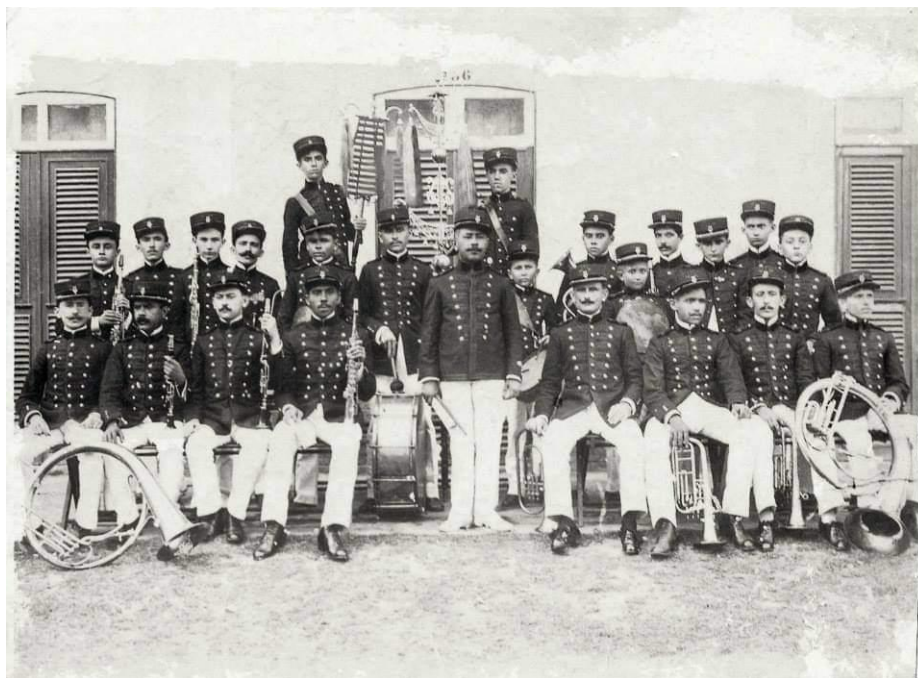
**Fonte:** Acervo de Netinho Ponciano.

## 8 – Diversas firmas comerciais

**Figura 12:** Comércio Alfredo Goyanna

**Fonte:** Acervo de Netinho Ponciano.

## 9 – Bandas de música

**Figura 13:** Filarmônica Figueiredo

**Fonte:** Acervo de Netinho Ponciano.

10 – Visita de figuras ilustres ao Aracati, como Dom Hélder Câmara, recém-ordenado, ao médico Eduardo Alves Dias (1930).

**Figura 14:** Dom Hélder Câmara ao lado do médico Eduardo Dias



**Fonte:** Acervo de Netinho Ponciano.

É difícil falar de um tema que não tenha sido contemplado pelas lentes do Abílio Monteiro:

Essas novas abordagens valorizam duplamente a fotografia porque dão ênfase não somente aos temas que nela aparecem retratados, mas à forma como esses temas são constituídos. Assim, os atributos técnicos e formais da imagem fotográfica assumem um papel relevante no entendimento de questões ligadas à noção de natureza, cidade, progresso, modernidade, infância, indivíduo, identidade, apenas para citar aqueles temas mais recorrentes (CARVALHO; FILIPPI; LIMA, 2002, p. 11).

E tantos outros momentos que o click da sua máquina registrou e ficaram para a posterioridade. Fico a imaginar se o Sr. Abílio tivesse sido um fotógrafo profissional, no sentido de se dedicar apenas à fotografia. As fotos do Sr. Abílio Monteiro têm o mesmo brilho diante das fotos de Sebastião Salgado, respeitando-se a temática de cada um e suas respectivas trajetórias.

É nessa linha de pensamento que escolhemos as imagens do Aracati para serem trabalhadas nesta dissertação. Sempre fui um entusiasta de fotos antigas e

agora aproveito o momento para resgatar a temática “Maçonaria no Aracati”, através do meu produto de pesquisa, e levar para os alunos a história local do Aracati contada através das fotos do Sr. Abílio Monteiro.

O nosso intuito é no final fazer uma exposição de fotos antigas na Escola de Ensino Médio Professor Gabriel Epifânio dos Reis. Contar sua história através de fotos e fatos pesquisados. Por que uma escola de Icapuí? Primeiro, a escola na qual leciono; segundo, fui o pioneiro ao levar os alunos para o Museu Jaguaribano; e, terceiro, a história de Icapuí imbricada na história do Aracati, pois Icapuí já foi distrito de Aracati. A cidade de Icapuí foi “libertada” do Aracati no dia 22 de janeiro de 1984. Libertada? Sim, durante muito tempo Icapuí foi um curral eleitoral dos políticos de Aracati, só lembrada em tempos de eleição. A sede da cidade se localiza no distrito de Icapuí (centro), a cidade é constituída por três distritos: Icapuí, Ibicuitaba e Manibu.

### 3.1 A MAÇONARIA FRATERNIDADE DE ARACATI: O TEMPO CONGELADO POR UM CLICK

Vamos adentrar agora na história da Maçonaria no Aracati e situar no tempo e no espaço o produto de nossa pesquisa.

A cidade de Aracati teve grande importância econômica no Ceará, por ser um centro comercial e pecuarista por causa da produção do charque. Por conta da sua importância comercial, é provável que tenha sido o local no qual se instalou a primeira Loja Maçônica do Ceará, entre as décadas de 1820 e 1830, possivelmente. As datas são imprecisas, pois não existem documentos que comprovem a existência dessa Loja Maçônica. São suposições que advêm da importância comercial e cultural da cidade de Aracati.

A riqueza e o contato com as gentes mais civilizadas fizeram dos aracatienses os homens mais notáveis da capitania, não só no trajar, nas artes, nas letras e nas ciências, mas nos negócios. Ser Natural do Aracati representava na época, uma legítima carta de apresentação (GIRÃO apud ABREU, 2009).

A historiadora Berenice Abreu defende a tese, segundo a qual a maçonaria surgiu de modo pioneiro no Aracati: “É bem possível que a maçonaria tenha aparecido primeiramente em Aracati, uma das

poucas localidades da Capitânia do Ceará até meados do século XIX em que se podiam respirar ares urbanos” (ABREU, 2009, p. 58).

A Confederação do Equador montou seu quartel-general no Aracati; nas suas fileiras revolucionárias havia maçons, os movimentos *revolucionários* do Brasil sempre tinham maçons nos seus quadros, os movimentos de 1817 e 1824 e tantos outros. Tal engajamento explica-se pelos ideais da Revolução Francesa (ideologia iluminista), que tinha como lema a liberdade, a *fraternidade e a igualdade*.

Os confederados estiveram em Aracati, Tristão Gonçalves, Luiz Inácio de Azevedo (apelido *Bolão*) e tantos outros. A elite local fugiu da cidade para Mossoró, ou para seus sítios nas cercanias da cidade. Assim, a permanência do aquartelamento do presidente Tristão Gonçalves foi de poucos dias em Aracati. Reunindo suas tropas no dia 23 de outubro, partiu Gonçalves para o interior no intuito de fortalecer suas tropas com as de José Pereira Filgueiras. No entanto, Gonçalves foi morto em Santa Rosa. Outros confederados como Azevedo Bolão, Padre Mororó, Pessoa Anta, Francisco Ibiapina e Feliciano Carapinima foram fuzilados em Fortaleza, na Praça dos mártires, hoje passeio público.

A Proclamação da República teve membros da Maçonaria, pois muitos militares eram simpatizantes dos ideais maçônicos. O primeiro presidente da República Velha era militar e maçom, Deodoro da Fonseca.

Maçons tiveram envolvimento direto como protagonistas nas principais transformações sociais e políticas ocorridas no Brasil, tivemos como primeiro presidente da recém proclamada República, o irmão e Marechal Deodoro da Fonseca, foi o 13º Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil (GOB). Contou logo no início de seu governo com um ministério composto por grandes nomes históricos entre os republicanos, como Benjamin Constant, Campos Sales, Floriano Peixoto e Rui Barbosa, todos estes irmãos maçons que foram o grande suporte da República em seu início (GRANDE ORIENTE DO BRASIL, 2020).

O Estado Republicano cortou os privilégios da Igreja, tornando o Estado laico. Sabe-se que os religiosos estavam acostumados a usufruir das benesses do Estado Monárquico. Tal cisão não agradou a Igreja católica.

[...] declaram ao povo e argumentam que a Igreja e o Estado devem ser completamente desunidos. Por este meio eles rejeitam das leis e da nação a saudável influência da religião Católica; e eles

consequentemente imaginam que os Estados devem ser constituídos sem qualquer consideração pelas leis e preceitos da Igreja (HUMANUM GENUS, 1884, p. 5).

A Carta Encíclica (1884), “Humanum Genus”, condena a Maçonaria por defender a separação do Estado da Igreja.

A informação documental acerca da fundação da Maçonaria data em torno de 1922; chamava-se Loja Maçônica Fraternidade de Aracati.

A partir de 1920, surge no Aracati um murmurinho da presença futura de uma loja maçônica em solo aracatiense. O jornal *O Anunciador*, pertencente à família do Sr. Antonio Felismino Filho, fervoroso católico, traz um artigo cujo título dizia: “Será Verdade?”

Corre por aí além o boato de que se projeta fundar nessa cidade uma loja maçônica, para a qual já deram 07 fervorosos adeptos dos quais apenas dois não são filhos do Aracati. A ser exato o boato, parece-nos que a ideia abortará, verificando-se o mesmo fracasso de outras tentativas anteriores; mas se agora é viável, efêmera deve ser a existência da tal loja, pois custa-nos a crer que, em meio profundamente religioso como o nosso, e tendo à frente de seus destinos espirituais um pastor da envergadura de Monsenhor Bruno Figueiredo, possa medrar uma seita sobre a qual os Sumos Pontífices tem lançado seus anátemas, visto que seu escopo é a destruição do papado e de toda ideia religiosa (O ANUNCIADOR, 1920 apud ANTERO, 2010, p. 9).

O texto acima nos traz reflexões importantes, o texto do jornal *O Anunciador*, diz: “parece-nos que a ideia abortará, verificando-se o mesmo fracasso de outras tentativas anteriores..., concluímos que antes de 1920 houve outras tentativas de lojas maçônicas no Aracati. O jornal indiretamente cita a Carta Encíclica do papa Leão XIII”, *Humanum Genus*, lançada no dia 20 de abril de 1884 ao mundo Católico (“O gênero humano”), “os Sumos Pontífices tem lançado seus anátemas...”, fala da condenação do papado em relação à Maçonaria.

Com a maior unanimidade, a seita dos maçons também se esforça para tomar para si mesma a educação da juventude. Eles pensam que podem facilmente moldar às suas opiniões aquela idade macia e maleável, e torcê-la no que quer que eles desejem; e que nada pode ser mais adequado do que isso para lhes permitir levar a juventude do Estado a seguir seu próprio plano. Portanto, na educação e na instrução de crianças, não permitem qualquer participação, quer no ensinamento ou

na disciplina, aos ministros da Igreja; e em muitos lugares eles têm procurado obter que a educação dos jovens esteja exclusivamente nas mãos de leigos, e que nada que trate dos mais importantes e mais sagrados deveres dos homens para com Deus deve ser introduzido na instrução sobre moral (LEÃO XIII. Carta Encíclica “Humanum Genus”: sobre a maçonaria. Vaticano: 1884).

Somente em 1922, oficialmente foi inaugurada a Loja Maçônica Fraternidade de Aracati, durante o centenário da Independência do Brasil. Vale ressaltar que a Maçonaria teve um papel crucial na luta pela Independência do Brasil.

Não sabemos exatamente onde foram *iniciados* os maçons aracatienses, nem qual loja maçônica os patrocinou servindo de madrinha. Acreditamos com uma certa segurança, de que oficialmente a *Loja Maçônica Fraternidade de Aracati* tenha começado seus trabalhos em princípio do ano de 1922, quando comemorava o centenário da Independência do Brasil, fato histórico no qual a maçonaria brasileira teve uma decisiva participação. Isto muito secretamente, pois não encontramos nenhuma notícia publicada nos jornais da época, com referência ao seu funcionamento. Fato que não poderia jamais ficar encoberto e no silêncio, numa cidade que tinha pouco mais de 4.000 habitantes como dito anteriormente (ANTERO, 2010, p. 13).

No ano de 1924, Clóvis Malveira Nunes e sua esposa, Elza Meireles Malveira, ambos de Limoeiro do Norte, aportaram no Aracati com firma de razão social, E. Malveira Et Cia, localizada na antiga Rua Conselheiro Liberato Barroso, hoje Rua Coronel Alexanzito. O casal doou à maçonaria de Aracati uma casa na Rua Conselheiro Liberato Barroso, nº. 132. Até então, a sede da Maçonaria funcionava no prédio do Barão de Aracati. Depois, passou a funcionar nesse prédio que o casal Malveira doou para a Maçonaria.

No livro de Escritura Publica nº 139,, as folhas 198/200 datada de 26 de novembro de 1924, o Sr. Clóvis malveira Nunes e sua mulher, Elsa Meireles Malveira, Fizeram para a Loja maçônica fraternidade de Aracaty, neste ato representada pelo Primeiro Vigilante Bruno Porto da Silva Figueiredo, a doação de um prédio de número cento e trinta dois(132), do domínio útil, situada na rua Conselheiro Barroso para a sede da mesma Loja, sendo que o domínio do terreno passará para a Loja Capitular Igualdade, com sede na Capital deste Estado (ANTERO, 2010, p. 14) .

**Figura 15:** Sede da Maçonaria em Aracati – CE



Predio onde funcionou a Loja Maçonica Fraternidade de Aracati,  
na rua Conselheiro Liberato Barroso nº 132, atual Rua Cel Alexanzito  
Costa Lima nº669.  
foto de 1960

**Fonte:** Arquivo pessoal de Antero Pereira Filho, 2010.

O primeiro vigilante<sup>3</sup> da Maçonaria de Aracati era o prefeito da cidade, no caso, Bruno Porto da Silva Figueiredo.

A partir desse momento, os fiéis católicos da cidade perceberam que a implantação da Maçonaria no Aracati era pra valer. Imagine uma cidade tradicional como Aracati, alimentada por crenças religiosas, e de repente conviver com maçons no mesmo espaço. Os católicos fervorosos partiram para o confronto por intermédio dos jornais locais.

Os movimentos que *arrepriavam os cabelos* dos religiosos católicos eram o comunismo, protestantismo, integralismo e a maçonaria. O confronto começou a partir de uma poesia publicada, em setembro de 1927, num boletim do padre Correia de Almeida, com o título “A hora final”; o texto criticava os católicos que porventura viessem a participar da maçonaria.

<sup>3</sup> O 1º **Vigilante** é a segunda maior autoridade e a 2ª DIGNIDADE de uma Loja Maçônica.

### A hora final

Quando a morte não fulmina  
E dá tempo à enfermidade,  
Se o espírito se ilumina,  
Ao clarão da eternidade.

Então pescador entende  
Que vae se achar na presença  
Do Juiz que não depende  
De assessor para a sentença.

Na agonia, tem-se visto  
Sectario do maçonismo,  
Abraçando-se com Christo,  
Voltar ao catholicismo.

Mas não consta que se veja  
Naquelle tremendo dia  
Quem era fiel à Igreja  
Entrar na MAÇONARIA.  
Pe. Correia de Almeida  
(ANTERO, 2010, p. 44).

Em novembro de 1927, José Barbosa Lima (Zizi), de Fortaleza, publica outro boletim contra a maçonaria com o título *Ao Público Aracatiense*. O boletim defendia a reputação do fervoroso católico Antonio Felismino Filho, proprietário do jornal periódico católico *O Rosário*. Circularam de forma “anônima” boletins com nome apócrifo, Jayme de Assis. O autor do boletim que dizia inverdades sobre a maçonaria seria o fervoroso Antonio Felismino Filho, apelidado de “rato de igreja” e outros adjetivos. De acordo com José Barbosa Lima (1927), tal boletim (apócrifo) revoltou a sociedade aracatiense, pois tinha o Sr. Felismino Filho reputação acima de qualquer suspeita. No dia 8 de novembro de 1927, sai outra nota no jornal *O Ceará*, editado em Fortaleza:

É conhecido que o rato cinzento, publicando boletins contra a benemérita instituição maçônica nesta cidade, (Aracaty) outro intento não possui senão o de, cada vez mais, aproximar-se dos cofres das igrejas para ir alimentando o estômago (ANTERO, 2010, p. 46).

O “rato de igreja” e “rato cinzento” aos quais os boletins se referem, tudo indica que seja Felismino Filho. De acordo com Jayme de Assis, pseudônimo, pois esse fantasma não existia na freguesia de Aracati em carne e osso:

Ninguém ignora que o autor dos avulsos contra a maçonaria, de que tratam as cartas de Jayme de Assis, é o srn. Antonio Felismino Filho, aqui sobejamente conhecido e acatado como homem de bem a toda prova, no que lhe fazem apenas, a devida justiça (ANTERO, 2010, p. 46).

No passado era muito comum se espalhar pela cidade de Aracati à noite esses boletins, principalmente em se tratando da política local. Quando se acordava pela manhã, as ruas e as casas estavam inundadas desses papéis, divulgando aquilo que muitos não tinham coragem de falar pessoalmente, sobretudo porque Aracati politicamente era governada pela oligarquia Costa Lima e muitos temiam a reação da família e seus partidários. Como aracatiense, lembro de uma gravura de uma porca que circulou anonimamente no Aracati, uma porca, e nas suas tetas estavam os nomes daqueles que mamavam na Prefeitura de Aracati. A maior parte da população de Aracati era analfabeta, a mensagem por gravura chegava a ser compreendida de imediato, através da boca miúda cumpria o papel de divulgação, espalhar pela cidade esses acontecimentos políticos. Retornemos aos causos da Loja Fraternidade Maçônica de Aracati.

Pela repercussão na cidade, o Sr. Felismino Filho era homem de muita reputação, principalmente pela igreja local.

Que ataquem, classificando-o de intolerante, carola, inimigo da maçonaria, vá lá, porém dizerem que é desonesto, isto não! Digam tudo quanto quiserem, porem, por amor à verdade, proclamem que o snr. Felismino Filho é um homem limpo, e mesmo talvez não se possa dizer de que se acoberta com a mascara do pseudonymo para censura-lo! (ANTERO, 2010, p. 46).

Esse imbróglio vai perdurar por anos, envolvendo reputações de vários personagens da sociedade de Aracati. O médico, Dr. Eduardo Dias, arauto da defesa da fé, saiu em defesa do padre Edgar, o que escreveu a poesia “A hora final”, com o artigo intitulado “Um mal entendido”. O padre Edgar, por condenar a maçonaria, foi alvo de Jayme de Assis nos boletins.

Fica a pergunta que até hoje nos instiga: Quem era realmente Jayme de Assis?

A concretização da Loja Maçônica no Aracati se realiza no domingo, dia 27 de janeiro de 1929, com direito à nota publicada no jornal *A Região*: “Funda-se nesta cidade uma Loja maçônica: domingo, 27 do mês próximo findo (janeiro), foi instalado

nesta cidade no prédio nº 154 da Rua do Comércio, uma loja maçônica” (ANTERO, 2010, p. 17). Para o evento de fundação, veio uma delegação de maçons da capital cearense: Dr. Álvaro Fernandes, Josias Moura, Antonio Pacheco, Augusto Carlos, Fenelon Ribeiro, Tenente Osimo de Alencar, Dr. Alcides Valente, Américo Justa, Joaquim Cafumba, Dr. Epifânio Leite, Job Roiz, Luis França de Oliveira Lima, Henrique Hellery, Paulino Siqueira Campos, advogado Francisco Queiroz, Francisco Gonzaga, José Alencar Araújo e Francisco Falcão. Maçons aracatienses que participaram do evento: Bruno Porto da Silva Figueiredo (comerciante), Teófilo Pinto (funcionário público), Antonio Leôncio (vereador), Aluísio Porto (comerciante), Joaquim Porto Caminha (funcionário público), Júlio Caminha Freire (funcionário do Lóide<sup>4</sup>), Clóvis Malveira (comerciante), Alexandre Ferreira Costa Lima (funcionário público), Francisco Sales Gurgel (comerciante), Eliezer Cavalcante (funcionário da fábrica Santa Tereza), e Garcez de Castro (funcionário da Casa Costa Lima).

**Figura 16:** João do Zuca, Garcez Castro, Alberto Viana e Clóvis Malveira, ao fundo a edificação da sede da loja maçônica.



**Fonte:** Arquivo pessoal de Antero Pereira Filho, 2010.

<sup>4</sup> Extinta Autarquia Lloyd Brasileiro.

De acordo com Antero (2010, p. 17): “Às 7 horas da noite desse dia foi aberta a sessão inaugural pelo Dr. Álvaro Fernandes que concedeu a palavra ao Dr. Epifânio Leite, saudando este, aos irmãos da ordem e profanos ali presentes”.

A igreja tem olhos e ouvidos e essa inauguração não passou despercebida. Logo, o padre Edgard Saraiva Leão, num boletim reprovou a presença de católicos nessa reunião de inauguração.

Existe um descompasso entre a “modernidade” e a igreja católica. Todos os movimentos que apareceram no Aracati, foram condenados e abortados pela Igreja, integralismo, protestantismo, maçonaria, assunto no qual estamos falando. Não vejo a maçonaria de Aracati como um perigo iminente, como faziam crer os defensores da fé e os párocos. A atuação da maçonaria no Aracati ficou no campo da filantropia, ajudando os pobres com distribuição de esmolas, prática condenada pela igreja local que via nessa ação oportunismo da maçonaria.

**Figura 17:** Distribuição de esmolas aos pobres, sobrado onde funcionou, em 1929, a sede da Loja Fraternidade de Aracati. Atualmente, sede do Museu Jaguaribano.



**Fonte:** Arquivo pessoal de Antero Pereira Filho, 2010.

No dia 30 de junho de 1930, a maçonaria lança seu jornal, *A Liberdade*, tendo como redatores os maçons Bruno Porto da Silva Figueiredo (Major Bruno), Eliezer Cavalcante e o expoente maior da maçonaria de Aracati, Clóvis Malveira.

Um fato relevante que merece ser comentado, a prisão de um maçom, noticiado pelo jornal *A Reforma* na edição do dia 26 de outubro de 1930:

[...] havia sido preso no sítio São Chico, propriedade do Coronel Raimundo Porto, o Dr. Mozart Catunda, ex-Secretário de polícia do Estado do Ceará, que fora auxiliado na sua fuga, pelo Aracati, pelo senhor Clóvis Malveira – venerável da loja maçônica de Aracati – Dr. Mozart Catunda que juntamente com outros membros da comitiva que o acompanhavam – Dr. Brasil Pinheiro, José Martins, Alfredo Weyne e Rui Guedes – fazia parte do governo de José Carlos de Matos Peixoto( 12 de julho de 1928 a 08 de outubro de 1930), derrubado pela revolução de 1930( *A Reforma*, 1930 apud ANTERO, 2010, p. 24-25).

Ser diferente, ou seja, comunista, integralista, maçom, protestante, pertencer a um grupo político independente, muitas vezes custava a vida, ocasionando desemprego, perseguições, prisão e mesmo ostracismo social. Não era fácil naquela conjuntura política e religiosa pensar diferente, pois havia as consequências e quem primava pela família tinha medo de que o prejuízo da sua postura política pudesse advir dos grupos dominantes.

No dia 24 de janeiro de 1932, domingo, a Loja Maçônica Fraternidade de Aracati realiza uma solene sessão em comemoração ao 3º aniversário da sua fundação. A Loja Maçônica vai se consolidar, embora temporariamente, no dia 19 de fevereiro de 1933, com sede própria na Rua Conselheira Liberato Barroso, 132. Não se tem muitas informações sobre tal evento, mas parece que a solenidade se restringiu aos membros da maçonaria.

No ano de 1935 a conjuntura política de Aracati passava por profundas mudanças. Outras forças políticas vão interagir no município, no caso a LEC – Liga Eleitoral Católica, que vai atrair para sua militância muitos aracatienses fervorosos. Outro movimento de abrangência nacional e que teve atuação firme em Aracati foi o movimento integralista, fundado por Plínio Salgado, sedimentado nas ideias do fascismo italiano. No Aracati, o movimento teve uma atuação muito viva com seus desfiles, símbolos e ideias nacionalistas.

Dessa forma, aos poucos a maçonaria definhava diante dos novos movimentos políticos e religiosos de Aracati. Em 28 de 1935, a maçonaria fazia sua

última reunião. O último embate de maçons e católicos se deu em 11 de julho de 1937. O Dr. Eduardo Dias contestava um membro da maçonaria num escrito com o título em latim: *Veritas super omnia* (traduzindo para o português: “A verdade acima de tudo”).

Getúlio Vargas suspendeu a “liberdade de reunião”, confirmada no art. 168, letra “c” da Constituição, outorgada no dia 10 de novembro de 1937. O governo de Meneses Pimentel, fervoroso católico, aproveitou-se da situação para espalhar pela imprensa que Getúlio Vargas tinha proibido o funcionamento das maçonarias: “Inimigos gratuitos da Ordem, a título de vingança, espalham o boato que também no Brasil tinha sido proibida a maçonaria” (MAGALHÃES, 2008, p. 95). O fechamento foi notícia nos jornais opositores da maçonaria: “foi decretado o fechamento das lojas maçônicas, mesmo com o apoio declarado da instituição ao regime” (MOREL; SOUZA, 2008, p. 212). O jornal *O Nordeste* trazia a seguinte manchete: “Fechada a maçonaria no Ceará” (*O Nordeste*, Fortaleza – CE, 23 de outubro, 1937).

A verdade chegou tarde: a maçonaria em Aracati padecia. O golpe de misericórdia foi dado pelo padre Abdon Valério que estrategicamente convocou as figuras ilustres do mundo político, comercial, social e maçons para um retiro espiritual. “*Quem dos convidados, naquela época de poder que tinha a igreja, poderia recusar um convite feito pelo vigário da cidade?*” (ANTERO, 2010, p. 40).

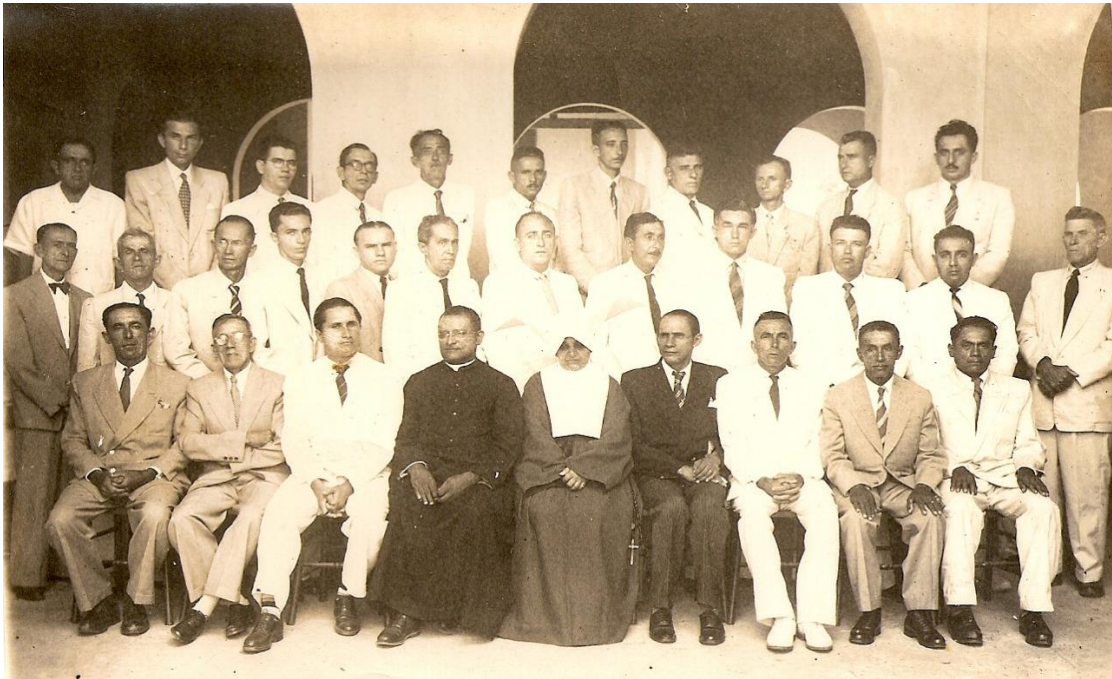
Todos os cidadãos que participaram do ato religioso, nas dependências do Instituto São José abnegaram a maçonaria e queimaram os livros maçons (ANTERO, 2010, p. 41).

A foto foi tirada no Instituto São José, onde se fez o retiro dos homens do Aracati. A intenção do retiro era convencer os homens que a religião católica e a maçonaria não se misturavam. Não tinha sentido um católico ser maçom. Pressionados pelo padre Abdon Valério, renunciaram a maçonaria. Saíram do retiro “convertidos a fé cristã”. Outro ponto a destacar, no Aracati chegaram ordens religiosas, as irmãs salesianas (1947), os irmãos maristas (1949) e as irmãs de caridade (Vicentinas), que já estavam em solo aracatiense.

Filhos de maçons não tinham direito de estudar nessas escolas religiosas, por isso muitos abnegaram a maçonaria por pressão da família e da igreja local.

Aproveitando o momento oportuno e favorável, quando as próprias famílias dos maçons forçavam a presença dos seus filhos e filhas a estudarem nos colégios religiosos e alguns maçons, por convicção tentavam impedir, causando no seio da família o desgosto e a desavença, o padre Valério promoveu um evento que liquidou de vez a maçonaria em Aracati (Antero, 2010, p. 40).

**Figura 18:** Retiro dos Homens sob o comando do Padre Abdon Valério



**Fonte:** Arquivo pessoal de Antero Pereira Filho, 2010.

Ao final de uma solene missa realizada na elitizada igreja do Bomfim, o padre Valério preparou uma cerimônia para que os maçons arrependidos abjurassem da ordem maçônica que haviam pertencido, e voltassem ao convívio da igreja católica, queimando livros dos rituais maçons numa liturgia parecida com aquelas realizadas na idade média (ANTERO, 2010, p. 41).

O mais radical dos maçons, que defendia a maçonaria com unhas e dentes, abnegou, no caso, o personagem Garcez de Castro, não aguentou a pressão do vigário. O golpe de misericórdia dado à maçonaria aconteceu no ano de 1947 pelo padre Abdon Valério.

Os manuais de aprendizes e mestres maçons empilhados, formando uma pira no centro da nave da Igreja do Bomfim, arderam ao fogo, queimando e transformando em cinzas um sonho de loja filosófica cuja única finalidade era o melhoramento, o desenvolvimento e crescimento espiritual do homem, baseado nos princípios da lealdade, igualdade e fraternidade (ANTERO, 2010, p. 41).

### 3.2 EXPOSIÇÃO ITINERANTE DE FOTOS ANTIGAS DO ARACATI: LOJA MAÇÔNICA FRATERNIDADE DE ARACATI

A nossa intervenção pedagógica, no caso, o produto, fotos antigas sobre a Maçonaria Fraternidade de Aracati, será trabalhada com os alunos dos terceiros anos da Escola Estadual Gabriel Epifânio dos Reis, nesse primeiro momento. O nosso intuito é levar a exposição para outras escolas que já foram distritos de Aracati, como Icapuí, Itaiçaba e Fortim. Afinal, a história dessas cidades está enraizada com a história do Aracati. Como já foi dito, não foi possível trabalhar com esse tema maçonaria por conta da pandemia. No entanto, é um tema aberto para outros pesquisadores.

O projeto não se encerra com o tema “Maçonaria Fraternidade do Aracati”, outros temas serão abordados no decorrer do ano letivo, pois a cidade de Aracati é rica em fatos históricos registrados por fotos. Vale a pena enumerar alguns e nos anexos estarão propostas de planos de aula futuros. Eis alguns fatos interessantes do Aracati que podem ser abordados na sala de aula: Integralismo, as firmas de comércio que se instalaram no Aracati, as oficinas de carne de charque, pelourinho de Aracati, os casarões, a queda do hidroavião alemão Junkers D218 (1923), festas religiosas; enfim, Aracati é um celeiro de história e cultura.

Devido à pandemia do coronavírus (2020-2021), não foi possível fazer uma exposição com o tema proposto, Maçonaria Fraternidade do Aracati. No entanto, trabalhamos em outra estratégia pedagógica, no caso, fatos relacionados com a história das comunidades de Icapuí nas quais os alunos moram. No decorrer da apresentação, veremos com mais clareza como se deu essa exposição de fotos na Escola Estadual Gabriel Epifânio dos Reis.

Os alunos serão os protagonistas dessa amostra de fotos antigas, desde a seleção de fotos, contextualização, pesquisa, confecção das molduras das fotos, montagem dos cavaletes, divulgação da exposição, explicação, tudo que se relacione à amostra é por conta dos alunos. O papel do professor é de mediador e ouvitor nas etapas do projeto pedagógico.

### 3.3 O SABER IMAGÉTICO E O ENSINO DA HISTÓRIA: EXPOSIÇÃO DE FOTOS ANTIGAS DE ICAPUÍ NA ESCOLA ESTADUAL GABRIEL EPIFÂNIO DOS REIS

A nossa exposição teve como inspiração o trabalho da professora Kênia Sousa Rios, feito com os alunos do curso de Graduação em História da UFC. O tema desenvolvido por ela foi “Coisas do amor: objetos românticos no Ceará”. A pesquisadora trouxe para a discussão o amor no século passado a partir de uma carta amorosa (1934). Seu produto trouxe à tona um contexto histórico do século passado nos vários aspectos socioculturais. A partir dos objetos coletados, organizou uma exposição no Museu do Ceará (2004). A nossa exposição é mais modesta, não contamos com os meios acadêmicos de uma universidade federal e os nossos alunos são do ensino médio e de escola pública. Nada de preconceito com meus alunos, mas a clientela de uma universidade são alunos maduros que sabem o que querem e dispõem de ferramentas pedagógicas mais apuradas para a pesquisa acadêmica. A seguir, apresentamos o roteiro que seguimos com os alunos no intuito de tornar realidade a exposição.

**Quadro 1:** Roteiro de elaboração da proposta do produto com 3º ano G da Escola Gabriel Epifânio dos Reis – Icapuí – CE.

Período	Atividade proposta	Resultado esperado
1ª Semana	Reflexão sobre objetos museais, imagens e história local.	Compreender a relação entre história local, história e memória através das imagens.
2ª Semana	Uso de imagens da comunidade e famílias.	Seleção de material visual contextualizando sua importância.
3ª Semana	Discussão geral das amostras recolhidas em sala.	Seleção do material visual para a exposição.
4ª Semana	Elaboração e confecção do material da exposição.	Finalização da exposição.
5ª Semana	Organização da exposição da Mostra	Exposição com participação dos discentes e visita de outras turmas da escola e da comunidade.

**Fonte:** elaborado pelo autor.

A pandemia nos impediu de fazer a exposição referente à maçonaria, no Museu Jaguaribano de Aracati; a solução encontrada para avaliar o produto da

nossa pesquisa foi pedir aos alunos fotos históricas antigas das suas comunidades e de seus familiares e, a partir de uma seleção democrática, montamos a exposição na biblioteca da Escola Estadual Gabriel Epifânio dos Reis, na cidade de Icapuí – Ceará.

A nossa exposição imagética tem como missão no primeiro momento a pesquisa com alunos do 3º ano G da Escola Estadual Gabriel Epifânio dos Reis na cidade de Icapuí. Vamos resgatar fotos (acervos de particulares e pesquisa dos alunos) e mirar nos eventos das comunidades de Icapuí que foram registrados fotograficamente. A turma é composta por 28 alunos de faixa etária entre 17 a 21 anos. A cidade de Icapuí é composta por 41 comunidades e o interessante é que cada uma delas tem suas especificidades culturais. No entanto, não vamos trabalhar com alunos de todas as comunidades. Os alunos que serão instigados a pesquisar são os alunos do 3º ano G e suas comunidades de origem, espacialidade. No caso, Morro Pintado, Vila Jardim Paraíso, Cajuais, Tremembé, Quitérias, Olho d'água e Icapuí (sede). A ideia inicial do projeto seria trabalhar com fotos antigas do Museu Jaguaribano de Aracati, todavia, não foi possível devido à pandemia.

**Figura 19:** 3º ano G da Escola de Ensino Médio Professor Gabriel Epifânio dos Reis



**Fonte:** Acervo do autor (2022).

**Figura 20:** Lista de presença da exposição



Fonte: Acervo do autor (2022).

**Figura 21:** Visita dos alunos



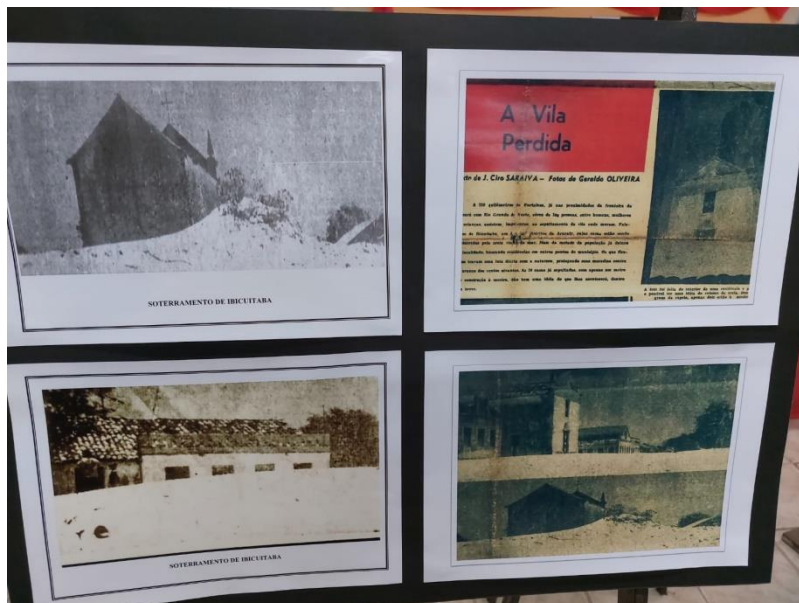
Fonte: Acervo do autor (2022).

**Figura 22:** Acervo da exposição



Fonte: Acervo do autor (2022).

**Figura 23:** Soterramento da comunidade de Ibicuitaba



Fonte: Acervo do autor (2022).

**Figura 24:** Visitação dos alunos da escola



Fonte: Acervo do autor (2022).

**Figura 25:** Aula expositiva do projeto



Fonte: Acervo do autor (2022).

**Figura 26:** Visita dos alunos



Fonte: Acervo do autor (2022).

**Figura 27:** Visita dos alunos



Fonte: Acervo do autor (2022).

**Figura 28:** Visita dos alunos



Fonte: Acervo do autor (2022).

**Figura 29:** Visita dos alunos



Fonte: Acervo do autor (2022).

No segundo momento, resgatamos memórias de fotos antigas do Aracati, por meio de postagens dos usuários do Facebook, sobretudo as postadas por Netinho Ponciano, que são comentadas semanalmente pelos seguidores dele na rede social. Muitos desses usuários não moram no Aracati, mas vivenciaram esses momentos

registrados pelas lentes do senhor Abílio Monteiro, que nos deixou essa preciosa coleção imagética do passado do Aracati.

O acordo foi firmado com os alunos, arregaçamos as mangas e partimos para a pesquisa in loco. Foi solicitado aos estudantes que vasculhassem em casa com seus pais fotos antigas da família ou da própria comunidade. Fotos que tragam lembranças, sentimentos, nomes, espaço... E, junto com seus familiares, resgatassem memórias que essas fotos carregam consigo. Foi feita uma ficha para facilitar a interlocução dos alunos com as fotos selecionadas.

Na semana seguinte, os alunos trouxeram o material pesquisado e passamos a discutir as fotos. Cada aluno deu voz ao seu material e, numa atividade democrática, escolhemos as fotos mais significativas em termos de memórias para compor a exposição de fotos. Todos os alunos foram contemplados, pois a pesquisa foi exposta na biblioteca da escola. Houve a visita de todas as turmas à exposição, 438 alunos marcaram presença e a percepção dos estudantes alcançou o propósito desejado. Os laços afetivos das comunidades circunvizinhas são próximos e se reconhecem como parentes e fatos até então desconhecidos.

De tantas histórias apresentadas na exposição, uma mereceu a atenção dos alunos e da própria escola: a vida do senhor João da Cunha Rebouças, natural de Peixe Gordo, Icapuí – Ce. Casou com a senhora Maria do Carmo Rebouças e, desse casamento, nasceram 16 filhos. O senhor João, um autodidata, tinha conhecimentos de engenharia, medicina, direito e muito mais, aprendeu tudo sozinho lendo os livros que chegavam as suas mãos. Todos os filhos estudaram e um deles se destacou no cenário nacional, Aldo da Cunha Rebouças, o maior especialista naquele momento de água subterrânea no Brasil. Foi professor da USP e nesta universidade fundou o Centro de Pesquisas Subterrâneas. A vida de Aldo Cunha Rebouças serviu de motivação para os alunos da Escola Estadual Gabriel Epifânio dos Reis, pois quando se leva os estudos a sério não existem barreiras para o crescimento profissional.

Na exposição, nada de figurões da velha historiografia brasileira; apenas o povo, gente da gente e de Icapuí. Os anônimos que a elite brasileira esconde debaixo do tapete da história. Na conclusão do trabalho, selecionamos uma citação da professora da UFC, Kênia Sousa Rios, depois da exposição no Museu do Ceará, Fortaleza:

os alunos iniciaram a aventura de tirar a História da linha e colocá-la no fluxo temporal menos organizado, com direito a sonhos, desejos e delírios, entre outros temas rejeitados por uma historiografia e uma didática instituídas desde o século XIX (RIOS, 2014, p. 151).

Acima, fotos do momento da exposição na da Escola Estadual Gabriel Epifânio dos Reis. Abaixo, fotos antigas do Aracati retiradas do Facebook e alguns comentários da página “Aracati Antigo”, de Netinho Ponciano, que semanalmente posta fotos antigas do município.

**Figura 30:** Membros da família Costa Lima



**Fonte:** Acervo pessoal: Netinho Ponciano.

O jovem da esquerda – pegando siri e um pouco desaprumado – parece mais com um jegue diplomado. Já o da direita (terno preto) vê-se aí muito alinhado. As moçoilas – pelo que insinuam as suas vestes e o seu modo ereto de sentar e cruzar as pernas – pertenciam (sem dúvida) à classe nobre do antigo Aracati. Mas esta primeira classe de há muito bateu asa e dali voou e nunca mais voltou. Os remanescentes dessa primeira classe (a exemplo de Pompeia Costa Lima) moram até hoje na terrinha quase que só para atestar a ausência da nobreza Costa Lima. Esta – fundada ali a partir do final do século XVII – encontra na pessoa do senhor Pedro Ferreira da Costa o seu mais memorável ancestral, nascido na caatinga dos Goes, naquele município. Mesmo na condição do plebeu que sempre fui, tenho na remanescente nobre e amiga Pompeia (filha do grande industrial de cera de carnaúba Pompeuzinho, e viúva do meu grande amigo Adolfo Caminha) o mais notável referencial de glamour da época em que ali existia uma nobreza autêntica e forjada em mais de quatro costados. Ainda hoje tenho muitas saudades desses antigos

registros feitos pelos olhos da criança simples e humilde que fui no meu antigo e recuado outrora. Ah se tudo isso que se foi resolvesse um dia voltar, mesmo que fosse no meu mais rastejante caducar! Sim, porque – como já se disse em algum lugar – “uma boa recordação talvez seja cá na terra mais autêntica que a felicidade”. Sejam, pois, felizes, mesmo que apenas nas nossas lembranças! (COSTA, 2016).

São ancestrais dos Costa Lima, todos nascidos na caatinga dos Goes: 1) o coronel Antônio Nunes Ferreira (esposa Catarina Barbosa de Gracismán), 2) capitão Pedro Ferreira da Costa (esposa Custódia de Gracismán) (dos fins do século XVII e primórdios do século XVIII), 3) capitão Matias Ferreira da Cota (Paula Barbosa de Gracismán), 4) Reinaldo da Costa Lima (início do século XIX) (casado com Caetana Francisco) e 5) Alexandre Ferreira da Costa Lima (esposa Francisca Joaquina). Estes são raízes e troncos dos Costa Lima, cujos descendentes são: Pompeu, Liberato, Firmino, Francisco, João, Gibida, Joana, Caetana, Júlia, Maria Amélia, Antônio e Alexandrino (avô de Zé Flávio Costa Lima). O Pompeu Costa Lima, aí referido, é irmão de Alexandrino Costa Lima, pai do Coronel Alexanzito e avô de Zé Flávio Costa Lima. O Pompeu Costa Lima é o pai do Pompeuzinho Costa Lima e avô do grande político Abelardo Gurgel Costa Lima (pai do Abelardo Filho, que foi prefeito Aracati por várias vezes) (COSTA, 2016).

**Figura 31:** Rua Grande, 1930



**Fonte:** Acervo pessoal: Netinho Ponciano.

Netinho, depois que descobri essa maravilha que são suas fotografias, resolvi fazer um painel com algumas dessas fotos para decorar minha sala onde trabalho porque de uma coisa me orgulho muito: é o lugar onde nasci (ZARANZA, 2014).

Netinho Ponciano, a minha casa é duas pra frente a casa dos Freitas. Legal! Vou guardar a foto (SILVA, 2016).

Os formatos das fachadas dessas casas mudaram e os seus antigos moradores também se foram. Isso atesta que um dia nós vamos também... (COSTA, 2019).

**Figura 32:** Hidroavião Junkers D218 (acidente no dia 25 de junho de 1923).



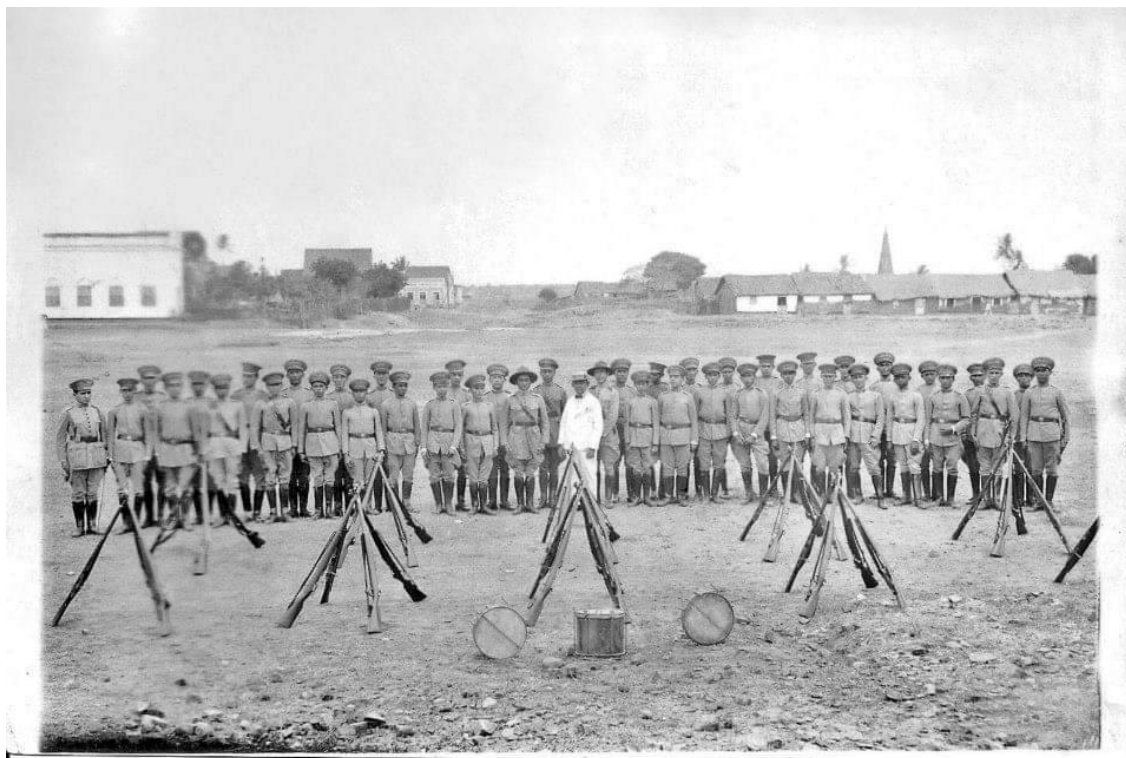
**Fonte:** Acervo de Netinho Ponciano.

Realmente este acontecimento existiu eu tinha meus 6 anos e fui até ao Rio Jaguaribe rever este acontecimento que a cidade toda ficou abismada. Valeu! Você tem muita boa memória (SOUSA, 2022).

Avião no qual aconteceu o primeiro desastre aéreo do estado do Cear, hoje temos uma placa em homenagem ao acontecido que está no Instituto do Museu Jaguaribano (WAGNER, 2016).

Observem o trem de pouso, todo de madeira, inclusive a asa, segundo a história também estrutura era toda de madeira. Só muito tempo depois, já no final da primeira guerra mundial, é que começou a usar alumínio na confecção das asas dos aviões (ZARANZA, 2015).

Não são trens de pouso, são flutuadores, e o acidente ocorreu por causa dos fortes ventos do Aracati (PAGELS, 2020).

**Figura 33:** Tiro de Guerra 10-014.

**Fonte:** Acervo de Netinho Ponciano.

Nesse tempo existia apenas a igreja do nicho e algumas casinhas simples na parte da frente onde está o tiro de guerra um enorme descampado e ao fundo a coluna, isso nos remete à memória do Aracati do passado; gostaria que tivesse uma máquina do tempo pra voltar e passar apenas umas duas horas e contemplar como viviam nos contrêrrâneos nesse tempo que não existem hospitais, ruas sem saneamento, sem calçamento e ainda sofriam com inúmeras enchentes, esses sim eram nossos guerreiros aracatienses do passado (MOREIRA, 2019).

Fui menino ainda no tempo em que a Rua da Palha (justo porque as casas eram quase todas de taipa e palha) era tão primitiva como se vê nesta foto. Entre o término dela e os fundos da igreja do Nicho, passava o rego do piche (por onde corriam as águas oleosas esgotadas da fábrica de tecidos Santa Thereza). O cheiro ainda ativo dessas águas servia para desobstruir os pulmões contaminados por gripes que diziam mal curadas. Talvez fosse mais um placebo incrustado nas nossas crenças. Mas confesso que eu mesmo me curei por algumas vezes. A ponta de mais da metade da minha coluna – que ora se vê acima da rua da palha referida – parece construir a ponta do iceberg do chão onde fui mais feliz nesta vida. Esta foto não é mais uma foto, e sim o atestado inteiro da minha infância esvaída, que se foi para nunca mais voltar (COSTA, 2014).

Capitão Miguel chegou em Aracati no ano de 1969. A sua primeira turma foi em 1969. A sua última turma como Instrutor do Tiro de

Guerra foi no ano de 1978. Em fevereiro de 1979, viemos embora pra Fortaleza (PINTO, 2020).

**Figura 34:** Câmara Municipal (andar de cima), Cadeia Pública (térreo). Construção de 1779, é um dos prédios mais antigos do Ceará. Tombado pelo IPHAN em 2000.



**Fonte:** Acervo de Netinho Ponciano.

Quando a Câmara foi instalada em Aracati (dez anos antes da Revolução Francesa) não havia ainda a prefeitura. A Vila de Aracati era administrada pelo Parlamento. E quem fazia as vezes do Prefeito era o vereador Presidente da Câmara. Era – por assim dizer – o Primeiro Ministro do Aracati. Nesse tempo, a coisa era bem diferente em tudo, tanto por dentro quanto por fora (das pessoas). A honradez era maior que o dinheiro. Mas, depois que voto virou moeda, a coisa se esculhambou. Veja-se no espelho deste país! Se você mesmo disser aqui e agora: “Corre ladrão”, você fica? Ou você corre? Como já fui da Polícia Federal mais de trinta anos, eu posso até lhe ajudar a identificar essa corrida... Tá com medo, então num venha não... (COSTA, 2017).

Foi erigida dez anos antes da Revolução Francesa. Constituiu-se um dos maiores parlamentos do Nordeste. E eu sou muito orgulhoso disso, pois o meu pai (Antônio Ponciano da Costa) integrou esse parlamento durante vinte e quatro anos ininterruptos. Sentimentalmente, essa multissecular casa integra o meu patrimônio histórico. Pesquise para saber se um parlamentar de Aracati durou mais de vinte e quatro anos ininterruptos nessa casa do povo... Fala Anterinho! (COSTA, 2020).

**Figura 35:** Euterpe Operária fundada pelos empregados da Fábrica Santa Tereza – 1916.



**Fonte:** Acervo de Netinho Ponciano.

No início do século XX, houve uma forte efervescência musical em todo Brasil por conta do Nacionalismo, que exaltava a valorização da nação de uma forma geral, com isso criou-se a cultura das agremiações musicais, idealizadas pelas fábricas, instituições religiosas e as famílias que tinham um forte poder aquisitivo. No entanto, essas instituições musicais, junto à fabricação em larga escala de diversos instrumentos musicais na Europa, gerou uma grande demanda, que resultou no fortalecimento da profissionalização em Música no Brasil (NASCIMENTO, 2018).

Lindo!! Você sabia que a família COE tem uma pequena parte de contribuição nesta formação desta empresa? Pois bem, meu bisavô Henrique Coe foi liberado do consulado inglês para vir instalar o maquinário pois, era todo em inglês. Que se trabalhou 3 turnos nem uma fábrica se trabalha 3 turnos com quase 800 funcionários na época (COE, 2018).

Não poderíamos deixar de fora a opinião dos internautas das redes sociais, no caso, Facebook, sobre as fotos antigas. Toda semana Netinho Ponciano posta no fotos antigas do Aracati e as pessoas da cidade e as que já não moram mais, fazem seus comentários nostálgicos sobre o Aracati antigo. Muitas vezes, os comentários nos fazem entender melhor aquele momento histórico, pois quem posta vivenciou aquele acontecimento, por isso conhece os personagens das fotos e o evento fotografado. Por isso achei oportuno socializar esses comentários na dissertação.

Transcrevi na íntegra os comentários e no final do comentário vem o sobrenome e o ano da publicação.

## 4 CONCLUSÃO

O desenvolvimento deste trabalho acadêmico foi de grande valia para minha formação como professor de história. Entendi a importância de interagir com os alunos, com outras fontes de aprendizagem e com novos ambientes extramuros escolares. Conhecer a realidade social e cultural dos alunos permite ao professor mergulhar no seu contexto histórico. Quando um plano de aula é pensado a partir da realidade dos alunos, a aprendizagem flui com leveza. Nessa perspectiva, priorizamos trabalhar com fotos antigas da cidade de Aracati. Nesse primeiro momento, escolhemos a temática da maçonaria, pois o acontecimento foi relevante na história da cidade e existe um acervo fotográfico, jornalístico e documental que trata desse fato.

O diálogo acadêmico foi feito com historiadores, sociólogos e especialistas museais; as ideias e conceitos de Pierre Nora nos nortearam a um porto seguro. Seu conceito de “lugares de memória” abriu horizontes na compreensão do papel das memórias no cotidiano do cidadão. O museu é esse “arquivo vivo” sempre revisitado quando os grupos detentores do poder querem se firmar como classe dominante.

O objetivo do instituto do Museu Jaguaribano era a dominação do espaço social e cultural local, fato constatado quando [quando] repensei suas atividades pedagógicas e políticas através da memória dos sujeitos sociais fundadores e [dos] sócios (FARIAS, 2015, p. 82).

A escolha da fotografia como recurso pedagógico proporcionou uma compreensão mais apurada dos acontecimentos históricos, não só em nível local, mas se estendendo a outras cercanias históricas. Sempre gostei de trabalhar com fontes iconográficas, como filmes históricos e fotos antigas. O mundo hoje se rendeu à fotografia; por mais simples que sejam os celulares, hoje possuem uma câmera fotográfica; e, na sociedade do espetáculo, ninguém perde a chance de registrar um momento seu através de uma selfie.

O acervo fotográfico foi imprescindível para a elaboração do meu produto. O intuito é elaborar uma amostra itinerante de fotos antigas nas escolas da região jaguaribana. No primeiro momento, a escola em que leciono, Escola Estadual Gabriel Epifânio dos Reis, na cidade de Icapuí. Por que Icapuí? A cidade que me

acolheu como professor e na qual trabalho, merece o meu reconhecimento. As fotos são do Aracati; no entanto, vale ressaltar que Icapuí já foi distrito de Aracati e, portanto, suas histórias estão imbricadas.

Para isso, foram importantes as contribuições dos museólogos Ulpiano T. Bezerra de Meneses e Francisco Régis Lopes Ramos, do aracatiense e historiador Antero Pereira Filho, da educadora Circe Bittencourt e de tantos outros que se somaram a essa empreitada educacional.

Vale ressaltar o desprezo dos livros didáticos por fotos antigas. No livro didático as fotos são meras ilustrações. A fonte fotográfica é vista como secundária, carece por parte do professor uma contextualização e aprofundamento do seu potencial como documento. As faculdades de história carecem nos seus currículos de uma disciplina que ensine as técnicas de análise de fotos antigas. A compreensão se dá numa especialização ou no mestrado, como no meu caso, aprendi a ler as fotos antigas no ProfHistória.

Em muitas situações as fotos antigas não trazem seus autores, são apropriadas indevidamente sem referência do seu autor. No caso do Aracati, a maioria das fotos antigas pertencem ao funcionário público Abílio Monteiro, que não era fotógrafo profissional. Nas horas de folga, praticava seu hobby, retratar a vida social da cidade de Aracati.

As discussões no ProfHistória contribuíram muito para ampliar minha visão da história. Superei os velhos modelos tradicionais de ensino, reprodutores de uma história factual, linear e de narrativas prontas e definitivas.

Ao longo do trabalho, tenho ressaltado que o objetivo não é indicar as fotos como fonte histórica, mas trabalhar as fotos como recurso pedagógico. No futuro, pretendo defender essa tese, colocar a fotografia no seu devido lugar.

Na segunda parte do trabalho mergulho fundo nas Leis Educacionais, Constituição Federal, LDB, BNCC, Parâmetros Curriculares, PPP e tantos pareceres que dão suporte legal para se trabalhar em outros espaços de aprendizagem, no caso museus. Houve um tempo que o professor era bitolado ao espaço da sala de aula. Uma aula diferente (criativa), ignorada por muitos educadores, condenavam os professores versáteis à enrolação. Na visão desses professores tradicionais, as aulas se davam em sala, com quadro, giz e apagador, fora desse contexto não há aprendizagem satisfatória, na concepção dos professores tradicionais.

No último capítulo, apresentamos o nosso produto, como já foi salientado no início da discussão. O Aracati é um grande celeiro de história (cultural, social e político). Optamos por fotos antigas, pois concluímos ao longo do trabalho que elas ajudam nas aprendizagens dos alunos. O Aracati está bem servido por fotos e jornais que contam sua história. Os acontecimentos do Aracati foram bem registrados pelas lentes do Sr. Abílio Monteiro (festas religiosas, carnavais, desfiles políticos (Integralismo), famílias tradicionais, políticos tradicionais, maçonaria, cheias, enfim, vida social). Priorizamos a maçonaria, porque deduzimos que o tema amplia outros eventos históricos.

O Aracati é um leque de eventos (político, econômico, social, cultural, religioso) a serem trabalhados pelos professores e alunos. Em virtude da pandemia, não foi possível visitar o Museu de Aracati nem consultar os alunos sobre a temática a ser trabalhada. Nem por isso deixamos de expor as fotos com outra temática na escola. E por causa da pandemia a exposição não deixou de acontecer. Não canso de repetir, o Aracati é um celeiro de cultura e história, os temas os mais variados: monumentos, procissões religiosas, bandas de música, músicos, famílias ilustres e personagens, acontecimentos trágicos e alegres, enfim, tudo registrado através de fotos. A pandemia não nos impediu de fazer a exposição, mudamos a temática da maçonaria para temas de Icapuí, pesquisados pelos alunos, e o local foi a própria escola na qual trabalho. Realizamos a exposição na biblioteca da Escola Estadual Gabriel Epifânio dos Reis. A exposição foi um sucesso de público e de aprendizagem. Assim, acreditamos que conseguimos motivar os alunos para outras formas de aprendizagem. Dever cumprido como educador.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Berenice. **Intrépidos romeiros do progresso**: maçons cearenses no Império. Fortaleza: Museu do Ceará: Secult, 2009.

AGUIAR, Angelo Antônio. **Fontes fotográficas no ensino de história**: uma proposta didática com as fotografias de Claro Jansson sobre a guerra do Contestado. 2021. 67 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal de Florianópolis, Florianópolis, 2021.

ANTONIL, A. J. **Cultura e opulência do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.

ARAGÃO, Raimundo Batista. **Maçonaria no Ceará**: raízes e revolução. Fortaleza: IOCE, 1987.

BAUMAN, Z. **Capitalismo parasitário**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: o uso de imagens como evidência histórica. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

CANCLINI, Néstor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, Iphan, n. 23, p. 95-115, 1994.

CARTA ENCÍCLICA DO SUMO PONTÍFICE LEÃO XIII: HUMANUM GENUS, 1884. Disponível em: [http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_18840420\\_humanum-genus.html](http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_18840420_humanum-genus.html) Acesso em: 18 ago. 2022.

CARVALHO, Vânia Carneiro de; FILIPPI, Patrícia; LIMA, Solange Ferraz de. **Como tratar coleções de fotografias**. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002.

CEARÁ, Portal da História do. PORTAL DA HISTÓRIA DO CEARÁ – HEMEROTECA: jornais do Ceará. **Jornais do Ceará**. 2021. Disponível em: [https://www.ceara.pro.br/Hemeroteca/Indice\\_Hemeroteca.php](https://www.ceara.pro.br/Hemeroteca/Indice_Hemeroteca.php). Acesso em: 30 out. 2021.

CEARÁ, Revista Litoral Leste. **Museu Jaguaribano do Aracati guarda importante acervo da história brasileira**. 2018. Disponível em:

<http://revistalitorallesteceara.com.br/museu-jaguaribano-do-aracati-guarda-importante-acervo-da-historia-brasileira/>. Acesso em: 30 out. 2021.

CEARÁ. **Decreto Estadual nº 16.237, de 30 de novembro de 1983**. Institui o Instituto Museu Jaguaribano em Aracati e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, Fortaleza, 1º dez. 1983.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994

CORDEIRO, Jaqueline Aragão. **Museu Jaguaribano – Aracati**. 2020. Disponível em: <http://coisadecearenses.com.br/museu-jaguaribano-aracati/>. Acesso em: 30 out. 2021.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FARIAS, Alex da Silva. **Memória e cidade**: a construção histórica do Instituto do Museu Jaguaribano (1965-1985). Projeto de pesquisa apresentado ao curso de mestrado Acadêmico em História da Universidade Estadual do Ceará, em 2010, para o processo seletivo de inserção ao MAHIS.

FILHO, Antero Pereira. **A maçonaria em Aracati (1920-1949)**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GONÇALVES, Carlos. A fotografia no Brasil: da documentação à arte. **artsoul**, São Paulo, 14 abr. 2022. Disponível em: <https://blog.artsoul.com.br/fotografia-no-brasil-documentacao-arte>. Acesso em: 28 ago. 2022.

GRANDE ORIENTE DO BRASIL (Brasília). Secretaria Geral de Comunicação e Informática do Gob. **Proclamação da República**. 2020. Disponível em: <https://www.gob.org.br/proclamacao-da-republica-2/>. Acesso em: 23 out. 2021.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1990.

HORTA, M.L.P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999, 65 pp.

INSTITUTO DO MUSEU JAGUARIBANO. **Valorize sua cultura**. 2020. Disponível em: <http://www.museujaguaribano.org.br/>. Acesso em: 30 out. 2021.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**. Tradução de Luciana Villa-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 1999.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 5. ed. São Paulo: Ateliê, 2014.

KOSSOY, Boris. **Hercule Florence**: 1833, a descoberta isolada da fotografia no Brasil. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1980.

LE GOFF, Jacques. Documento-Monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

LIMA, Abelardo Costa. **Terra aracatiense**. Aracati: Biblioteca de História do Ceará – I. 2. ed. 1979.

LITZ, Valesca Giordano. O uso da imagem no ensino de história. In: PARANÁ (Estado). Secretaria de Estado de Educação. **O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense**. Curitiba: SEED/PR, 2009. (Cadernos PDE, vol. 2). Disponível em:

[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2008\\_uf\\_pr\\_hist\\_md\\_valesca\\_giordano\\_litz.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2008_uf_pr_hist_md_valesca_giordano_litz.pdf). Acesso em: 04 jun. 2019.

MAGALHÃES, Zelito Nunes. **História da maçonaria no Ceará**. Fortaleza: Grande Loja do Ceará, 2008.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. O museu de cidade e a consciência de cidade. In: **Museu e cidade**: livro do Seminário Internacional. RJ: Museu Histórico Nacional, 2003.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. O museu na cidade x a cidade no museu: uma abordagem histórica dos museus de cidade. **Revista Brasileira de História**, v. 5, n. 8/9, São Paulo, 1985.

MORAIS, Fernando; SILVA, Rogério forastieri da (org.). **Nova história**: em perspectiva. São Paulo: Cosac Naify, 2011. v. 1.

MOREL, Marco; SOUSA, Françoise Jean de Oliveira. **O poder da maçonaria**: a história de uma sociedade secreta no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008

MUSEU JAGUARIBANO ARACATI ALEXANDRE JACO. Ceará, 2021. Disponível em: <https://www.anuariodoceara.com.br/um-novo-tempo/museu-jaguaribano-aracati-alexandre-jaco/>. Acesso em: 30 out. 2021.

NEVES, Berenice Abreu de Castro. **Intrépidos romeiros do progresso**: maçons cearenses no Império. Fortaleza: Museu do Ceará; SECULT, 2009.

NORA, P. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo, 1993.

OLIVEIRA, Erivam. **Hercule Florence**: pioneiro da fotografia no Brasil. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

PARADA, Maurício. **Os historiadores clássicos da História**. Rio de Janeiro, 2014. v. 3.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 53, p. 11-23, jun. 2007. FapUNIFESP (SciELO). DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-01882007000100002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/BXNmGmrkWDkdVR4VPskmLJ/?lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2021.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, 1989.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto**: o museu no ensino de história. Chapecó: Argos, 2004.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

RIOS, K. S. **Coisas do amor**: objetos românticos no Ceará. 2004. (Exposição).

RIOS, K. S. O amor no museu: uma experiência de ensino de História com objetos do amor romântico. **Revista História Hoje**, v. 3, n. 6, p. 139-153, 2014. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/141>. Acesso em: 18 ago. 2022

RODRIGUES, Marly. De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** (IPHAN), n. 24, Cidadania, Ministério da Cultura, 1996.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. **Augusto Guzzo Revista Acadêmica**, São Paulo, n. 6, p. 14-18, maio 2003.

SOUZA, Simone; ALENCAR CUNHA, Terezinha Helena de; VELOSO, Francisco Augusto Sales. **Patrimônio tombado**: guia bens do Ceará – tombamento. Ceará: Secretaria da Cultura e Desporto, 1995.

TITO, Fábio. Descoberta da fotografia no Brasil faz 180 anos despercebida por brasileiros. **G1**, São Paulo, 15 de ago. de 2012. Fotos. Disponível em: [encurtador.com.br/tvDO7](http://encurtador.com.br/tvDO7). Acesso em: 18 ago. 2022

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE. Rio de Janeiro, UERJ, v. 61, jan. 2018. Semestral. Disponível em: [https://www.andes.org.br/img/midias/b2453145c8eb30241febcefe5e2f9729\\_1548264765.pdf](https://www.andes.org.br/img/midias/b2453145c8eb30241febcefe5e2f9729_1548264765.pdf). Acesso em: 19 out. 2021.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a história. Brasília, Editora da UnB, 1982.

**CADERNO DE ANEXOS**

## ANEXO A – MUSEU JAGUARIBANO



Edifício do Museu Jaguaribano de Aracati.

Fonte: Anuário do Ceará (2021-2022).

Acervo interno do Museu Jaguaribano  
(carro de boi, motor, alambique, telhas e tijolos).



Fonte: Arquivo pessoal, Jaqueline Aragão Cordeiro, blogueira.

Acervo interno do Museu Jaguaribano (prensa gráfica, telhas e tijolos e tear).



Fonte: Arquivo pessoal, Coisa de Cearense.

Acervo interno do Museu Jaguaribano (piano).



Fonte: Instituto do Museu Jaguaribano.

Acervo interno do Museu Jaguaribano (Sala de Estar).



Fonte: Revista Litoral Leste Ceará.

Acervo do Museu Jaguaribano  
(âncora, canhão de defesa, escrivaninha, vitrola e busto do Monsenhor Bruno).



Fonte: Arquivo pessoal, Coisa de Cearense.

ANEXO B – PERSONAGENS RELIGIOSAS DO ARACATI



Monsenhor Bruno



Antônio Felismino Filho



Dr. Eduardo Dias



Padre Manuel Antonio Pacheco



Padre Abdon Valério

Fonte: Arquivo pessoal de Antero Pereira Filho.

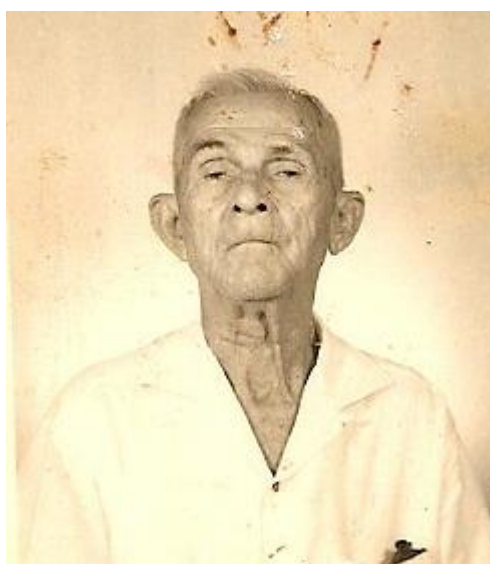
ANEXO C – PERSONAGENS MAÇONS DO ARACATI/CE



Major Bruno



Clóvis Malveira



Garcez Castro

Fonte: Arquivo pessoal de Antero Pereira Filho.

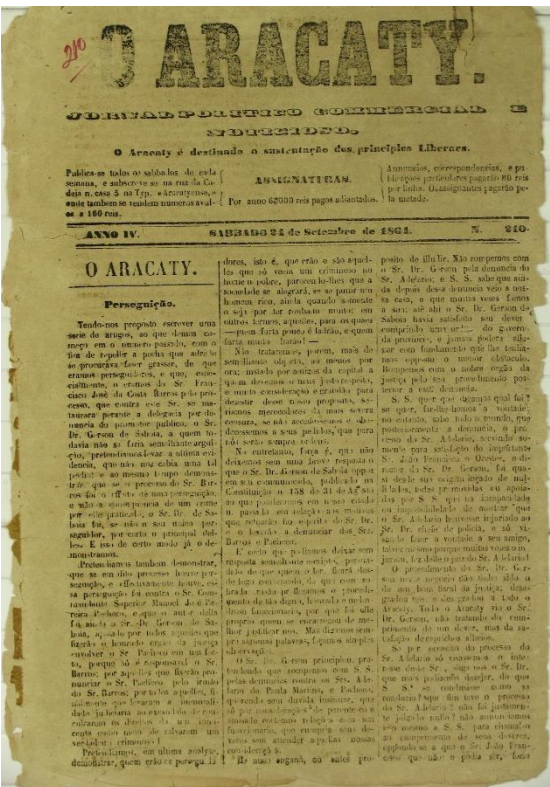
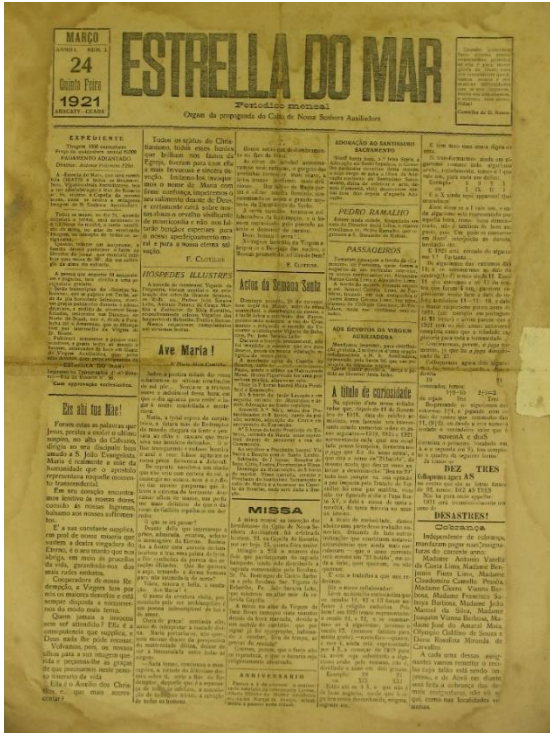




Fonte: Portal da História do Ceará.

# ANEXO E – JORNALS ANTIGOS DE ARACATI/CE

## Exemplares de jornais que circularam no Aracati no começo do século passado (Estrela do Mar, Gazeta do Jaguaribe, Aracaty, O Rosário e o Sol)





Fonte: Portal da História do Ceará.

## ANEXO F – MOVIMENTO INTEGRALISTA DE ARACATI



Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.



Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.



Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.



Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.



Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.



Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.



Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.

## ANEXO G – ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS



Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.



Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.



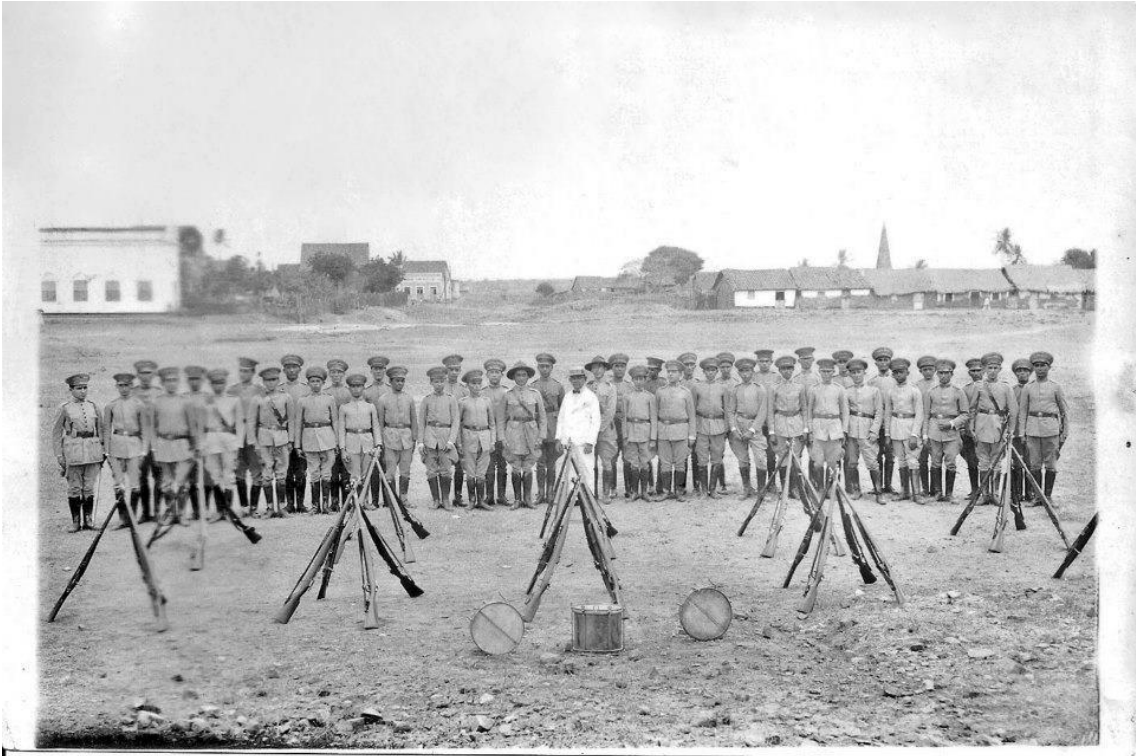
Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.



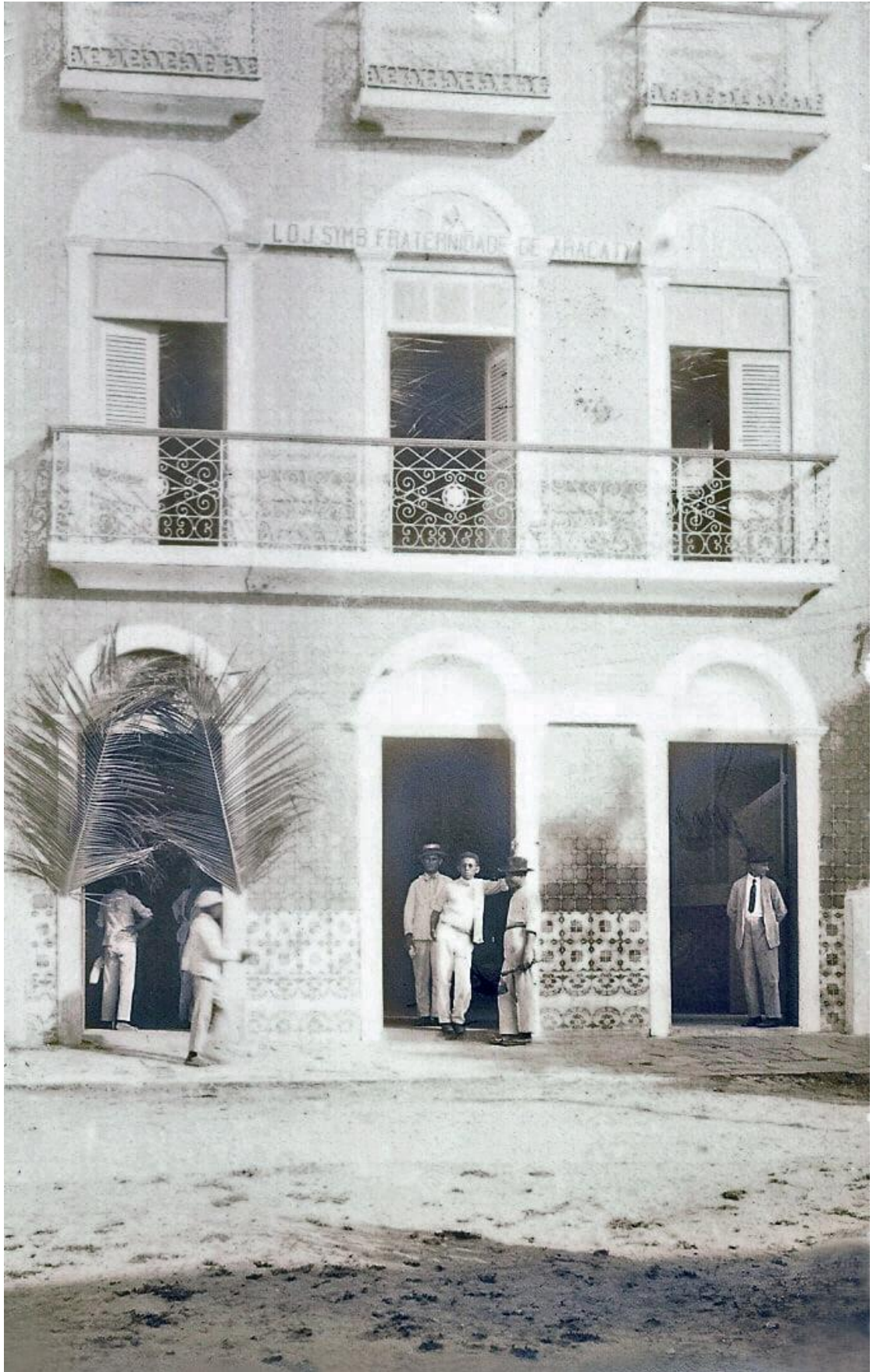
Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.



Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.



Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.



Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.



Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.



Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.

## ANEXO H – ACONTECIMENTOS RELIGIOSOS



Fo

nte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.



Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.

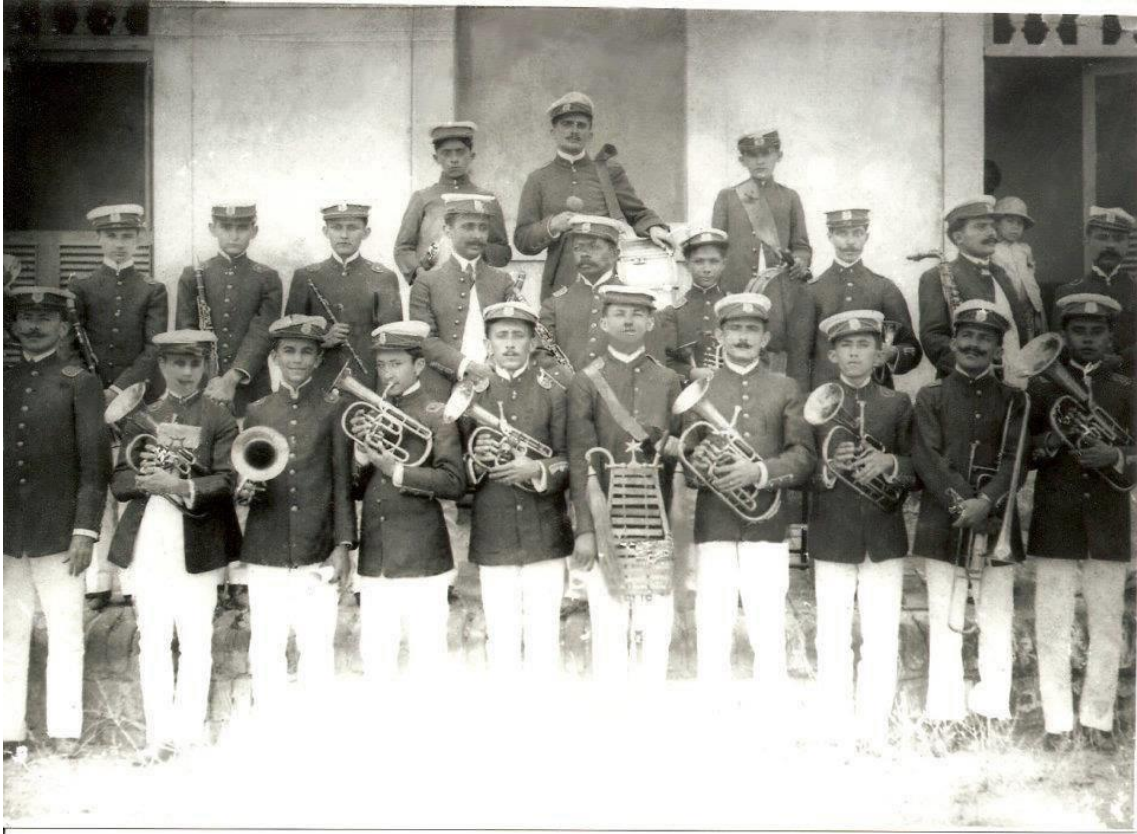
## ANEXO I – BANDAS DO ARACATI ANTIGO



Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.



Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.



Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.



Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.



Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.



Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.

## ANEXO J – CARNAVAL



Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.



Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.



Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.



Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.



Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.

## ANEXO K – FAMILIAS TRADICIONAIS DO ARACATI



Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.



Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.



Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.



Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.

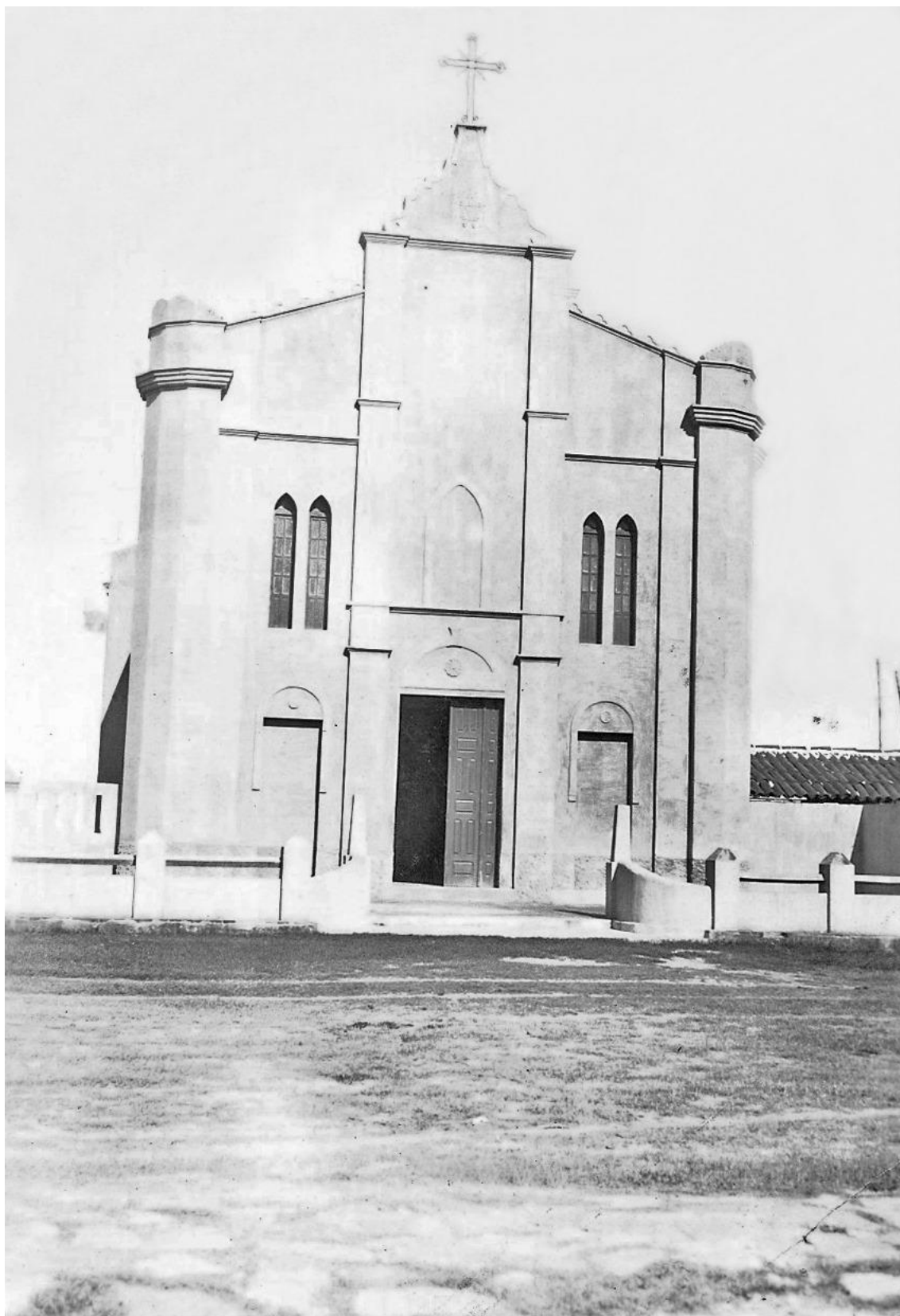


Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.



Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.

## ANEXOL – IGREJAS



Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.



Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.



Nelson Figueiredo Bezerra

Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.



Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.



Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.



Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.

## ANEXO M – MONUMENTOS



Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.



Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.



Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.



Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.



Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.



Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.



Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.



Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.



Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.



Fonte: Arquivo pessoal de Netinho Ponciano.